



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Setembro de 2013 - R\$ 5,00

40 anos do golpe militar no Chile, é necessária e imprescindível a criação do Partido Operário Revolucionário



Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

40 anos do golpe fascista de Pinochet

À classe operária, aos demais explorados e à juventude

Em 11 de setembro de 2013, completam-se 40 anos da derubada do governo da Unidade Popular do Chile pelo golpe contrarrevolucionário e sangrento comandado pelo general Augusto Pinochet. É motivo de repúdio com os punhos erguidos a ditadura que impôs aos chilenos 16 anos de silêncio, de perseguição ao menor gesto político e de vigilância militar ao movimento operário, camponês e estudantil. Que usou o Estado policial para retroceder as medidas tomadas pelo governo de Allende, para submeter o País aos Estados Unidos, para impor a brutal exploração do trabalho e para liquidar o ensino público chileno. Que serviu de exemplo às demais ditaduras latino-americanas e que protagonizou a Operação Condor.

O golpe de 11 de setembro de 1973 ficou para sempre marcado por transformar o campo de futebol de Santiago em campo de concentração, por torturar e matar prisioneiros indefesos. Ficou para sempre marcado por eliminar fisicamente boa parte da militância de esquerda, sindical e popular. Ficou marcado para sempre por aplicar os métodos fascistas de eliminação a qualquer resistência.

As Forças Armadas desgraçaram o Chile graças à burguesia e ao imperialismo. Antes mesmo de Allende tomar posse, iniciou-se a conspiração para pisotear a vitória eleitoral de 3 de setembro de 1970 da Frente Popular. O Estado terrorista, manejado pela Junta Militar e comandado por Pinochet, se impôs como reflexo da debilidade da burguesia chilena diante do proletariado e da prepotência da burguesia imperialista.

Bem antes da constituição da Frente Popular e da disputa presidencial, os explorados vinham se manifestando com seus métodos próprios de luta. A Frente Popular canalizou suas necessidades e aspirações para a conquista do poder por meio das urnas. As camadas mais radicalizadas da classe operária, do campesinato e da pequena burguesia urbana atenderam ao chamado do Partido Comunista e do Partido Socialista. Confiaram na possibilidade de impor à burguesia um governo voltado para o povo, sem que fosse necessário que a maioria oprimida se unisse e tomasse o poder pela revolução. Confiaram que a democracia no capitalismo não pertence apenas à burguesia. Acreditaram que pela primeira vez o Chile teria um governo capaz de deixar para trás os governos oligárquicos tutelados pelas Forças Armadas. Acreditaram que deram poderes à Frente Popular e à UP de atacarem os interesses dos monopólios, dos latifundiários e dos ávidos banqueiros. Admitiram que estavam esvaziando o Estado de sua função primordial de garantir a exploração do trabalho e o saque imperialista. Admitiram que com seu apoio à Frente Popular contribuíram para abrir um curso de transformação pacífica do Chile dependente para o Chile independente, do Chile oligárquico para o Chile popular, do Chile capitalista para o Chile socialista.

Mas os adversários da UP e inimigos mortais da classe

operária não se apegam a ilusões. A burguesia e seus agentes pensam como classe dominante. Agem movidos por interesses de classe bem definidos. Não haveria nenhuma mudança pela via pacífica. A UP teria de passar por cima de seu cadáver, se continuasse a permitir que a luta de classes se potenciase sob a sua sombra. Viam e sabiam que o PC e PS não queriam tirá-la do caminho. Antes que a classe operária avançasse mais com seus cordões industriais e antes que os camponeses ampliassem a ocupação dos latifúndios, as forças burguesas fizeram da UP um corpo sem vida e, finalmente, um quase cadáver. O quase cadáver não reage. Aguarda a fatalidade.

O imperialismo insuflou oxigênio à burguesia chilena quase exangue e deu garantias às Forças Armadas, aos Pinochets. A classe operária, ao contrário, não tinha como injetar sangue nas veias da UP. Estava desarmada pelas ilusões. Lutava instintivamente pelo pão. E a cada embate contra os exploradores, mais distante ficava de seu suposto governo popular. A burguesia estava enfraquecida politicamente, mas muito bem protegida pelas Forças Armadas e apoiada pelo imperialismo. E a classe operária? Estava embevecida pela canção de ninar da via pacífica do senhor Luis Corvalán e do doutor Allende. Não estava em berço esplêndido porque lutava pelo pão. Porque se lançava à luta de classes. Mas sua consciência de classe e sua orientação política dormiam no leito da via pacífica e da colaboração de classes da Frente Popular.

Nos quase três anos da UP, a burguesia teve tempo para preparar o golpe certo. Houve tentativas fracassadas. Allende as viu como mal passageiro. A vanguarda combativa sentiu o perigo se aproximar. Os partidários da luta armada – MIR e MAPU -, que estiveram com a Frente Popular e que acreditavam que a UP cedo ou tarde teria de recorrer à revolução, não tinham como servir de instrumento do proletariado, uma vez que não constituíram o partido revolucionário e estavam tomados pela concepção foquista da revolução, promovida pelo castro-guevarismo. A burguesia progredia em suas sabotagens econômicas. Aprisionara a UP ao Congresso. Impusera os limites legais às suas nacionalizações e a sua intervenção no funcionamento da economia.

A Frente Popular chegou ao Estado com os pés amarrados. A burguesia não teve dificuldades de amarrar-lhe as mãos. Não precisou de vendá-lhe os olhos e tapar-lhe a boca. Assim se encontrava a UP e a Frente Popular no dia 11 de setembro de 1973.

Nunca a classe operária do Chile esteve em situação tão vantajosa para organizar seu poder próprio desde as fábricas e de desenvolver a luta revolucionária. Mas estava sob a direção do estalinismo e do socialismo pequeno-burguês, que juntos desviaram o curso da luta de classes, o taparam com a política de conciliação de classes e o entupiram de propaganda eleitoral. A classe operária e os demais explorados cheios de esperanças deram a vitória a Allende, ainda que com apenas 36,3% dos votos. E a UP retribuiu com manobras políticas e



com a traição.

Hoje, o PS abandonou definitivamente seu esquerdismo pequeno-burguês. Acha-se completamente integrado ao Estado e age como instrumento da burguesia. O PC segue o PS, mancando por trás de sua política pró-imperialista. No lugar da Frente Popular, puseram a Concertação. Operários, demais trabalhadores e juventude, as derrotas da classe operária, pequenas ou grandes, apenas retardam sua marcha em direção ao comunismo.

A derrubada da UP, sem dúvida, foi uma derrota dos explorados. Foi uma grande derrota! Mas essa derrota se deveu à política de conciliação de classe do PC e do PS. Esse é o grande problema deixado pelo golpe fascista de Pinochet. Diferente seria se a classe operária, sob a direção do partido revolucionário, com uma política correta, fosse derrotada numa correlação de força desfavorável. Esta logo se levantaria fortalecida, com seu programa intacto e com seu partido. O balanço seria outro. Mas a derrota no Chile não teve esse caráter. A derrota por traição destrói o pouco que se avançou no terreno da independência de classe.

A crise de direção no Chile assume um conteúdo particular. A constituição do partido revolucionário depende de uma profunda compreensão das experiências com a Frente Popular.

40 anos do golpe militar no Chile, é necessário e imprescindível a criação do Partido Operário Revolucionário

No ano de 1906, o reconhecido líder sindical Luis Emilio Recabarren foi eleito deputado por Tocopilla, como representante do Partido Demócrata, cargo que foi destituído por não jurar perante deus. No ano de 1912, rompeu politicamente com esse partido e fundou o Partido Operário Socialista (POS). No ano de 1909, havia fundado a organização mutualista de caráter social, urbana e centralizada em nível nacional, que adotou o nome de FOCH, Federação de Operários do Chile. Em 1919, o Partido Operário Socialista o imprimiu à FOCH uma postura mais radical declarando-se como uma organização socialista e adere à Internacional Worker of the World (WW), como seção chilena. Todo esse procedimento desde 1917 por um forte aumento de sindicato e greves, das quais teve 130 de 1917 a 1920.

Essa efervescência não teve uma condução orientada à independência política do proletariado em formação, prematuramente se cometeu o erro de apoiar a candidatura do populista candidato liberal à presidência Arturo Alessandri Palma, que uma vez eleito pactuou com a burguesia agrária latifundiária o compromisso de não influenciar no campesinato e que toda reforma seria circunscrita ao setor urbano. O POS nos atos incorporou o conceito político burguês limitado ao eleitoralismo e arrastou nessa aventura a FOCH, isto é, à conciliação de classes entre burgueses e proletários, que favorece em perpetuar o poder dos capitalistas, sob o subterfúgio de que com reformas se irá superando o atraso e a miséria.

O projeto de lei apresentado em 1924 sobre a legislação trabalhista é freado por ambas as Câmaras, o problema não foi resolvido politicamente e se recorreu ao exército como árbitro,

Nestes 40 anos do golpe fascista, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se pronuncia editando este Boletim. Participaram de sua elaboração, o Comitê Construtor do POR do Chile, o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, o Partido Operário Revolucionário da Argentina e o Partido Operário Revolucionário do Brasil. Esperamos ter aproveitado este momento para elaborar a crítica programática e estabelecer as conclusões necessárias à construção do partido marxista-leninista-trotskista no Chile, como parte da reconstrução da IV Internacional.

O sangue que escorreu do matadouro da ditadura militar de Pinochet alimentará a energia revolucionária do proletariado assim que este der um só passo em sua independência política e ideológica perante a burguesia. A revolução proletária afastará da memória o terror que se abateu sobre os explorados chilenos. Mas enquanto a bárbara burguesia não for derrotada pela insurreição vitoriosa, o terror fascista e o sangue dos combatentes alimentarão nossas convicções comunistas e serão motivos de nosso trabalho revolucionário no seio do proletariado, dos pobres e oprimidos.

Viva a revolução proletária! Construir o Partido Operário Revolucionário do Chile, como parte da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista!



Ataque militar ao Palácio La Moneda, 11 de setembro de 1973

o que através da força e da ameaça possibilitou à burguesia impor uma exígua legislação trabalhista.

Em 1925, se aprovou a Constituição Política, que substituiu a de 1833, sua vigência foi de 1932 a 1973. O movimento sindical teve uma ativa participação na luta por melhorias salariais, estabilidade sindical, previdência social. O país experimentou um crescimento e diversificação industrial que foi deslocando pouco a pouco a produção artesanal, substituindo e aumentando o número de assalariado, isto é, foi se estruturando um jovem proletariado; vai se estruturando um jovem proletariado; vai se agrupando em organizações fortes. É assim que se funda a Confederação Nacional Mutualista, que registrou 100.000 filiados. As associações agrupadas na FOCH contavam com 80.000 sócios operários. A

organização, em 1921, se filiou à Internacional Sindical Vermelha de Moscou.

Em 1922, o Partido Socialista Operário se transformou em Partido Comunista do Chile, como seção da III Internacional ainda dirigida pelos camaradas Lenin e Trotsky. A partir de 1932 até 1973, desde a fundação do Partido Socialista do Chile juntamente com o Partido Comunista dão início à estalinização que se orienta para o revisionismo, reformismo, etapismo e apoio direto a uma burguesia “progressista” e contra os princípios marxistas-leninistas-trotskistas. Política contrarrevolucionária que potencia amplas alianças eleitorais entre a burguesia e o proletariado, encabeçadas pelas direções burocratizadas do sindicalismo e associações gremiais de estudantes, professores e saúde.

1938: primeira Frente Popular

A primeira Frente Popular da América Latina se constituiu no Chile e foi composta pelo PC, PS, CTCH, FECH e a burguesia representada no Partido Radical, no ano de 1938 levou à presidência Pedro Aguirre Cerda, que por sucessivos governos radicais governaram até 1952. Estas alianças eleitorais se repetiram com uma frequência, cada seis anos, inalteráveis dentro da política de Frentes Populares, quase vinte anos de constante radicalização do movimento operário se volta a pôr em prática a política frentista, devido a falta do partido revolucionário.

1970: PC e PS chegaram ao poder

No ano de 1970, ganhou as eleições Salvador Allende G. com uma escassa margem de votos sobre o candidato conservador Jorge Alessandri R. Para assumir, negociou com o Partido Democrata Cristão, de grande afinidade ideológica com o imperialismo norte-americano e às vezes financiado por este, onde Allende se compromete, aceitando o que se chamou “*Estatuto de Garantias Constitucionais*”, o que se referia a manter intato o Estado e suas instituições. Isto é, manter e salvar os instrumentos que a burguesia utiliza para oprimir e explorar o proletariado e demais camadas pobres da nação. Na prática, significou submeter-se ao principal pilar que são as Forças Armadas e os meios de comunicação. Estatuto que além disso foi mantido em absoluto segredo pelos partidos que formavam a Unidade Popular. O Partido Comunista coluna vertebral desta frente justificava sua existência com cínicas e oportunistas falsificações de que a UP havia “tomado parte do poder” e a partir deste se poderia avançar na conquista das outras instituições.

Pavimentação para o golpe

O assinado por Allende selou com o suicídio, assim cumpriu seu compromisso com a ordem e o poder burguês. Isto é, desde o início pavimentou o caminho para o golpe militar e seguiu na mesma direção com a Lei de Controle das Armas, em outubro de 1972, e a incorporação dos comandantes em chefe das Forças Armadas a seus ministérios principais, a lei o outorgou plenos poderes aos militares, lançando contra as empresas confiscadas, sindicatos operários, camponeses e tudo o que fosse de esquerda. O chamamento da “Lanera Austral em Puenta Arenas” deixou um morto, um operário gravemente ferido e a maioria dos trabalhadores os mantiveram por horas com o rosto sobre a neve. Em Cautin, os camponeses foram

amarrados com arames e suspenderam com helicópteros, e passearam por toda cidade, torturando-os até a morte, cuja finalidade foi amedrontar assim os rebeldes. Outras vítimas da Unidade Popular foi o caso dos marinheiros antigolpistas, em Valparaíso e Talcahuano, que foram brutalmente torturados por ter denunciado à oficialidade de estar preparando o golpe militar, fato corrido em agosto de 1973. A princípio foram feitos réus por não cumprimento de deveres militares, delito contemplado no Código de Justiça Militar e castigados por cinco anos de prisão. Mas a petição da Marinha lhes aplicou a Lei de Segurança do Estado (LSE), que mudou a situação dos marinheiros, já que esta lei estabelece o delito de sedição ou motim e que sanciona como consumado ainda que haja frustrado. Dependia somente de Allende aplicar a lei, se o governo desistisse, o Fiscal naval não podia voltar a encarcerá-los como réus pelo delito original. O processo terminava aí e os detidos saíam em liberdade incondicional, mas se desse este passo entrava em franco conflito com esse setor das Forças Armadas; foi assim que não duvidou em condenar estes leais marinheiros que pensavam que defendiam seu líder, e por esta ação pagaram com torturas, cárcere e exílio, igualmente a milhares de vítimas que pagaram com a vida a traição da Unidade Popular.

Todos esses fatos nos indicam que o inimigo do proletariado chileno estava no PC, Luis Corvalán Lepe. Em seu escorregadio discurso de 8 de agosto de 1973, não deixa nenhuma dúvida, saldou o firme patriotismo e lealdade das Forças Armadas e, no mesmo discurso, condenou a ação dos Cordões Industriais, qualificando-os de ultra-esquerdistas, comparando-os com o grupo fascista Pátria e Liberdade, bastião recalcitrante da direita daqueles tempos e impunemente responsável pela violência com a que combateu a classe operária nas ruas, que inconscientemente saíam para defender o governo. Allende e PC e seus “inimigos” concordavam no ponto de que a maior ameaça ao diálogo, que sustentava a estratégia a seguir, era de que o proletariado alcançava sua independência e arrastava por trás o campesinato e penetrava nas Forças Armadas.

O ultra esquerdismo pequeno burguês

No mês de agosto de 1973, desencadeou posturas ultra-esquerdistas, aventureiras, irresponsáveis como foram as do MIR e de Carlos Altamirano, Secretário Geral do Partido Socialista, que chamou a parar o golpe por meio da luta armada, não era somente um problema de armas, - de fato não as tinha - o pior é que o proletariado estava desarmado ideologicamente, porque não existia o Partido-Programa, que expressasse a necessidade histórica da tomada do poder pela classe operária. É nesse contexto que as armas desequilibraram a balança para alcançar o objetivo estratégico. Esta experiência histórica nos obriga a estudar e assimilar o exemplo do POR boliviano, na construção do partido.

Partido-Programa

A finalidade estratégica do programa do partido revolucionário é a que determina a estrutura organizativa e a tática partidária. Deve-se ter presente que os métodos usados na organização são os recursos empregados para estruturar o partido na medida do programa e ter a capacidade de materia-

lizá-lo na luta. Este programa deve penetrar nas massas, em consequência, encontra uma série de obstáculos que estamos obrigados a vencer com o aperfeiçoamento da organização. Obedece ao processo dialético da constante transformação e aperfeiçoamento, como resultado da luta contra os obstáculos que se apresentam diariamente. O programa do partido é a assimilação do conhecimento da realidade objetiva, da mecânica das classes, descobrir as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade por meio da dialética marxista. Etapa necessária que consiste na concatenação dos elementos individuais para aglutiná-los ao redor das ideais políticas centrais.

Como dissemos, o programa deve penetrar nas massas para o que é necessária uma férrea organização do partido e sua ligação com a classe constituindo os passos firmes, necessários e prévios para atingir a finalidade. O programa deve ser provado nos acontecimentos da luta de classes, a validade do programa se estabelece na existência da organi-

zação do partido. Isto é, o programa e partido estão absolutamente em mútua relação, o partido atua sobre o programa, expressado na luta consciente, isto é, luta política, pela finalidade estratégica, que necessariamente condiciona o partido, que se converte em fator determinante. É a tomada do poder pela classe operária, sem esse objetivo é impossível acabar com a propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade social, base imprescindível para concretizar as tarefas democráticas burguesas e socialistas, que os marxistas chamam de revolução permanente, diametralmente oposta à revolução por etapas levantadas por correntes contrarrevolucionárias e pró-burguesas: estalinistas, foquistas, anarquistas, reformistas, revisionistas ou nacionalistas-burgueses. Esta é a razão fundamental para concretizar a construção do Partido Operário Revolucionário, sem esta principal ferramenta da classe operária é impossível conseguir sua libertação e a do país. Socialismo ou barbárie.

Nascimento, apogeu e queda da Unidade Popular

O allendismo foi um governo que surgiu como expressão eleitoralista do instável equilíbrio alcançado entre as forças sociais no seio do regime capitalista atrasado e semicolonial. Um ensaio geral para tentar administrar legal e pacificamente a luta das classes antagônicas.

Em 1973, acabou arrancado por tendências fundamentais nas quais se desenvolvia a crise capitalista mundial dos anos 70. Devia ceder lugar à revolução proletária ou acabaria reforçando a contrarrevolução burguesa. A história já demonstrou qual destas se impôs.

No entanto, é necessário destacar os elementos que se inter-relacionaram e combinaram para sua resolução histórica. Este presente texto pretende assinalar sinteticamente os fatores histórico-políticos que imprimiram sua marca de nascimento, auge e queda do governo de Allende.

Ficam também traçadas as grandes linhas do papel das lutas operárias e camponesas. Em separado, apresentamos um resumo sobre as mobilizações e lutas do campesinato sob o governo da UP e sua reforma agrária. Restará um trabalho detalhado sobre uma das experiências e iniciativas independentes mais relevantes do proletariado por criar a partir de sua própria prática, seus organismos de poder e o germe de seu futuro estado: os Cordões Industriais.

Antecedentes históricos da Unidade Popular

O governo allendista foi saudado pelos estalinistas, os socialistas e uma grande parcela pequeno-burguesa radicalizada como o primeiro “governo democrático e popular” da América do Sul. Tratava-se do ensaio político mais acabado “atar” as tarefas democráticas e socialistas a uma série de etapas que, supostamente, em seu cumprimento pacífico e gradual, deviam levar o Chile ao socialismo.

Mas não era um experimento inédito. Tinha sua filiação histórica nas frentes-populares da França e Espanha. Quando na França a experiência da Frente Popular deixava aberta suas traições ao proletariado e na Espanha a preparava para



Manifestação dos donos de caminhões contra Allende

a derrota do governo republicano pela contrarrevolução fascista, em 1936, o estalinismo mundial impunha a seu satélite chileno que se aliasse à burguesia “progressista” com a alegação de fechar o caminho à direita, representada do ditador Ibañez.

O triunfo da Frente Popular – formada pelo Partido Radical Socialista, o Partido Socialista (PS), a Esquerda Comunista, o Partido Comunista Chileno (PCCH) e o Partido Radical – alarmou a burguesia. Mas seu candidato, o radical Aguirre Cerda, selou um compromisso com aquela de que respeitaria a ordem, a Constituição e as leis. Este acordo ganhou o apoio do candidato da direita Ross Santamaría, que o apoiou para evitar, segundo anunciou, uma “revolução social no Chile”.

A burguesia reconhecia assim na Frente Popular um meio para defender seus interesses gerais nos momentos mais críticos da luta de classes. Trinta anos depois, os dirigentes socialistas e comunista que seguiram Marmaduke

Grove (socialista) e Emilio Recabarren (comunista) demonstraram ainda que desta vez não teria à sua cabeça nem um candidato nem um partido burguês. Mas também acabará apoiado na direita, fazendo concessões à burguesia e ao exército, abortando a luta de classes.

Existe um claro laço de continuidade histórica entre aquela Frente Popular e sua reedição em 1970. No entanto, o allendismo não resultou de uma simples cópia. Expressava uma etapa mais agudizada das contradições capitalistas, que se manifestavam na radicalização das massas e sua virada para a esquerda no terreno eleitoral. A Unidade Popular (UP) contrariará essa força com um programa de governo reformista, baseado em políticas oportunistas já derrotadas pela experiência da luta de classes.

A UP surge como expressão eleitoralista do ascenso das lutas das massas

Os experimentos reformistas de Eduardo Frei (1965/69) pretenderam colocar um dique de contenção à radicalização dos explorados. Mas fracassaram. A crise econômica e os ataques contra as condições de vida das massas quebraram a confiança das massas em seu governo.

Em 1966, se operará uma onda de lutas operárias nas indústrias urbanas e mineiras. Movimento que se combinava com a radicalização das camadas médias assalariadas, cujo grau mais alto foram as greves de professores e empregados de bancos, no mesmo ano. Estudantes se somaram ao movimento com combativas mobilizações exigindo reformas radicais na educação. De 723 greves registradas em 1965, passaram para 1.142, em 1967, que culmina com a Greve Geral de 23 de novembro de 1967.

Em 1968/69, o ascenso acentuará seu ritmo de desenvolvimento. Nesse anos, os assalariados sofreram um feroz golpe com um aumento de 50% dos preços, um crescente desemprego e uma repressão cada vez mais feroz do governo. Os operários têxteis, metalúrgicos, químicos e os assalariados estatais surpreenderam o governo e a burguesia pela radicalidade e combatividade. As greves passaram de 1.939 envolvendo 230.725 trabalhadores para 5.995 envolvendo 316.280. As greves criavam imediatamente novos pontos de apoio em ramos inteiros da produção, nos estudantes e na esquerda católica radicalizada.

É nessa experiência prática das massas que se apoiará a UP, prometendo acabar com o atraso, a miséria e o domínio imperialista. Surge em uma etapa da luta de classe onde os antagonismos e contradições de classes se achavam ainda em gestação e em processo de diferenciação interna. E resultaria por isso no poderoso impulso para seu fortalecimento eleitoral.

As forças majoritárias da UP, o PS e o PCCH constituíram então a direção política de parcelas significativas do proletariado, da pequena burguesia e do campesinato. O que, ao mesmo tempo, os dotava de uma poderosa força material para as transformações revolucionárias que as contradições capitalistas demonstravam sua urgência. Allende chegara, assim, ao governo como produto desse processo histórico. Mas muito cedo se colocou pelas reformas

democrático-burguesas, afirmando desse modo seu compromisso com a preservação do regime burguês.

A declaração eleitoral de princípios e o ascenso do governo do Estado

A UP nasceu de um acordo programático entre o PCCH, PS, PR (Partido Radical), social-democratas, o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU, fração esquerda da DC) e Ação Popular Independente (API). No acordo se caracterizava o Chile como país capitalista atrasado e dependente do imperialismo. Afirmam que a burguesia não pode “resolver os problemas fundamentais do país”. Assinalam que Frei foi um “governo da burguesia a serviço do capitalismo nacional e estrangeiro” e que, além disso, “o reformismo é incapaz de resolver os problemas do povo”. Para concluir dizendo que “a tarefa fundamental que o Governo do Povo tem diante de si é acabar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia latifundiária e iniciar a construção do socialismo”.

Mas entre sua “declaração de princípios” e seu “programa de governo” existe um abismo.

As “40 tarefas” que deveriam ser aplicadas imediatamente (aumento de salários, reforma agrária, previdência social universal, plano de moradias e serviços, controle dos preços, etc.) serão parcial e limitadamente cumpridas em seus primeiros anos de governo, com o qual e segundo seus ideólogos se “cumpriria a revolução democrática”.

Salvador Allende foi eleito presidente com 36,3% dos votos e como o representante de uma coalização de seis partidos. Conterá com um enorme apoio operário e popular, mas não com a maioria parlamentar. O Parlamento se erguerá imediatamente como um bloco à sua aspiração de subverter o Estado burguês pela via das reformas e das leis. Ao assumir a presidência, Allende se colocará pela representação de todas as classes sociais e de seus interesses. Pretendia assim ganhar o apoio da classe média para poder ascender nas próximas eleições com a maioria parlamentar. E depois, assim, acelerar o processo das transformações econômicas e sociais que supostamente levariam a uma mudança pacífica do Estado e do país.

É esse particular caráter de um governo cujo apoio residia na maioria dos explorados, mas que se propunha governar em favor dos “interesses de todas as classes sociais” e transformar o caráter de classe do Estado por meio de reformas, o que selaria a duplicidade militante frente-populista. Ou seja, entre seus “princípios”, que serviam para manter sua ascendência entre as massas e seu pragmatismo reformista, que garantisse sua chegada ao poder e a expectativa tolerante da burguesia.

A burguesia temia a atividade independente do proletariado. A cúpula reformista da UP constituía uma salvaguarda frente a essa possibilidade, mas não tinha como afastar o perigo da luta de classes. O estalinismo, que havia dado amplas garantias como conveio da revolução proletária e agente da contrarrevolução burguesa em todo o mundo, devia ainda dar provas no laboratório social do Chile como instrumento de contenção da onda revolucionária que não deixava de crescer.

A burguesia reage frente ao triunfo allendista e condiciona seu governo

As divisões interburguesas nas eleições de 1970 não comportavam uma diferenciação de interesses nem programas entre as suas frações. Tomic, dirigente democrata-cristão, arastava por trás de sua candidatura setores operários e camponeses, os mais atrasados. Sua candidatura podia afetar a base eleitoral do “marxista” Allende. Para reforçar essa possibilidade, os meios de comunicação levaram adiante uma “campanha de terror”, de mentiras e intimidações, chegando a dizer que se Allende ganhasse “os tanques russos entrariam à Moneda e as crianças seriam enviadas à Rússia”.

Allende se impôs finalmente com uma maioria de operários industriais e agrícolas, mineiros, petroleiros, marítimos, pescadores, portuários, estudantes e camponeses. Tomic e Alessandri não puderam contra-atacá-lo. Mas a burguesia não estava disposta a permitir que Allende assumisse tão facilmente. Entre as eleições (4 de setembro) e a posse (4 de novembro), juntamente com o imperialismo, procurou desconhecer as eleições, fez de tudo para propiciar um golpe militar. Recém conhecidos os primeiros resultados, tanques e tropas sob o comando do general Camilo Valenzuela se dirigiram para a Casa da Moneda (sede do Governo). Dias depois se realizaram atentados organizados e financiados pela CIA para favorecer uma intervenção militar, plano que contava com o apoio do Departamento de Estado Norte Americano. Mas diante de ter de desencadear uma “rebelião popular”, como dissera Alessandri, se optou por condicionar o apoio à posse de Allende, somente assim este se comprometia a cumprir uma “ata compromisso”: o *Estatuto das Garantias Constitucionais*.

A cúpula democrático-cristã apresentou a Allende essa “ata” em 24 de setembro de 1970. Ao aceitá-la, os 75 parlamentares democrata-cristãos votariam a seu favor. Segundo a Constituição de 1925, vigente até aquele momento, correspondia ao Congresso eleger um dos dois candidatos mais votados se não se superasse o teto da metade do padrão. Nesse documento, entre outras exigências, se impunha à UP preservar a “autonomia das Forças Armadas”, mantendo o exército como a “garantia da convivência democrática” e respeitando “as estruturas orgânicas e hierárquicas das Forças Armadas e do Corpo de Carabineiros”. Ou seja: exigiam manter o exército como árbitro da situação política e com direito de intervir se os interesses dominantes corressem perigo. O fundamento do Estado devia permanecer integralmente: a ditadura de classe da burguesia. As Forças Armadas, o Judiciário e a polícia são os seus esteios. Este ponto será logo incorporado à Reforma Constitucional aprovada pelo Congresso em 22 de outubro de 1970. Impunha-se assim ao allendismo a Doutrina de Segurança nacional do imperialismo, utilizada depois para derrubá-lo.

As “Garantias Constitucionais” eram a forma que a burguesia achou para evitar uma revolta popular e preservar a essência do domínio burguês que lhe permitisse, quando as condições lhe fossem favoráveis, derrubar o governo de Allende e esmagar as massas. Cabe destacar que estas “atas” nunca foram conhecidas por suas bases, o que assinala a traição allendista às massas, e a que ponto o estalinismo e os socialistas se contaminaram com a politicagem burguesa.

A UP estava imersa nos cálculos eleitorais e nos métodos



Desaparecimentos massivos: expressão da brutal repressão

legais. A assinatura do *Estatuto das Garantias Constitucionais* freou temporariamente os complôs golpistas e ampliou sua base aliada no parlamento. Mas também criou as condições para que o apoio de suas bases e quadros mais próximos às massas começasse a se chocar violentamente com a cúpula governista, ampliando suas contradições internas e socavando finalmente a governabilidade frente-populista. A crise econômica, a crescente carestia, os locautes patronais de 1972/73, a crescente independência das massas, a radicalização estudantil e, principalmente, o fortalecimento dos cordões industriais aceleraram esse processo.

Desenvolvimento e crise allendista durante seus três anos de governo

De 1970 até meados de 1972, Allende cumpriu o programa frente-populista. Culminou, assim, a primeira etapa de seu governo, marcada pelo ascenso das lutas operárias, estudantis e camponesas. Movimento que espelhava a elevação da luta de classes na América Latina. O “Cordobaço” (Argentina, 1969), as greves gerais no Uruguai e o ascenso revolucionário do proletariado boliviano, que se projetará em direção ao governo operário e camponês na Bolívia, pondo em pé Assembleia Popular em 1971, indicam os pontos mais agudos da onda revolucionária que sacudia a região.

Com o apoio das massas, nacionaliza-se o cobre e salitre, as empresas exploradoras de ferro (controlará 95% de seu produto e comercialização), e do carvão. Estatiza-se parte dos bancos e da Companhia Telefônica (ITT). Construíram-se 131 escolas e 6 hospitais; se iniciará um plano de 76 mil casas; se implementará o desjejum escolar e os medicamentos gratuitos em hospitais públicos; se avalizará a legislação trabalhista e sindical; declarará a “não intervenção” no direito à autodeterminação das nações, etc. A pressão exercida pelas massas e suas ações radicalizadas empurravam o governo para frente e obrigavam a a reação burguesa retroceder. Cumpria-se como denominavam seus partidários a “transição na transição”. Era a confirmação, de acordo com a teoria estalinista da possibilidade de realizar a “etapa democrática” com a pressão das massas sobre os capitalistas. E também da “via pacífica” ao socialismo, já que o programa se cumpria por intermédio da legislação e das instituições do Estado, arrancados das classes dominantes.

O locaute patronal de 1972 dá início à segunda etapa, marcada pela insubordinação econômica e pelos complôs da reação burguesa. Gestando-se desde o triunfo eleitoral do allendismo, esta se manifestou quando o governo esgotava seu programa e as massas começavam a independizar-se. Somente em 1971, o imperialismo financiou a reação burguesa com 2,5 milhões de dólares. Enquanto cortava fundos para a infraestrutura, assistência militar ou créditos ao governo de 500 milhões, aprofundando a crise governamental e restringindo abruptamente sua margem de manobra para instrumentalizar as reformas. Etapa que culminou com o “tanquetaço” (mobilização de tropas e tanques) de junho de 1973, constituindo o ensaio geral do golpe militar pinochetista e provando a capacidade de reação do governo e a iniciativa das massas. Além disso, a UP permitiu que removesse o dirigente do exército próximo ao governo e substituí-lo por Augusto Pinochet. Tais ações e mudanças impostas pela força serviram para fechar as fileiras no exército e pressionar as frações burguesas e a classe média a somar-se ao golpe contra o governo.

A terceira foi sua derrota definitiva para o golpe fascista de 11 de setembro de 1973. E se estendeu por alguns meses até esmagar com fogo e sangue os últimos vestígios da resistência operária e popular.

Cumprindo seu programa e o Estatuto de Garantias a UP romperá com as massas

Allende nunca se pronunciou publicamente a favor da revolução ou do socialismo. No caso dos estalinistas, sua defesa abstrata da revolução era um remanescente de sua origem que servia para manter suas credenciais diante das massas. Os famosos “princípios” da plataforma eleitoral da UP requeriam de fato métodos e tática de luta revolucionária. Mas ficaram impressos como um criminoso engano eleitoralista. Seu “programa prático de governo” assim será cumprido integralmente por trás o acordo de cúpula nos bastidores das instituições burguesas com a “ata de compromisso”.

A UP realizará somente as reformas que pudessem ser realizadas sobre a base da legislação existente e foram aprovadas pelo Congresso dominado pela direita. Ficava claro que o “governo popular” não impulsionaria a luta de classes. No entanto, o governo ampliará as reformas ao se ver pressionado pela atividade crescente das massas. Desse modo, a UP completou e aprofundou o inacabado processo reformista democrático-cristão com um aumento geral dos salários, nacionalizando o cobre e centralizando no Estado seus imensos recursos, estendendo a reforma agrária, mas sem contudo alterar os fundamentos do Estado, nem atacar fatalmente a propriedade burguesa. O governo da UP mantém em pé ramos inteiros da economia em mãos dos capitalistas, dando-lhes garantias jurídicas para sua existência além de generosas indenizações pelas expropriações realizadas.

A colaboração de classe adquiria assim a forma de colaboração entre o capital privado e o estatal. E deixava intactos os mecanismos e instituições que concentravam os instrumentos do domínio de classe burguês. O “Estatuto de Garantias” era sua ata de enterro como partido das massas exploradas. Uma confirmação fatídica de que não chegou ao governo do Estado

para destruí-lo, mas para sustentá-lo contra suas bases que se encaminhavam, ainda que instintivamente, para sua destruição revolucionária.

O fracasso histórico da UP abriu as portas para a contrarrevolução

A UP se deteve no umbral das reformas no seio de uma democracia amputada e em uma época de implacável guerra civil. O que demonstra fisiologicamente sua incapacidade para uma “transformação orgânica” do capitalismo ao renegar a experiência da história das revoluções: *o poder não passa de uma classe a outra senão por meio de uma insurreição armada.*

O caráter contrarrevolucionário do allendismo, considerado em uma escala histórica mais ampla, nascia do caráter de classe de seu governo e programa. Fundamentalmente, pelo caráter burguês do regime que preservava diante das iniciativas revolucionárias do proletariado. Ao contrário, os Cordões Industriais expressavam a iniciativa de independência do proletariado, constituíam-se em auto-organização e correspondiam à tenaz tentativa de extrair de sua experiência diária um organismo de duplo poder e assim atravessar os bloqueios estatais e sindicais que o allendismo lhe opunha. de arrancar do seio de sua experiência diária e atravessando todos os bloqueios estatais e sindicais que lhe opunham o allendismo como um organismo de duplo poder, sua auto-organização como classe revolucionária.

O período frente-populista de 1969/73 concentrou todos os problemas da luta de classes. E pôs à prova as classes, os partidos, os programas e os métodos de luta. Sob a época imperialista e de decomposição de seu regime econômico e social, o cumprimento das tarefas democráticas e nacionais levava a cindir a nação em dois blocos irreconciliáveis. A revolução agrária, a expulsão do imperialismo, a expropriação da burguesia, a superação do atraso e da miséria colocavam no jogo a questão do poder. *A revolução democrática só podia completar-se, transformando-se em socialista.* Mas para isso o proletariado teria de tomar o poder. Sob o governo da UP não poderia haver nenhuma revolução democrática.

A energia, a iniciativa, a disposição e coragem das massas, primeiro procuraram canalizar-se por meio de seus partidos e dirigentes de véspera. Mais tarde, procuraram forjar com suas próprias mãos seus instrumentos para a conquista do poder. Somente a presença de um partido marxista-leninista-trotskyista, enraizado em suas organizações, seria capaz de transformar seu instinto e prática diária em força social consciente sob um programa e estratégia revolucionários. Mas a direção revolucionária não se podia improvisar. E as massas ainda recorrem a seus velhos partidos e dirigentes para expressarem suas aspirações.

A UP não podia se colocar à cabeça das massas. Mas tampouco as massas podiam extrair de sua atividade prática imediata o programa e a organização revolucionários. Em meio a essa contradição, a burguesia acelerou os preparativos da contrarrevolução. As massas se encontrarão órfãs de sua direção e pagarão com sangue suas ilusões e as traições frente-populistas.

O colaboracionismo da Frente Popular de 1938 a 1970

O frente populismo que levou Allende à presidência do Chile vem desde 1938, quando a aliança entre o Partido Socialista (PS), Partido Comunista do Chile (PCCH) e o Partido Radical (PR), que expressava a burguesia nacional, resultou na eleição do presidente Pedro Aguirre Cerda.

O Partido Socialista, em sua fundação em 1933, defendia a “ditadura dos trabalhadores”, alegando que a “transformação evolutiva por meio do sistema democrático não era possível”. Rapidamente, porém, se converteu à tese da necessidade de uma etapa democrático-burguesa antes da etapa socialista. Já o PC, fundado em 1922, com seu ingresso na Internacional Comunista (IC) – derivado do Partido Operário Socialista do Chile – defendia inicialmente a revolução socialista, decorrente da tomada do poder pelo proletariado em aliança com o campesinato. O PC, porém, acompanhou as viradas do estalinismo, passando do sectarismo do período ultraesquerdista, orientado pelo VI Congresso da IC, em 1928 – que impedia as frentes com a socialdemocracia, mesmo diante da ascensão do nazi-fascismo–, ao aberto colaboracionismo de classe, aprovado no VII Congresso da IC, em 1935, que defendia a “unidade de todas as forças democráticas e progressistas”. A adesão ao etapismo se deu um pouco antes, em 1933, na Conferência Nacional do PC, justificada pelo caráter semifeudal e semicolonial do país.

Em 1938, o combate ao fascismo justificou a aliança com o PR. Este partido que ocupava ministérios do governo liberal de Arturo Alessandri não tinha perspectivas de encabeçar a campanha eleitoral em aliança com os partidos de direita. Já os socialistas e estalinistas lhe garantiam o posto de candidato à presidência. Disputando o papel de oposição ao candidato Jorge Matte Gormaz, surgiu a candidatura de Carlos Ibañez, apoiado pelo Movimento Nacional Socialista e pela União Socialista, uma cisão do PS. Ibañez, um caudilho, sem partido, encabeçou um golpe militar em 1927, reprimindo tanto os comunistas como os liberais. Sua candidatura, apesar de apoiada por setores nacionais identificados com o fascismo, declarava-se antifascista e anti-imperialista, disputando o eleitorado da Frente Popular. Às vésperas das eleições, cerca de 60 jovens nazistas tomaram a universidade do Chile e decretaram um início de um golpe de Estado, que seria apoiado por setores militares que não apareceram. Os jovens foram presos e massacrados a mando de Alessandri. Ibañez retirou sua candidatura e declarou apoio à Frente

Popular que saiu vitoriosa.

O governo de Aguirre Cerda fortaleceu a intervenção estatal na economia, ampliou a legislação social e adotou a postura de árbitro entre capital e o trabalho. Não era o programa preferencial da burguesia, mas bloqueava a luta de classes, que vinha se agudizado desde a crise de 1929.

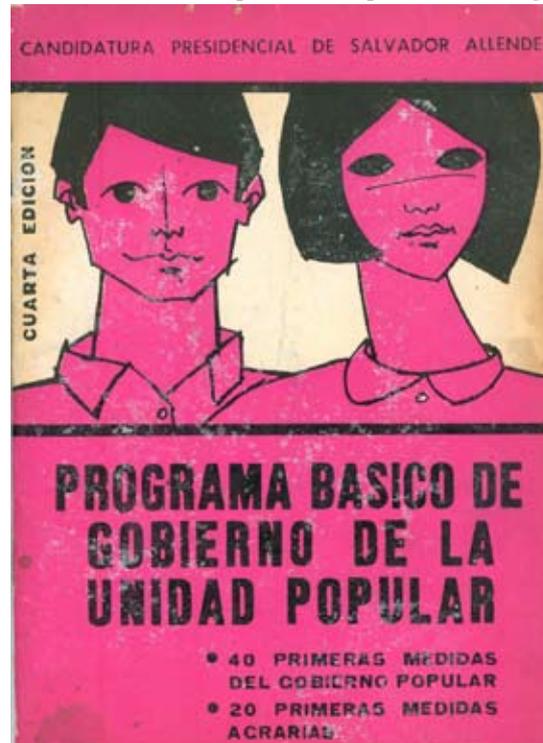
As contradições dentro do governo frentepopulista não davam perspectiva de continuidade após a morte de Aguirre, em 1941. A alta inflação atingia sobretudo os setores populares e a direita bloqueava medidas que favorecessem os camponeses, protegendo o latifúndio. O PS e PC acabaram rompendo com o governo. Com a conjuntura internacional

da II Guerra Mundial, o PC fez um chamado à frente antifascista, para combater o mesmo Ibañez que apoiara a Frente Popular. Dizendo-se o candidato dos sem partido, o ex-ditador agrupou conservadores e uma parte dos liberais. A chamada do PC para formar a amplíssima Frente Popular foi lançada também aos conservadores e liberais. O lema era: “nem esquerda nem direita: unidade nacional antifascista”. Constituiu-se assim o Bloco Nacional Democrático Antifascista, que arrastou uma parte dos liberais, junto com socialistas, comunistas e falangistas (que darão origem à Democracia Cristã, posteriormente). O próprio ex-presidente Alessandri apoiou o candidato radical Juan Antonio Ríos, que foi eleito.

Durante o governo de Ríos, o PS se fragmentou, uma parte se somou às campanhas anticomunistas da direita, enquanto outra aprovava, no 8º Congresso, em janeiro de 1943, que o

partido se retirasse do governo. Allende é eleito secretário geral do PS. No ano seguinte, o 9º Congresso consumou a ruptura do partido e o PS majoritário se direitizou. Cresceu a defesa da reedição do frentismo, mas sem os comunistas. Em 1945, o Congresso do PC se “autocriticou” pelo seguidismo e tendências oportunistas em relação aos radicais. E se propôs a mudar a postura de até então de não compor ministérios.

Em 1946, o PS lançou candidatura própria. O candidato da frente entre comunistas e radicais saiu vitorioso e o PC obteve três ministérios. Porém, em 1947, foi expulso do governo, sendo proscrito no ano seguinte. Vale lembrar que era o PC quem controlava o movimento sindical e tinha um peso eleitoral significativo. O presidente radical González Videla, eleito com um programa desenvolvimentista e democratizante que incorporava elementos do PC, como nacionalizações de alguns setores e reforma agrária, logo



Programa da U.P.

assumiu a posição dos Estados Unidos da guerra fria e se subordinou ao controle dos liberais.

Estes zigzagues abriram caminho para a vitória de Carlos Ibañez, em 1952, como caudilho antipartidário, apoiado pelo Partido Socialista Popular e pelo Partido Agrário Laborista. Liberais e conservadores se uniram. Os radicais ficaram com a falange e com os social-cristãos. Allende também concorreu pelo PS, apoiado pelo PC. Em 1956, se formou a Frente de Ação Popular (FRAP), com o PC na ilegalidade. Diante do incremento da repressão de Ibañez, a esquerda buscou uma frente estável e permanente. O PC defendia uma frente ampla, com radicais e falangistas. O PS defendia uma frente apenas de partidos operários (Frente dos Trabalhadores), excluindo radicais e falange. Formou-se assim a frente de “partidos populares”, com uma plataforma democrática e anti-imperialista. O PC, seguindo decisões do XX Congresso do PCUS, de transição pacífica ao socialismo, empreendeu uma campanha de aproximação com setores da burguesia nacional. Já o PS, depois da experiência com radicais e Ibañez, apontava que tais partidos tinham mostrado sua face reacionária, sendo necessária uma via menos gradual ao socialismo. Ainda na ilegalidade, toda política do PC se concentrava em questões eleitorais.

O movimento operário vinha se reorganizando desde 1948, levando à criação da CUT (Central Única de Trabalhadores) cinco anos depois. Protagonizou choques com Ibañez, que aprofundou a repressão, e tentou, diante das greves gerais, criar uma federação paralela. Os documentos fundacionais da CUT pregavam a luta contra o capitalismo e alertavam que todo Estado, nos marcos do capitalismo, é instrumento de exploração. Estas caracterizações, porém, foram atenuadas pela intervenção dos partidos da FRAP, agregando a defesa da “democracia do povo”, sobretudo para não afastar os democratas-cristãos. O colaboracionismo do PC com Ibañez lhe dá em troca a legalidade. O mandato presidencial terminou em meio a uma crise econômica e política.

Em 1957, há uma recomposição dos partidos tradicionais: conservador, liberal e radical. Os radicais, depois de 14 anos de governo, perderam posição. A Democracia Cristã ocupou o lugar deles. Criado neste ano, o Partido Democrata Cristão (PDC) originou-se da fusão da Falange Nacional e do Partido Conservador Social Cristão (oriundo do Partido Conservador). O PDC passou a disputar a direção do movimento sindical e se apresentar como se fosse uma nova via entre o comunismo e capitalismo.

Os estalinistas, sempre procurando a tal fração progressista da burguesia, queriam apoiar Guillermo del Pedregal, ex-ibañista. Mas acabaram aceitando a candidatura de Allende. Em 1958, Jorge Alessandri foi eleito com 30 mil votos a mais que Allende. A FRAP contava com a vitória em 1964. Diante do perigo allendista, acompanhado pelo declínio eleitoral dos partidos direitistas, o PDC se potenciou como alternativa. Frei foi apoiado pelos Estados Unidos, tanto no financiamento de sua campanha como em seu governo. Fez parte da “Aliança para o Progresso”, em que os EUA procuravam prevenir a expansão da revolu-

ção cubana, antecipando algumas medidas como reforma agrária limitadas aos marcos do capitalismo. Ao mexer na estrutura agrária sem avançar decisivamente sobre o latifúndio, porém, aprofundou-se a radicalização no campo, assim como nas cidades com as promessas governamentais de moradia. Frei terminou seu mandato em meio a uma recessão econômica, sem apoio popular e sem cumprir suas promessas de reformas.

A partir da influência da Revolução Cubana e da generalização das lutas camponesas e urbanas no Chile, os programas dos frentepopulistas de 1964 e 1970 são verbalmente mais radicalizados que os de 1952 e 1958. A Unidade Popular (UP) foi constituída no final de 1969, num momento em que o descontentamento popular já fugia ao controle da burguesia. A FRAP acabou abrangendo o PR, o Partido Social Democrata, além do Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), a Ação Popular Independente (API) e contou com o apoio do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) e da Esquerda Cristã (IC), que ficaram fora do governo. O programa da UP consistia na transição pacífica para o socialismo, chamada “via chilena”. Assim, o PC concluía sua experiência de Frente Popular constituindo um governo impotente perante o cerco imperialista, a sabotagem da burguesia chilena e a conspiração fascista das Forças Armadas.

A direita, enfraquecida, apostou em Jorge Alessandri, ex-presidente, empresário em mais de 19 empresas monopolísticas. Seu programa expressou a burguesia acuada. Levantou a bandeira de unidade entre patrões e trabalhadores.

Radomiro Tomic, do PDC, se destacou pela defesa da propriedade privada. Procurou enganar os trabalhadores com a bandeira de “função social”, de maneira que a propriedade privada fosse bem utilizada no marco “revolucionário, popular e democrático”. Postou-se como se fosse antimonopolista. Disse defender as maiorias, a justiça igualitária e a separação entre as funções públicas e os interesses econômicos. Propôs a participação popular, economia planificada, reforma agrária com aceleração das desapropriações para eliminar rapidamente o latifúndio e entregar as terras aos camponeses. Quanto ao cobre, defendeu a nacionalização das minas com indenização.

Programa de reformas da UP

O programa de Allende é uma variante mais à esquerda do programa dos democratas-cristãos, houve até uma tentativa de unificação das duas candidaturas. Allende denunciava a opressão imperialista, a alta do custo de vida (1000% em dez anos) e todas as mazelas que assolavam os trabalhadores do campo e da cidade. Apontava que Alessandri e PDC já haviam passado pela presidência e não resolveram as necessidades populares, pois para isso seria necessário atacar a estrutura capitalista. Propunha o aprofundamento da democracia por meio da constituição de Comitês de Unidade Popular para o povo tomar o poder em suas mãos e exercê-lo. Seu Estado Popular teria como órgão máximo a Assembleia do Povo, uma câmara única, com representantes eleitos, com mandatos revogáveis. A democratização do Estado incluía o pluripartidarismo, participação popular

no governo e na economia, humanização da polícia e a real autonomia da Justiça. As Forças Armadas seriam integradas à vida social em tarefas de desenvolvimento econômico e social, e não poderiam ser usadas para reprimir o povo ou servir a interesses das potências estrangeiras.

Na economia, defendia a nacionalização das riquezas básicas (cobre, ferro, salitre, iodo, carvão mineral), do setor financeiro, do comércio exterior, da distribuição, dos monopólios industriais estratégicos, energia elétrica, transporte ferroviário, aéreo e marítimo, comunicações, cadeia do petróleo, siderurgia, cimento, petroquímica, celulose. Faria expropriações resguardando os interesses dos pequenos acionistas e garantindo indenizações. Quanto à reforma agrária, defendia a expropriação das propriedades que excedessem o limite territorial estabelecido; incorporação ao cultivo das terras abandonadas; organização preferencialmente de cooperativa das terras expropriadas; constituição de empresas agrícolas estatais; entregas de títulos nominiais aos camponeses, quando possível.

Para os ramos da produção que continuariam como propriedade privada, Allende prometia o benefício com a planificação da economia e assistência financeira e técnica por parte do Estado. Além disso, prometia pleno emprego, crescimento econômico, desenvolvimento das forças produtivas e estabilidade monetária (fim da inflação). Também garantia, com a participação dos trabalhadores, a definição dos pisos salariais e salários mínimos nas diversas zonas do país e com reajuste automático enquanto ainda houvesse inflação. Suas propostas também tratavam da ampliação do acesso da população à saúde, meta de casa própria para todas as famílias e instituição de um sistema educacional democrático único e planejado.

Salvador Allende foi eleito com 36,3% dos votos, 1,4% a mais que Jorge Alessandri, do Partido Nacional. Allende tomou posse e despertou ilusões sem precedentes entre as massas operárias e camponesas. O programa da UP era uma mescla de pontos programáticos que abrangia necessidades elementares dos explorados até reformas democratizantes do aparato repressivo do Estado. Para um Chile dominado pela oligarquia latifundiária e financeira



Repressão golpista nas ruas

e pelos monopólios imperialistas, as medidas econômicas de nacionalização soaram progressistas nos ouvidos da população. Para um Chile que somente conheceu governos ditatoriais ou mascarados de liberais, a democratização deslumbrou os olhos da classe operária, dos camponeses e de parte da classe média. Para um Chile de trabalhadores superexplorados, as promessas de reformas sociais de Allende despertaram a esperança de dias melhores. No entanto, o poder real do Chile não era o da UP, mas dos latifundiários, dos banqueiros, dos grandes industriais e dos comerciantes, cujo esteio estava nas Forças Armadas, que se manteve intacta e pronta para cumprir sua função contrarrevolucionária na hora em que a UP mostrasse sua fraqueza e seu fracasso. As ilusões despertadas pela Frente Popular nas massas eram de que constituíam pelo voto um governo dos oprimidos, como o primeiro passo em direção à construção do socialismo. Não há traição maior aos explorados do que obscurecer o caráter de classe do Estado, seja do legislativo, judiciário, policial e forças armadas. As ilusões, em vez de impulsionarem as massas, converteram-se em amarras. O frente populismo é o contrário da independência de classe, o oposto da estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

Allende e a UP, responsáveis pela derrota de 1973

O estalinismo e os reformistas cultivam o mito de Allende, para ocultar suas próprias responsabilidades na derrota, de graves consequências ao proletariado chileno e internacional.

Alimentam a confusão e divisão ao redor dos responsáveis, da origem da tragédia, para gerar impotência, a sensação de que é impossível vencer o opressor, acabar com a dominação imperialista, de que somente se pode fazer o que é possível, o que nos deixam fazer, sem contrariar seus interesses.

É de fundamental importância realizar um balanço profundo da UP, do golpe contrarrevolucionário para poder apreender dessa experiência, para não repeti-la, para poder assimilar a estratégia socialista da classe operária, contrária à que levou adiante em nome do “socialismo com democracia” ou “via chilena ao socialismo”, ou expressões similares. Para

isso se deve submeter à crítica todo o processo, as concepções políticas que levaram à derrota e baixar o pedestal ao Doutor Allende porque, por trás da apologia aparentemente despolitizada e desinteressada de sua figura, se esconde o objetivo de impedir avançar no balanço. A política da Unidade Popular foi o de fechar o caminho, bloquear a evolução das massas para a revolução social –sua expressão mais consciente se concentra no partido Comunista, que levou adiante a política de traição em todo o mundo.

A história ensina que para começar a construir o socialismo é necessário acabar com a ditadura do capital, com seu Estado, por meio da revolução social, que exproprie os meios de produção dos capitalistas e os transforme em propriedade coletiva. Que não há processos pacíficos, evolutivos, de transformação para o socialismo. Que a burguesia e o imperialis-

mo farão o impossível para impedir que a classe operária chegue ao poder. Que o capitalismo não se pode reformar ou humanizar, sua existência é contraditória com a necessidade da sociedade de desenvolver as forças produtivas.

O Programa de Transição afirmava, 30 anos antes, que os próprios partidos da classe operária, socialdemocratas, estalinistas, anarquistas, sindicalistas, cada um à sua maneira, operam como um freio para o ímpeto revolucionário das massas. A passagem definitiva da III Internacional para a ordem burguesa e o seu cínico papel contrarrevolucionário no mundo inteiro, em especial na Espanha, França, Estados Unidos e outros países “democráticos”, criaram excepcionais dificuldades ao proletariado mundial. Sob a bandeira da Revolução de Outubro, a política conciliadora praticada pela “Frente Popular” leva à impotência a classe operária e abre caminho ao fascismo. Constatação essa que foi plenamente confirmada no Chile.

Setores conservadores responsabilizam Allende pelo golpe no sentido que lhe faltou “pragmatismo”, que devia *medir os riscos de desafiar os Estados Unidos*, que deveria estatizar as minas de cobre, (aprovado por unanimidade pelo Congresso), que devia pagar uma indenização às empresas norte-americanas pela expropriação (Allende havia optado por não pagar a expropriação do cobre argumentando os excessivos lucros e de ter vendido cobre aos Estados Unidos a preço abaixo do mercado). Depois, em maio de 1972, o governo decidiu comprar as ações da ITT, dona de 70% da Companhia Telefônica, e se discutiu o preço da operação, operação que se abortou a partir dos Estados Unidos, porque Allende decidiu sua estatização (pagando 4 vezes mais que a avaliação que se fazia no Chile).

Culpam Allende por não compreender que *não era possível levar adiante mudanças profundas sem contar com o apoio de uma maioria cidadã*. A maioria para ratificá-lo como presidente no Congresso se obteve somando os votos dos parlamentares da UP com os do partido Democrata Cristão. Dizem esses setores que *não havia grandes diferenças entre os programas de governo propostos pela UP e pela Democracia Cristã*. *Supunham que todos eles postulavam a “revolução” pela via democrática para fazer as profundas transformações políticas, econômicas e sociais que o país requeria justamente para tornar mais real e profunda sua democracia*. Sugerindo dessa forma que, se se trabalhasse junto com a Democracia Cristã, o caminho teria sido mais lento, mas mais seguro.

Aqueles que se reivindicavam de Allende e da UP se queixavam de que *os mais ricos, e portanto os mais poderosos, resistiram a respeitar as regras democráticas quando os resultados lhes foram ficando cada vez mais adversos*. Allende e a UP estavam convencidos de que era possível a transformação pacífica da sociedade por meio dos processos eleitorais, diziam *“faremos deste país a primeira nação socialista da América”*.

Acreditavam que *o imperialismo podia entender que no Chile se utilizavam parâmetros distintos dos de Cuba, porque o PC chileno havia jogado suas cartas políticas, desde a sua fundação, na mesa democrática, fazendo parte de alianças de governo desde que, em 1938, triunfou a Frente Popular*. *“Havia governado com democracia”, tinha senadores, deputados e prefeitos*. Quando o PC, pela quarta vez, fez parte da aliança de partidos de esquerda que liderava Allende, *“qualquer democrata chileno sabia que não havia perigo de ditaduras de esquerda e que o sistema democrático seguia*

seu curso (...) e esse era, além disso, o solene compromisso do doutor Salvador Allende”.

O partido Comunista representou conseqüentemente a ala mais reacionária da aliança da UP, em junho de 1971, seu teórico, Orlando Millas, caracterizou que a debilidade do governo nascia das “transgressões” ao programa da UP, isto é, das concessões que devia realizar ao movimento de massas no primeiro período de tomadas e ocupações.

Allende, a UP, os estalinistas, faziam uma apologia das instituições burguesas e repetiam todo o tempo que o Chile *“conta com um Parlamento com uma atividade ininterrupta desde sua criação, há 160 anos; onde os Tribunais de Justiça são independentes do Executivo e que, desde 1833, só uma vez havia mudado a Carta Constitucional, sem que esta praticamente jamais houvesse deixado de ser aplicada. Um país onde a vida pública está organizada em instituições civis, que conta com Forças Armadas de provada formação profissional e de fundo espírito democrático”*. (Discurso de Allende na ONU, em fins de 1972). Estas colocações repetidas em inumeráveis oportunidades levavam a reafirmar que toda a vida política das massas devia transcorrer dentro dessas instituições, respeitando esse ordenamento. A burguesia e o imperialismo não duvidaram em fazer voar pelo ar todas essas tradições para esmagar o povo chileno. A burguesia não fez um mito das instituições, enquanto servem para garantir o regime da propriedade privada, conter a massas, aplicar suas políticas, as mantêm, quando já não lhes servem podem apelar para as formas mais bestiais da ditadura do capital.

Dizem os defensores da UP: *“o Presidente Allende nunca convocou seus seguidores a formar milícias revolucionárias. A Constituição, em toda nação democrática, entrega o monopólio do uso das armas a um único grupo organizado: as Forças Armadas. E o Presidente Allende as respeitou e inclusive pediu sua colaboração, no gabinete, para dar um sinal que faria desistir os conspiradores. Mas não conseguiu”*. Allende foi ainda mais longe, chamou a confiar uma e outra vez nas Forças Armadas, o fez diante do golpe de junho de 1973, em um discurso solene por rádio e televisão solicitando *“aos trabalhadores e ao povo em geral que confiasse nas Forças Armadas e de Segurança”* mostrando que sua preocupação central era impedir que a classe operária se mobilizasse e tomasse medidas para enfrentar os golpistas. Um mês antes, Corvalán, secretário geral do PC, havia colocado que *“a luta de classes, por aguda que fosse, não saísse do leito que havia seguido até hoje”* (El Siglo, 11 de Maio de 1973)

Em 9 de agosto, um mês antes do golpe, Allende incorporou os militares ao gabinete. Os militares desencadearam uma ampla repressão em todo o país. A CUT denunciou em julho de 1973: *“as incursões se estão realizando exclusivamente contra indústrias, sindicatos e população”* a repressão se iniciou com o pretexto de “buscar armas” de acordo com uma lei que o próprio Allende enviou ao Parlamento. Os ministérios da Fazenda, Terras e Colonização, Obras Públicas e Transportes foram colocados sob o controle de ministros militares. As capitulações de Allende diante das exigências da burguesia a encorajaram para ir mais longe com seus objetivos.

Aqueles que se reivindicam de Allende destacam que *“respeitou a liberdade de imprensa até o último momento”*. O imperialismo contou com os principais meios de comunicação em suas mãos para conspirar, e fez chegar financiamentos, especialmente ao “El Mercurio”. O que é apresentado como

uma virtude é uma mostra da impotência de sua política frente ao imperialismo.

Os allendistas criticavam que parte da esquerda chilena havia *debilitado seu ânimo democrático, ainda que alguns reforçassem a organização de sindicatos operários e camponeses para defender o governo, para outros a resposta “à violência reacionária deve ser respondida com violência revolucionária”, diziam que fazendo o jogo da CIA, sugerindo que por trás dessas colocações poderia estar a mão do imperialismo, - que o MIR, organizações da esquerda cristã (MAPU) e a ala esquerda do Partido Socialista poderiam ter sido infiltrados. Acusam o MIR, que afirmava que “termina o ciclo das ilusões reformistas, da via chilena para o socialismo, da revolução sem custo social. As leis de guerra de classes acabaram por se impor e esmigalharam os sonhos reformistas, demonstrando mais uma vez que não é possível se fazer meias revoluções com a democracia burguesa. Por isso, companheiros, será tarefa dos trabalhadores e dos revolucionários abrir uma nova etapa, reacendendo o entusiasmo das massas, impulsionando a revolução operária e camponesa, à verdadeira revolução, a revolução proletária!” (Miguel Enríquez, meados de 1973).*

Allende e a UP desenvolveram uma política de desmoralização da classe operária, trataram de “aristocratas operários” e “contrarrevolucionários” os mineiros de “El Teniente” por sua greve pela reivindicação de reajuste salarial frente ao aumento inflacionário. Rechaçaram a ocupação de fábricas e oficinas pelos operários, os intentos de controle operário, as exigências salariais. O allendismo chamou os operários a abaixar suas reivindicações, para não assustar a pequena burguesia.

Muito possivelmente, a CIA se infiltrou nas organizações de esquerda, mas esta denúncia que fazem os partidários da UP evita reconhecer que um setor das massas, da esquerda, inclusive aliados da UP, começou a se chocar com sua política conciliadora.

Esse tipo de críticas são muito conhecidas, o estalinismo e os reformistas as aplicam em todo mundo contra aqueles que denunciam suas traições. Dessa forma, bloqueiam todo balanço e toda crítica, porque a colocam sob suspeita, proveniente do inimigo. O que correspondia e corresponde dizer aos revolucionários era que efetivamente não existia tal “via pacífica”, que a conspiração estava em marcha, que havia de armar a população para resistir aos ataques da direita, que era imprescindível construir um partido operário revolucionário, apoiado em um programa, em uma estratégia proletária, (questão que lamentavelmente estava muito longe dos propósitos do MIR e dos setores que rompiam com o PS e o PC frente ao fracasso visível da UP).

Gabriel Garcia Márquez afirmou que *“Allende levada dentro do casulo legalista o germe de sua própria destruição: um homem que lutou até a morte em defesa da legalidade”*. Uma boa síntese da política de Allende e da frente popular. Basta acrescentar que essa política levou à destruição e à trágica derrota do proletariado chileno, um dos mais politizados do continente organizado em partidos operários de massas. O golpe sangrento foi contra esse proletariado, contra as massas. O golpe foi contra o Chile, para poder submetê-lo e transformá-lo praticamente em uma colônia do imperialismo.

Garcia Márquez também define Allende dizendo: *“a con-*



Represión golpista nas ruas

tradição mais dramática de sua vida foi ser ao mesmo tempo inimigo congênito da violência e revolucionário apaixonado, e ele acreditava ter resolvido na hipótese de que as condições do Chile permitiam uma evolução pacífica para o socialismo, dentro da legalidade burguesa. A experiência o ensinou tarde demais que não se pode mudar um sistema partindo do governo, mas sim desde o poder”. A escritora Verdugo diz, como tantos allendistas, que “Nesse projeto totalitário, Salvador Allende não podia ter participado. Isso não era para ele. E estava disposto a morrer do que trair suas convicções e seus compromissos publicamente assumidos...”

Em uma reportagem de Le Monde, em fevereiro de 1971, o jornalista lhe pergunta se era possível evitar a ditadura do proletariado: *“Eu acredito que sim, é para isso que nós trabalhamos. O futuro nos dirá se estamos equivocados ou teremos razão. Hoje pensamos que é possível, inclusive ainda que isto não seja fácil”*.

Nós dizíamos, ao contrário do que assinalava G. Márquez, que o rechaço à violência em geral nega a qualidade de revolucionário. E verificamos essa nossa contestação na confissão de Allende, de que trabalhou para evitar a ditadura do proletariado.

As ilusões não foram somente da esquerda chilena, do Partido Socialista e do PC. Fidel Casto, os guevaristas, os reformistas de todo o mundo contribuíram fortemente para alimantar a ilusão na chamada via chilena.

A direita acusava Allende por ter participado de uma reunião da OLAS, de ter reclamado a devolução do cadáver de Che, de que recebeu um grupo de guerrilheiros sobreviventes que haviam cruzado a fronteira da Bolívia e os escoltou até Tahití, porque foi ao Vietnã a convite de Ho Chi Minh. A direita pretendia, por isso, inabilitá-lo como senador.

Os Estados Unidos da América do Norte o qualificou como inimigo e conseqüentemente trabalharam desde o início dos anos 60 para impedir que chegasse ao governo. Essa posição do imperialismo contribuiu para potenciar o mito. Os setores mais direitistas e os empresários mais poderosos colaboraram abertamente com os Estados Unidos para sabotar Allende. Não lhes importava seus discursos e boas intenções democráticas, entendiam que sua chegada ao governo o levaria a posições radicais, além de sua vontade e não queriam correr riscos.

Allende sabia, ou devia saber, o que ocorria e o que ocor-

reu e não abandonou nunca sua política reformista e levou o povo chileno à derrota. Ainda que diga: *“nada pude fazer para evitar a tragédia”*. Em fins de 1972, havia denunciado na ONU que a ITT conspirou para impedir que fosse presidente e que sua pretensão era provocar uma guerra civil. Não somente não fez o necessário para enfrentar os golpistas como lhes deu mais poder e tomou medidas para desmoralizar e desmobilizar e dividir as massas.

Allende foi consequente, se manteve fiel à sua política reformista até o final. Em 1952, já havia apresentado, sendo senador, como candidato a presidente pela Frente do Povo, uma aliança com o PC, ficando em quarto lugar nessas eleições com 52.000 votos. Sua segunda eleição presidencial foi em 1958 em nome da Frente de Ação Popular (FRAP), ficando em segundo com 354.000 votos, perdendo a eleição para Alessandri por 30.000 votos. Em 1964, participou da terceira eleição presidencial enfrentando Eduardo Frei Montalva, prometendo uma *revolução com liberdade* e foi derrotado contundentemente. Em setembro de 1970, ganhou as eleições com 36,3% dos votos.

Em uma época em que eram correntes os conflitos de ruas e que inclusive houve Milícias Socialistas, Allende disse: *“Os partidos de direita armaram a milícia republicana, com armas do Exército e Carabineiros. Em troca, nossas milícias não têm armas. As únicas armas são seu espírito de disciplina e sua convicção cidadã”*.

Em seu próprio partido geraram correntes contrárias à *“via democrática ao socialismo”* que promulgava Allende. Em 1967, em um Congresso realizado em Chillán, foi questionada esta política e Allende foi isolado e criticado ao ponto que nem pode falar na assembleia. Até no seio de sua própria família era questionada sua política.

No Estádio Nacional, em 5 de novembro de 1970, no ato

popular tendo assumido à presidência, diz em seu discurso: *“O Chile inicia sua marcha para o socialismo, sem ter sofrido a trágica experiência de uma guerra fratricida. E este fato, com toda sua grandeza, condiciona a via que seguirá este governo em sua obra transformadora. A vontade popular nos legitima nesta tarefa”*. *“Cada povo tem o direito a desenvolver-se livremente, marchando pelo caminho que escolheu. Porém, sabemos que, por desventura, não é assim (...) existe uma considerável intromissão nos assuntos internos de muitos países. Os poderosos fazem sentir sua influência de mil maneiras. O Chile, que respeita a autodeterminação e pratica a não intervenção, pode legitimamente exigir de qualquer governo que atue com ele da mesma forma”*.

O balanço da experiência contrarrevolucionária da UP, o papel de Allende e do PC têm uma enorme vigência, ainda hoje que se avizinha um novo governo da Concertação que aglutina os mesmos atores políticos de 40 anos. O balanço crítico é imprescindível na tarefa de responder à tarefa de construir a direção revolucionária, o partido da revolução e ditadura proletárias. A classe operária deve enterrar todos os mitos para construir-se conscientemente como classe e poder colocar-se à cabeça da nação oprimida para libertá-la da opressão insuportável do imperialismo e libertar a si mesma do jugo capitalista. Não poderá começar a construção do socialismo sem revolução social triunfante, que destrua o Estado burguês (a ditadura capitalista) e que transforme a propriedade privada dos grandes meios de produção em propriedade social, esta é a trágica lição da derrota da classe operária.

Grande parte das citações foram extraídas do livro “Allende, como a Casa Branca provocou sua morte”, de Patrícia Verdugo, que fez uma valiosa síntese tanto dos documentos desclassificados nos Estados Unidos, como uma apologia das posições políticas de Salvador Allende e da UP.

1973: Revolução e Contrarrevolução se enfrentam

Em 29 de junho de 1973, o regimento de tanques de Santiago, a mando do Coronel Roberto Souper, ocupou as ruas da capital e anunciou a tomada do poder. O intento golpista se estilhaçou contra a reação operária e popular. As fábricas pararam a produção. Massivas assembleias chamaram a enfrentar o golpe e se armaram as brigadas operárias para o choque contra a reação. Foi formado um comando operário e popular conjunto em Santiago, a mando do Cordão Industrial Cerrillos, que promulgou um comunicado onde chamava a: 1) tomar todas as indústrias, 2) organizar brigadas para manter a produção, 3) articular as organizações operárias e populares para coordenar as ações de defesa das massas e as provisões e 4) reunir os Cordões do país para a elaboração de um plano comum.

O golpe falhou. O episódio demonstrou a dificuldade da Unidade Popular (UP) para disciplinar as massas. E suas vacilações e traições frente a estas quando exigiu respeito à ordem (o que equivalia a fortalecer a burguesia que conspirava nas instituições), a restituição das propriedades tomadas dos capitalistas pelos Cordões em todo o país e desatou a repressão política contra seus dirigentes.

Três dias depois do 29 de junho, Allende declarou Estado de Emergência. Isto é, deu carta branca aos militares para procederem como quisessem. Liberado o caminho para a aberta ação da reação, os militares entrevistaram nos jornais onde os trabalhadores haviam colocado a imprensa a serviço dos Cordões. O Canal de TV Estatal foi censurado, enquanto os periódicos e canais da reação estavam liberados para continuar chamando o golpe, como faziam descaradamente. Os militares tomavam assim o controle da situação. Os quartéis e regimentos ferviam de proclamações golpistas. Os simpatizantes do governo nas Forças Armadas foram submetidos à corte marcial. Marinheiros e aviadores que apoiavam a iniciativa operária e popular caíram presos e foram torturados.

O ensaio general do golpe de setembro chegava para confirmar no alto comando militar e para mostrar ao imperialismo que os tempos compeliavam à ação. A classe operária ganhava confiança em si mesma e estava mais bem organizada. O controle coletivo que exerciam de fato sobre parte da produção e das provisões questionava a propriedade privada. A energia, radicalidade e os programas de

ação elaborados no calor de seus combates contra os complôs patronais indicavam o caminho de sua ruptura com a UP e sua projeção independente (ainda que não rompesse politicamente com ela). Os Cordões reuniam em suas mãos uma considerável parte das funções de produção, distribuição, defesa dos trabalhadores e dos serviços sociais. Isto é, se reforçava o poder de suas organizações de massas. O imperialismo, a burguesia nacional, os latifundiários, a classe média e principalmente os generais golpistas compreenderam cabalmente o perigo dessa situação: as massas se encaminhavam para a insurreição. A via eleitoral estava definitivamente enclausurada pela dinâmica da luta de classes e a decomposição allendista. A resposta da classe operária ao 29 de junho definiu a via golpista.

A burguesia se subleva

Os empresários, jornalistas, partidos de direita, hierarquia da Igreja, assim como a cúpula militar, defendiam a derrubada da UP. Decreta-se um segundo locaute, dos transportadores. No parlamento, os únicos projetos que prosperaram foram os que pediam a destituição de Allende. A economia estava paralisada pelo boicote capitalista. Cortaram-se os investimentos e os que se mantiveram eram à base de subsídios estatais. Não se investia em maquinaria, nem reposições. Escasseavam os produtos. Enfim, a burguesia usava seu poder econômico para aprofundar a crise, mostrando quão intocado estava seu poder como classe dominante. Mas também quão servil e traidor às massas havia sido o papel do allendismo no governo.

A burguesia demonstrava abertamente que pretendia dirimir seu conflito com a UP e seu antagonismo com as massas a sangue e fogo. Porém Allende respondeu aos planes golpistas[®] golpeando as massas! Pretendia assim demonstrar que não era necessária a ditadura, que ainda podia resgatar a democracia. Emitiu então um decreto de controle de armas. A desculpa perfeita para que o exército requisitasse as poucas e insuficientes armas que os cordões vinham provendo para a autodefesa de suas organizações. Enquanto os bandos fascistas foram reforçados, preservados e aumentaram seu armamento. Finalmente, Allende permitiu ao exército realizar ataques contrarrevolucionários [®]preventivos[®] contra as massas para impedir sua capacidade de resposta ao golpe militar, que já tinha data marcada. *Lei Marcial, Estado de Emergência e Controle de Armas foram os instrumentos dos quais o golpismo se serviu e o atestado de óbito do governo allendista.* A decomposição era tal que Corvalán, Secretário geral do Partido Comunista do Chile, em vésperas do golpe, se vangloriou do patriotismo e lealdade das Forças Armadas. E, no mesmo discurso, atacou as massas radicalizadas, as igualando aos grupos fascistas de Pátria e Liberdade e as rotulando de como *responsáveis pela violência*.

A crise de direção mundial foi uma trava para a revolução no Chile

Mil dias transcorreram desde a chegada da UP à presidência. Três anos nos quais as massas tiveram que extrair suas próprias conclusões sobre o real caráter do governo no terreno concreto de seu enfrentamento com a burguesia e com a reação nas fábricas, campos e minas. A luta de classes as



O apoio das massas à Frente Popular as desarmou frente ao avanço do golpismo

empurrava a superar e enterrar o governo allendista. A aparição dos gérmenes de duplo poder e, por isso mesmo, das bases materiais suficientes para a formação dos órgãos do futuro governo proletário [®] que apressavam a separação da vanguarda e das bases operárias com seus dirigentes conciliadores [®], precipitou os preparativos do golpe reacionário.

O proletariado chileno refletia instintivamente a experiência mundial da classe operária e das revoluções proletárias. Esta tomava corpo nos Cordões Industriais, verdadeiros embriões dos futuros soviets chilenos. Órgãos que poderiam canalizar as forças da revolução social e as energias das massas até então dispersas. Eram os organismos de duplo poder capazes de enfrentar os complôs burgueses e constituir os organismos da insurreição proletária. Este instinto de classe tomou corpo diante ao primeiro ato da sublevação burguesa contra a UP.

Em 1973, o Chile entrava em uma aberta situação revolucionária, mas o proletariado se encontrava órfão de uma direção revolucionária. Se bem que é certo que sua ausência lhe impediu de se projetar em direção à insurreição e à revolução social, não menos certo é que a existência de um partido mundial da revolução socialista poderia ajudar a superar essa trava e organizar o partido-programa em torno dos cordões industriais e da vanguarda que rompiam com o allendismo. O que quer dizer que os impasses da classe operária chilena diante do governo da UP e da reação golpista refletiram de forma particular a crise mundial de direção.

Enfim, a existência de um poderoso comando mundial da revolução socialista haveria encurtado os tempos históricos da experiência das massas com a Unidade Popular e organizado a vanguarda operária em torno do programa e da organização da revolução e ditadura proletárias. No entanto, a III Internacional havia sido há décadas corrompida e destruída pela contrarrevolução estalinista. E as múltiplas direções centristas que surgiram dos estilhaços da IV Internacional, estavam mais preocupadas em seu luta intestina de aparatos e em sua contínua revisão do marxismo, do que em dirigir seus esforços mundiais a reforçar as posições e conquistas da revolução chilena. Eles têm sua cota de responsabilidade na derrota do proletariado chileno ao sumir na impotência e no revisionismo a IV Internacional, que se havia erguido sobre os escombros da III leninista como sua continuidade histórica.

O imperialismo aplicou métodos de guerra contra a semicolônia para impedir um projeto conciliador

Desde 1958 os Estados Unidos consideravam a possibilidade de Salvador Allende chegar ao poder no Chile pela via democrática – sem disparar um único tiro – e se declararam em alerta. Não desejavam outra Cuba na América Latina. Reforçaram as suas equipes de espionagem e análises de inteligência. A documentação conhecida mostra a firme ação do governo ianque trabalhando abertamente para impedir a vitória eleitoral de Allende (comissão Church do Senado norte-americano “*Ações encobertas no Chile 1963-1973*”), imiscuindo-se na vida política de outro país, utilizando métodos terroristas e outras formas de violência política. Não estavam dispostos a permitir passivamente o resultado da experiência do “socialismo com democracia”, não confiavam que por esse meio as massas pudessem ser contidas.

A intervenção direta no Chile foi parte da ofensiva sobre todo o continente para esmagar a classe operária, suas organizações sindicais e políticas, encerrando uma etapa de grande radicalização social para reforçar sua dominação e aplicar sua política.

A CIA tinha uma rádio própria na embaixada norte-americana em Santiago. Recusou-se a revelar todos os documentos negando-se a cooperar com as investigações que realizou o governo norte-americano sobre sua intervenção de duas décadas passadas. Teve que ser forçada a se comprometer por escrito a entregar a documentação que, certamente, filtrou e censurou cuidadosamente para ocultar a história. Somente entregaram 300 documentos e não aceitaram abrir os arquivos secretos.

A CIA entregou pelo menos 3 milhões de dólares para a campanha presidencial do democrata-cristão Frei em 1964 aplicados na confecção de faixas e cartazes de um extremo a outro do país com forte presença em rádios e jornais do Chile. O grupo de propagando da CIA produzia 20 spots por dia nas rádios de Santiago e 44 nas províncias. Na folha de pagamentos da CIA, havia 26 jornalistas políticos. A campanha incluía, na reta final, uma campanha de terror alarmando que os tanques e soldados soviéticos – caso Allende ganhasse – ocupariam o território chileno. A CIA também contribuiu com muito dinheiro para financiar a fração mais direitista do Partido Radical.

O Pentágono contratou à *American University* de Washington DC para realizar um estudo sociológico. Estudar a sociedade chilena para conhecer a sua “capacidade política revolucionária” e medir sua “capacidade de repressão”. Na verdade, tratou-se de uma grande operação de espionagem que contratou massivamente sociólogos, antropólogos, economistas, geógrafos para fazer um detalhado “mapa ideológico” do Chile, medindo com exatidão “os fatores potenciais de insurreição”. O projeto abortou quando um sociólogo norueguês teve acesso aos reais objetivos do trabalho e denunciou o Plano Camelot. Mas, o estudo foi executado por outros meios.

O escritório da CIA por sua conta, desenvolveu um programa clandestino cujo objetivo era conseguir colaboradores de

inteligência dentro das forças armadas chilenas para monitorar conspirações golpistas e orientá-las.

Em 1970, diante do processo de radicalização social crescente, os Estados Unidos decidiram passar às “operações de sabotagem” contra Allende, ainda que um setor do governo no estivesse de acordo, pois considerava que uma vitória de Allende “não era a mesma coisa que uma vitória comunista”. Formou-se o Comitê 40, um organismo do governo Nixon presidido por Henry Kissinger, integrado pelo presidente da junta de chefes de estado maior, pelo subsecretário de defesa, o subsecretário de estado para assuntos políticos e o diretor da CIA. Este organismo teria o controle político das ações encobertas e a utilização de fundos para financiá-las. A multinacional ITT junto com outras companhias norte-americanas desempenharam um papel fundamental na organização e financiamento que se somaram aos dólares da CIA. Sua função era desenvolver todas as medidas de sabotagem à candidatura de Allende incluída a chamada “propaganda negra”, material e ações que se atribuíam a um grupo para provocar divisões e confusão e, ao mesmo tempo, de apoio à candidatura da direita. Pagavam-se jornalistas, se financiavam programas de rádio, repórteres, etc. A campanha de terror contribuiu à polarização política e ao pânico financeiro.

A vitória de Allende, a pesar de todos os esforços para evitá-lo, provocou uma crise política nos Estados Unidos e obrigou a realização de reuniões de emergência para discutir o curso de ação a seguir. Na reunião de 15 de setembro de 1970 tomou-se a decisão política de organizar o golpe, inclusive para que não assumisse o novo governo. A única coisa que não era possível era pedir que os marines invadissem o Chile, como haviam feito em 1965 em Santo Domingo.

Em 16 de setembro se reuniu o comando da CIA em seu quartel central. No memorando da reunião diz o diretor que *o presidente Nixon decidira que um governo de Allende no Chile não era aceitável para os Estados Unidos. O presidente pediu à agência evitar que Allende chegue ao poder ou derrubá-lo.*

Temiam os efeitos que poderia provocar na Itália e na França, onde crescia o chamado eurocomunismo, e temiam pela influência sobre Argentina, Peru e Bolívia. Na Estimativa Nacional de Inteligência (ENI) do ano de 1970, os analistas norte-americanos diziam que Allende estabeleceria um estado marxista-leninista ao estilo de algum país comunista da Europa central, pela via pacífica, se conseguisse uma maioria no congresso nas eleições parlamentares de 1973. Um memorando da CIA desse ano caracterizava que os limites lhes seriam impostos pelas forças armadas e pelo partido comunista, “*um partido ortodoxo que se opõe aos grupos propensos à violência*”.

A via “política” do governo norte-americano tentou que os opositores de Allende impedissem seu acesso ao governo mediante métodos políticos, que o congresso não referendasse sua eleição por maioria relativa, manobra que não pôde realizar-se. A CIA mobilizou jornalistas de diversos países para irem

a Chile e informar o iminente colapso econômico. O comitê 40 cortou todos os créditos a Chile e pressionou as multinacionais para restringirem seus investimentos. Também forçou outros países para adotarem medidas semelhantes. A ordem era “*fazer uivar de dor à economia*” e polarizar a sociedade ao máximo. O “auxílio” bilateral caiu de 35 milhões de dólares em 1969 para 1,5 milhões em 1971. Os créditos do Eximbank passaram de 234,6 milhões em 1967 para zero em 1971. Os empréstimos do BID baixaram de 45,6 milhões em 1970 para 2,1 milhões em 1972. O banco mundial não concedeu novos empréstimos no período 1970-73. Os Estados Unidos pressionaram no Clube de Paris para que se rejeitasse a renegociação da dívida externa do Chile. Os créditos para comprar autopeças caíram de 300 para 30 milhões de dólares. Por falta de autopeças ou pneus não podiam operar um setor de caminhões diesel da mineração de cobre de Chuquicamata, de ônibus privados, taxis e ônibus estatais.

A decisão de dar o golpe antes que Allende assumisse, em 24 de outubro, não pôde realizar-se, provavelmente porque não contava com apoio suficiente entre os políticos opositores, e os setores militares vinculados à embaixada, acreditavam que não havia condições naquele momento. Ademais, a cabeça do exército, o general Schneider era considerado um obstáculo nesse sentido. Um golpe nessas condições poderia fracassar e reduzir as possibilidades para o futuro.

“Estados Unidos maximizará as pressões sobre o governo de Allende para impedir sua consolidação e limitar sua capacidade de implementar políticas contrárias aos interesses dos Estados Unidos e do hemisfério (...) devem empreender-se vigorosos esforços para assegurar que outros governos do hemisfério da América Latina compreendam a oposição dos Estados Unidos à consolidação de um estado comunista no Chile, (...) e levá-los a adotar uma posição semelhante. Devem estabelecer-se consultas privadas com governos importantes de América Latina, particularmente o Brasil e Argentina, para coordenar esforços contra as iniciativas do Chile que sejam contrárias aos nossos mútuos interesses (...) devem incrementar-se os esforços para estabelecer e manter relações estreitas com líderes militares amistosos no hemisfério (...) Não se deverá fazer nenhum acordo bilateral de ajuda com o governo do Chile, (...) estudar as possíveis condutas do mercado mundial do cobre, os estoques disponíveis e outros fatores que possam afetar o mercado do cobre chileno”. (Memorando da decisão nº 93 de 9 de novembro de 1972, assinado por Henry Kissinger).

Oito dias depois, Kissinger rascunhou para o presidente Nixon um plano de 5 pontos para a guerra encoberta: “*Ação política para dividir e enfraquecer a coalizão de Allende; manter e ampliar contatos com militares chilenos; apoios a grupos e partidos políticos opositores não marxistas; ajudar a determinados jornais e utilizar outros meios de comunicação que critiquem o governo; utilizar meios de comunicação selecionados, internacionalmente, para destacar a subversão do processo democrático por parte de Allende e a intervenção de Cuba e da União Soviética no Chile*”.

Diante das estatizações do cobre e da telefônica, Nixon desfraldou a bandeira do direito de propriedade: as companhias expropriadas tinham direito a uma compensação “*imediate, justa e eficaz*”, disse. *Se não se respeitasse esse direito deveria haver uma punição*. O congresso dos Estados Unidos aprovou duas reformas, as emendas González e Hickenlooper, que exigiam



Repressão golpista nas ruas

a presença de representantes seus em todas as instituições internacionais de crédito para vetar empréstimos a países que expropriassem companhias sem pagar compensações. Se suspenderam toda ajuda a países que violarem o direito de propriedade de companhias estadunidenses.

O boicote dos comerciantes foi devastador. Se estocaram alimentos e outros produtos de primeira necessidade para conseguir grandes lucros no mercado negro e o transporte de mercadorias foi boicotado pela paralização dos caminhoneiros (recebiam dinheiro da CIA para compensar as suas perdas por estarem paralisados). A CIA também financiou o movimento *Pátria e Liberdade*, o *Partido Democrata Cristão* e o jornal *El Mercurio* (utilizando a multinacional ITT) que havia convencido Nixon que o governo de Allende estava tentando fechar os jornais, levando-os à falência, mediante a retirada da publicidade estatal.

Outro aspecto da intervenção foi o apoio às ações terroristas da ultradireita. O movimento nacionalista *Pátria e Liberdade* e a *Brigada Rolando Matus* receberam financiamento da CIA, do Partido Nacional e das organizações empresariais. O segundo homem de *Pátria e Liberdade* Roberto Thieme disse em meados de 1973 “*a liberdade se defende com ações e não com palavras. Chegou a hora de empunhar o fuzil para defender a pátria e se o preço da emancipação é a guerra civil, teremos que paga-lo*”. Ele trouxe várias partidas de armas desde a Argentina no seu próprio avião.

Em março de 1973 o chefe da CIA no Chile enviou uma mensagem à sua central afirmando que havia que *buscar um consenso entre os líderes militares sobre a necessidade de agir contra o regime, (...) tentar induzir à maior parte dos chefes militares a tomar o poder e destituir o governo de Allende; buscar uma relação segura e significativa da agência com um grupo sério de golpistas. Para conseguir isso, a agência espera dar força adicional a nosso programa, outros centros de poder político (partidos, comunidade empresarial, meios de comunicação) terão um papel de apoio vital para criar o clima político que nos permita conseguir os objetivos*. “*Dado os resultados eleitorais, a agência acredita que se deve conseguir a criação de um renovado clima de incerteza política e crise controlada para estimular os militares a considerar seriamente sua intervenção*”.

Nos arquivos da CIA se encontraram os nomes dos chefes militares chilenos que trabalhavam para eles, o dinheiro que

se lhes pagou e o complô que montaram para assassinar o comandante em chefe do exército Scheneider.

O poderoso empresário chileno Agustín Edwards, dono do El Mercurio, solicitou reunir-se na época da vitória eleitoral de Allende com Nixon, pedindo-lhe ajuda “para impedir o desastre no Chile”.

A conclusão política é que os Estados Unidos interveio aplicando todos os meios para esmagar o processo de organização e radicalização popular no Chile. O trabalho dos organismos de inteligência, militares, empresários multinacionais e a embaixada são parte da política do governo dos Estados Unidos. *Uma agressão de guerra contra um país semicolonial do qual não queriam perder o controle e ao qual queriam lhe aplicar a fundo suas políticas. O imperialismo é inimigo irreconciliável da nação oprimida. Para emancipar-se dessa opressão é necessário liquidar as bases materiais, expropriando-o, nacionalizando integralmente toda a mineração, a pesca, os bosques, os bancos e o comércio exterior. Desconhecer todos os tratados que amarram econômica, militar e politicamente Chile aos Estados Unidos e outras potências imperialistas.*

A conclusão é que a grande burguesia local foi um fiel aliado – e continua sendo – do capital financeiro internacional. A luta ant imperialista e pelo socialismo no Chile deve apontar contra os poderosos grupos locais que se associaram às multinacionais para apoderar-se da economia.

Que o exército e as forças de seguridade atuaram como um exército de ocupação sob o comando do imperialismo para garantir a aplicação de toda sua política.

Que o imperialismo agiu coordenadamente com as forças militares, políticas e econômicas locais, em todo o continente para executar seus planos, no que se denominou o Plano Condor. Que esta forma de agir no Chile é semelhante à que se desenvolve em todo mundo.

O governo de Unidade Popular e a questão camponesa

A chegada de Salvador Allende ao governo foi festejada pelos camponeses, os arrendatários, os sem-terra e o proletariado agrícola. Eles foram a espinha dorsal de seu triunfo eleitoral nas zonas rurais. Para os camponeses chagava ao poder “seu governo” para realizar sua aspiração histórica de possuir a terra, derrotando a opressão dos latifundiários, donos das terras e do Estado. Tinham profundas ilusões em sua Reforma Agrária (os “20 pontos”), que refletia suas aspirações democráticas. Milhões de oprimidos davam, assim, ao novo governo de um gigantesco apoio político e de uma força social capaz de reverter o histórico atraso no campo.

O minifúndio e a pequena propriedade ainda constituíam satélites da grande propriedade agrária. A concentração de terras era uma trava ao desenvolvimento e tecnificação da produção agrícola. O atraso técnico, a falta de terras e as dívidas colocavam o campesinato na miséria e na incapacidade rural. Impedindo de se assentar as bases de um forte mercado interno baseado nos pequenos e médios produtores. O nascente Complexo Agroindustrial (CAI), baseado na exploração florestal e na produção vinícola, tornava ainda mais violentos os choques entre a burguesia agrária e os pequenos camponeses.

Que as instituições do estado burguês são incapazes de impedir o golpismo, as ditaduras sanguinárias porque ambas – a democrática e a totalitária – são expressões da dominação capitalista.

Que as classes médias foram arrastadas pela direita golpista não pela radicalidade das medidas tomadas ou que ameaçavam tomar os trabalhadores, mas, pela desorganização e caos da economia provocadas pela incapacidade do governo da unidade popular.

Que a constituição pinochetista, a estrutura do Estado montada sob a ditadura sanguinária, continua em pé. Os governos posteriores à ditadura mantiveram o essencial do regime contra as massas, ainda que se apresentem como democráticos.

Que não é suficiente a radicalização, heroísmo e organização das massas para enfrentar o imperialismo e liquidar sua dominação. É necessário que a classe operária construa seu partido revolucionário, seu estado maior, construindo seu programa, dando expressão às tendências mais profundas de rebelião que se abrigam no seio das massas. A experiência da Unidade Popular e o golpe pinochetista são aspectos fundamentais da história da classe operária que devem resgatar-se e incorporar à sua tradição de organização e de luta.

É necessário acertar todas as contas com a política contrarrevolucionária dos estalinistas e reformistas que complementaram o trabalho do imperialismo para derrotar à classe operária. Hoje, na Concertação, são os fiadores do regime de dominação capitalista. Chile se transformou praticamente numa colônia dos Estados Unidos e suas políticas são usadas como exemplos a que se devem submeter todas as semicolônias.

As lições do Chile são de grande importância para o proletariado mundial, para a reconstrução da direção política internacional, a reconstrução da IV Internacional como partido

O programa agrário de Allende os “20 pontos para uma Reforma Agrária”, tinha por objetivo “converter” o campesinato em “pequenos empresários”, capazes de capitalizar e ampliar a contratação do trabalho assalariado. Desse modo, previa-se que aumentaria a produtividade, a oferta de produtos, se ampliar a demanda de produtos industriais, se fortaleceria o mercado interno, os preços baixaria, a inflação cairia e o faria também o déficit fiscal, fonte de permanentes crises políticas. Daí que as expropriações se ajustavam à Lei da Reforma Agrária de 1967. Ou seja, respeitando as disposições legais burguesas. As leis sindicais permitiriam administrar esse processo, arregimentando o movimento camponês por meio de seus líderes integrados aos partidos socialista e comunista.

A poderosa pressão que exerciam as massas mobilizadas sobre o governo e a direita levaram Allende a realizar a Reforma Agrária já nos dois primeiros anos de governo. Reforma que não era outra coisa senão a aprofundamento das medidas já esboçadas pelo governo democrático-cristão de Eduardo Frei (1965-1970). Allende se apoiou em suas leis que legalizavam os sindicatos (Lei 16.625) para projetar nacionalmente o campesinato sob seu programa e assegurar-se a direção do movimen-

to. Os latifundiários não opunham resistência porque temiam impulsionar as massas a passar por cima de seus dirigentes. E por isso cediam parte de suas terras, preservando o essencial de seus interesses e propriedades.

Assim, um de seus efeitos mais importantes foi o de modificar suas relações econômicas e políticas do campesinato com a burguesia agrária. O latifundiário perdia suas vantagens, para assegurar-se de maior porção da renda agrícola ao perder seu monopólio sobre a terra. E para fixar os preços dos produtos de consumo. Mas também sobre os recursos do governo encarregado de planejar, projetar e aplicar as medidas agrárias. Contudo, seria um erro considerar que se opunham ferreamente à reforma. Era uma necessidade para canalizar as revoltas camponesas cada vez mais radicalizadas. A revolução Cubana levará o imperialismo norte-americano a exigir dos governos latino-americanos a impulsionar reformas controladas a partir do Estado. O campesinato havia demonstrado seu peso nos processos revolucionários que se estendiam por toda América. Temia um movimento generalizado dos pobres do campo no Chile e a sua aliança com o proletariado. A reforma devia ser administrada impedindo que a luta fundisse com a luta proletária por uma revolução social.

Até meados de 1973 havia expropriado – com indenização – cerca de 4.401 propriedades, numo tal de 6.401.315 hectares. 438.858 sob irrigação (35,3% do total), 1.132.382 hec. de terras aráveis (32, 1% do total) e 4.830.073 não aráveis (41,1% do total). Cerca de 40.000 famílias camponesas foram beneficiadas. O governo declarou então que havia virtualmente eliminado o latifúndio. O Estado e as cooperativas possuíam 35% da terra agrícola cultivada. Mas os capitalistas mantinham ainda em seu poder 30% da terra ou sobreviviam associados ao Estado, como acontecia com os grandes vinhedos que se transformaram em empresas mistas, onde convivia a propriedade estatal e a privada.

O governo ampliará a reforma para um plano de reestruturação agrária com linhas de financiamento, preços de referência, a criação de empresas agrícolas estatais e de cooperativas camponesas para a produção, distribuição e comercialização. Surgem os *Centros de Reforma* (CERA), grandes cooperativas impulsionadas pelo governo, mas com uma incidência ínfima no campo (somente 3.000 famílias formaram os CERA). E os *Centros de Produção*, empresas estatais com melhores técnicas e maquinaria, mas que não podiam competir com a agroindústria e viviam com injeções de subsídios. Criaram-se, além disso, os *Conselhos Camponeses*, cujo objetivo era criar uma estrutura social que lhe facilitará apoio social à reforma e ao mesmo tempo mantinha sua base eleitoral agrária.

Assim concluirá a expropriação conforme o programa do governo da Unidade Popular (UP). Os “20 pontos” serão parcialmente cumpridos. Conseguindo frear momentaneamente a proletarização resultante da expansão agroindustrial e a expulsão do campesinato de suas terras. O fortalecimento das empresas estatais, os camponeses e as cooperativas agrárias se interpunham aos mecanismos de mercado e ao

bloqueio de acesso ao financiamento que, em sua maior parte, favorecia os capitalistas ajudando-os a tecnificar e ampliar a brecha com o camponês “reformado” na apropriação da renda agrícola.

Até 1973, os beneficiários serão lentamente deslocados das terras e do mercado. Não podiam competir com a economia agroindustrial, empurrando uma considerável parcela a abandonar a terra, a proletarizar-se (os salários eram melhores e os investimentos fixos) ou tinha o minifúndio improdutivo. E o crescimento agroindustrial será incapaz de absorver o campesinato retirado de suas terras na proporção e ritmo este perdia suas condições de existência como classe.

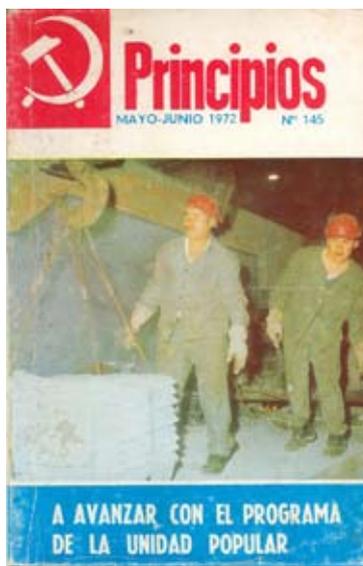
Quando a burguesia conspirava abertamente e o proletariado lutava por arrancar de seus combatentes cotidianos um organismo para aluta pelo poder, o allendismo prendia mediar entre as tendências revolucionárias das massas e a aberta preparação da contrarrevolução burguesa. Sua negativa para expropriar a totalidade da burguesia agrária e a satisfazer as massas sem terras levou a rupturas internas e a perda de apoios, o que fortaleceria a reação. Ao mesmo tempo, o caráter legalista da direção camponesa se traduziu na dependência da arbitragem do Estado burguês.

O bloco de Allende e a UP às ocupações e sua posição de ampliar a luta de classes complementará com seu giro direitista. O que levou a desarmar o campesinato frente ao poder do latifundiário e o capitalista agroindustrial que controlavam o parlamento, o exército e os recursos econômicos. A UP se demonstrou incapaz de erradicar a contrarrevolução que se preparava.

A contrarrevolução modificará violentamente as relações entre as classes o que implicará liquidar violentamente as bases que deram sustentação ao governo frente-populista. A repressão e a centralização autoritária do Estado eliminarão, finalmente, as travas que impediam a penetração do capital monopolista. Revertendo a fogo e sangue o modelo agrário aplicado por mais de 35 anos.

A sindicalização e as garantias democráticas foram anuladas. Os setores que resistiram à ditadura foram assassinados ou perseguidos, retirados dos sindicatos e de suas terras. Os *Conselhos Camponeses* foram dissolvidos e as frações mais radicalizadas brutalmente esmagadas. A imensa maioria das terras expropriadas voltou para as mãos de seus antigos donos. A agroindústria crescerá impulsionada e subsidiada pela ditadura, que garantiu sua rentabilidade derrotando o proletariado.

O maior bloqueio à transformação da luta camponesa em uma potente força social que impulsionaria a revolução agrária em aliança com o proletariado se manifestou na ausência de sua direção, o partido marxista-leninista-trotskyista. Esse foi o fator fundamental que impulsionou o campesinato a romper a conciliação de classes, superar suas ilusões democráticas no allendismo e a lançar-se à ofensiva sob a direção do proletariado para a insurreição pela tomada do poder.



Revista do PCCH

Estratégia programática do Partido Comunista do Chile

Unidade PC e PS

O governo da Unidade Popular se constituiu em torno do Partido Socialista (PS), mas sob a estratégia e a tática do Partido Comunista (PC) do Chile. Os socialistas não chegaram a estabelecer um programa. Limitaram-se, em sua acidentada e tortuosa trajetória, marcada por cisões e recomposições, a aprovar declarações em nome do marxismo, da tomada do poder e da revolução socialista. Sem terem uma caracterização do Chile e sem definirem a natureza da revolução, acabaram se sujeitando à estratégia e a tática dos “comunistas”, especificamente, dos estalinistas.

O PS se potenciou como partido pequeno burguês eleitoral. O que obrigou o Partido Comunista a mantê-lo ao seu lado e dele se servir para desenvolver a estratégia da revolução democrático-burguesa e a tática da Frente Popular. A candidatura de Salvador Allende em 1952, apoiada pelo PC que se achava proscrito, ainda que tenha ficado em quarto lugar com baixíssima votação, estabeleceu um marco nas relações entre “socialistas” e “comunistas”.

A ala esquerda dos socialistas que denunciou a política de colaboração de classes dos estalinistas e que formulou a tática de “Frente dos Trabalhadores” (unidade PS e PC, sem partidos da burguesia) não foi capaz de manter a diferenciação e constituir um partido revolucionário. A crise do regime político que se manifestou em fins dos anos 50 e se ampliou na década de 60 favoreceu o fortalecimento eleitoral dos socialistas e dos estalinistas.

O estalinismo obteve a adesão dos socialistas à sua política de frente popular, selando um acordo de formação da “Frente de Ação Popular” (FRAP), em março de 1956. A tese da via pacífica para o socialismo ganhava corpo justamente nesse período. O PC passava a aplicar no Chile as teses do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética sobre a via pacífica da revolução socialista (oposta à revolução violenta, portanto sem guerra civil para a tomada do poder). Tratava-se de uma evolução natural da estratégia da revolução democrático-burguesa e da tática de frente popular adotadas em meados de 30. Também ditadas pela revisão estalinista das teses marxista-leninistas.

Não nos limitaremos a demonstrar o malabarismo retórico utilizado pelos estalinistas chilenos para explicar que a possibilidade da “via pacífica” não só havia sido prevista por Lênin, como, depois de quase 40 anos de construção do socialismo no mundo, se impunha com maior evidência, ao lado da tese do amadurecimento das condições para a “coexistência pacífica” entre as nações sob o capitalismo.

A FRAP expressou cabalmente o oportunismo. Os socialistas a concebiam como uma frente de esquerda (Frente dos Trabalhadores) eleitoral e os estalinistas uma frente popular, que como tal incluiria partidos burgueses, no caso o Partido Radical. A ala esquerda do PS supunha que a Frente dos Trabalhadores serviria para se unir ao PC no movimento sindical, terreno em que disputavam a influência e a direção da classe operária. E que a unidade eleitoral seria tão-somente uma

consequência. Mas a Frente dos Trabalhadores não passava de uma manobra tática eleitoral diante da linha estalinista da Frente Popular. Não por acaso, a posição dos socialistas de se manterem na FRAP discutindo “fraternalmente” com os estalinistas sua política de frente popular serviu para mascarar seu objetivo de potenciar o PS, tendo como candidato Salvador Allende.

A chamada “alternativa de poder” dos trabalhadores não era senão a conquista da presidência pela via eleitoral. Nas eleições de 1958, o candidato burguês Jorge Alessandri Rodriguez foi eleito com 31,2% dos votos; em segundo lugar ficou Allende com 28,5%. O governo de Alessandri se lançou nos braços dos Estados Unidos, que no momento implementava a “Aliança para o Progresso”. Atacou a fundo as massas e tomou medidas antidemocráticas, mas a crise não lhe permitiu barrar o ascenso da FRAP.

Nas eleições de 1964, o candidato da Democracia Cristã (DC), Eduardo Frei, se elegeu com apoio ostensivo da burguesia. Obteve 55,7% dos votos. Salvador Allende, 38,6%. Esse resultado fortaleceu a posição socialista sobre a possibilidade de “uma alternativa dos trabalhadores” e a estalinista sobre a vitalidade da via pacífica para as transformações socialistas. A consigna de “alternativa de poder dos trabalhadores”, típica da política eleitoral do centrismo, colocou os socialistas sob a condução estratégica do programa reformista burguês do estalinismo.

A FRAP não escondeu seu oportunismo eleitoral, chamando setores do partido radical e figuras liberais a apoiar a candidatura de Allende. Estalinistas e socialistas arrastaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) por trás da FRAP. Ao mesmo tempo em que acentuava a colaboração entre socialistas e estalinistas sob a tática da frente popular – os socialistas continuavam a disfarçar a sua adaptação com a Frente dos Trabalhadores e com o jargão esquerdista da revolução –, abria-se uma cisão ultra-esquerdista, que desembocaria na luta armada foquista.

O XX Congresso do PS, de fevereiro de 1964, foi de crise, diferenciando-se uma fração crítica ao eleitoralismo e ao frentepopulismo. Sobreveio uma ruptura na Regional de Concepción; em 1965 se formou o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).

Em suas oscilações, o PS procurou se aproximar do castrismo. Atendeu à convocatória da Conferência Tricontinental, em janeiro de 1966, que preparou a I Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade. O castro-guevarismo preparava o caminho para a luta armada foquista. O PS, que crescia eleitoralmente e estava amarrado à linha do PC, não tinha como seguir a aventura da luta armada, lançada à margem do proletariado. Mas o MIR surgiu abraçado ao foquismo castro-guevarista. A crise do regime político não apenas impulsionava o oportunismo eleitoral, mas também o esquerdismo pequeno-burguês.

Um dos sintomas foi o surgimento do MIR e o outro mais surpreendente foi o de uma ruptura na Democracia Cristã,

com a formação pela esquerda do Movimento de Ação Popular (MAPU), em 1969. O foquismo, castro guevarista, emergia como uma costela dos socialistas e dos social-cristãos, em desconformidade com o oportunismo eleitoral do PS e com a via pacífica do PC e impulsionados pela radicalização da luta de classes. O MAPU compôs a frente popular e assumiu imediatamente cargos no governo de Allende. O MIR, que permaneceu à margem, acabou cedendo às pressões e ingressou no governo da UP. O que também mostrou que se tratava de cisões sem programa.

A luta armada em si mesma não expressa a tática e o método revolucionários do proletariado. A revolução violenta não é uma escolha que se possa fazer, é ditada pela luta de classes. O levante armado corresponde ao desenvolvimento da luta de classes. Não se produzirá simplesmente com a ação armada de pequenos grupos, como pretendia o MIR. O partido revolucionário é fundamental para levar o proletariado à insurreição e à derrubada da burguesia por meio da guerra civil.

Os socialistas não tinham programa definido, mas alcançaram penetração em importantes setores dos explorados defendendo reivindicações imediatas e comparecendo como reformistas radicais. Ganharam por essa via capacidade de luta eleitoral. Podiam assim servir de máscara esquerdista à Frente Popular, manejando sua Frente de Trabalhadores ou Frente Revolucionária “com ênfase na luta de massa”.

O oportunismo pequeno-burguês tomou a forma mais acabada em meados de 1969. O governo de Frei estava esgotado, as greves aumentavam, a repressão assassina tomava corpo (o PS fez uma denúncia radiofônica sobre 35 mortes entre 1969 e junho de 1970), a luta eleitoral indicava polarização e a aliança do PS com o PC na FRAP podia finalmente conquistar a presidência da República.

A esquerda do PS, que às vezes se valeu de alguns aspectos da luta do trotskismo contra o estalinismo, alimentou a ilusão de que não se tratava da mesma Frente Popular desenvolvida pelo PC na década de 30, que serviu ao governo burguês de Pedro Aguirre Cerda, do Partido Radical. Lembremos que o PS pôs de lado sua Frente Única dos Trabalhadores para se enfiar na Frente Popular e ocupar um cargo ministerial no governo de Cerda. Essa capitulação foi definitiva para a vida política dos socialistas.

As experiências com a política de apoio a candidatos burgueses considerados progressistas revelaram sua face mais reacionária com a formação do governo de Gabriel González Videla, em 1946. O estatismo e a orientação industrializante de Cerda, que justificavam a linha do estalinismo de auxiliar a burguesia nacional a industrializar o Chile, já não eram passíveis de sustentação. Os Estados Unidos recrudesceram sua ofensiva sobre a América Latina, destinada à penetração de suas multinacionais e de seu capital financeiro. O PC assumiu

cargos ministeriais no governo de González Videla, ao lado do Partido Radical, como se fosse possível continuar o nacional-estatismo de Cerda, que teve seu mandato abreviado em um ano devido a sua morte.

Os estalinistas ingressaram no governo burguês para potenciar seu aparato sindical e eleitoral. González Videla passou, porém, a aplicar a linha ditada pelos Estados Unidos de “guerra fria”. Tirou os cargos do PC, cassou-lhe o registro, colocou-o na clandestinidade e editou a lei repressiva denominada de “Defesa Permanente da Democracia”. Mas os estalinistas continuaram influentes. Apoiaram, em seguida, a candidatura do coronel Carlos Ibáñez, ex-presidente que se impôs como ditador na segunda metade dos anos 20. O PS seguiu a mesma linha.

O PC, assim, em 1958, retornou à legalidade. A lei discriminatória de González Videla foi revogada. O PC e o PS podiam, sob novas condições políticas e de luta de classes, desta vez, canalizar os explorados para um governo pequeno-burguês

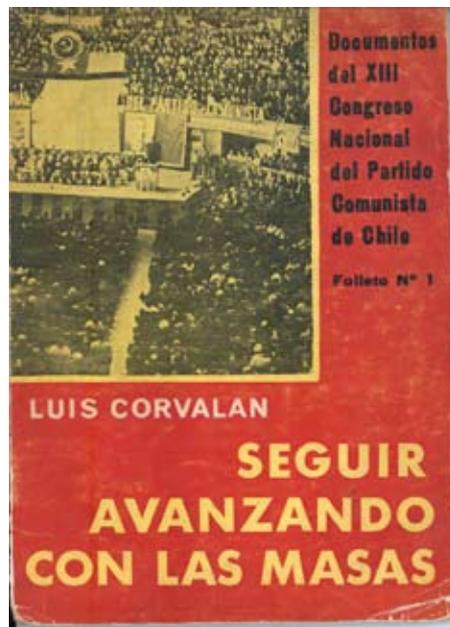
vitorioso, encabeçado por Allende que externamente ocupava um papel de figura pública dos socialistas e que internamente conduzia a ala legalista do partido.

Já não havia necessidade do PS se esconder por trás da tática de Frente dos Trabalhadores e das declarações que quase sempre o colocaram à esquerda do estalinismo. A trajetória do PS, por si só, demonstrou que sua ala esquerda quase sempre teve suas teses da revolução socialista (violência revolucionária) aprovada, mas na prática quem decidia pela política do partido era a ala reformista e eleitoral. Como a formulação da tática de Frente dos Trabalhadores não estava condicionada por um programa definido, permitia-se as constantes oscilações centristas. Respondia fundamentalmente à aliança eleitoral. Não estabelecia, portanto, uma distinção proletária diante da linha estratégica do estalinismo.

Na constituição da candidatura de Allende em 1970, a esquerda do PS procurou reafirmar a tática da Frente dos Trabalhadores completamente desmoralizada por nunca ter tido sentido prático. O PS assumiu plenamente a condução do PC para a formação da Frente Popular, contado com a participação do Partido Radical.

Programa e tática do Partido Comunista do Chile

A tática da Frente Popular corresponde ao programa do Partido Comunista. A forma mais acabada dessa relação se estabeleceu no X Congresso de 1956. Em 1962, o XII Congresso fez uma revisão incorporando a experiência da Frente de Ação Popular (FRAP). Indicava a posição do estalinismo de incorporar no movimento de libertação nacional os democratas cristãos e um setor dos radicais. A FRAP foi concebida como um instrumento de unidade entre a classe operária, a pequena-burguesia e a fração burguesa caracterizada de progressista. De fato, se tratava de um instrumento de aglutina-



Documentos do XIII Congresso do PCCH

ção da esquerda (PC e PS) para a disputa eleitoral. Quanto mais a FRAP se ampliasse para partidos como o democrata cristão e o radical, melhor seria.

A via pacífica da revolução se encaixa perfeitamente à frente popular. Sob a máscara de constituição de “movimento de libertação nacional” e da “unidade de ação” com partidos da burguesia, o programa do PC se colocava por uma frente eleitoral que constituiria um “governo democrático e popular”, cuja missão histórica era a de promover a transformação pacífica do Chile para o socialismo. A tática eleitoral condicionava, assim, o objetivo estratégico de poder. A sua forma era a da “frente popular” e o seu conteúdo programático era o da “revolução pacífica”.

O estalinismo usou a autoridade do leninismo para adaptar completamente o PC à política da burguesia. A formulação da tática eleitoral como meio pacífico da revolução socialista é oposta à tática leninista. Esse abastardamento do marxismo-leninismo tem raízes programáticas mais profundas. Encontra-se na falsa caracterização da “burguesia nacional” chilena.

A linha programática a incorpora como uma fração antagônica à fração oligárquica (sobretudo, a agrária) e ao imperialismo. Antagonismo que se manifesta materialmente na economia. A oligarquia agrária se levanta como uma trava para a industrialização. O que a coloca em choque com a fração industrial “progressista”. O imperialismo com seus monopólios, por sua vez, atravança o livre desenvolvimento da burguesia nacional. A oligarquia latifundiária está vinculada ao capital monopolista. Serve de base internamente à aliança antinacional. Ao contrário, a fração industrial, nestas condições, estaria propensa a uma aliança nacional - antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária.

A constituição de uma “frente democrática de libertação nacional” seria o instrumento para selar a aliança estratégica entre o proletariado e a burguesia progressista. A burguesia nacional do Chile, portanto, é a fração cujos interesses se chocam tanto com a oligarquia quanto com o imperialismo. A base de seus interesses se encontra na necessidade de industrialização do País. O proletariado é o maior interessado no progresso das forças produtivas nacionais. Nesse terreno, estabelecem-se os laços entre as duas classes antagônicas. As suas contradições não impediriam que se unissem por toda uma etapa em torno da libertação nacional e das transformações agrárias antioligarquicas e antif feudais. Mais precisamente, a contradição entre o proletariado e a burguesia nacional não estaria amadurecida devido ao atraso do desenvolvimento capitalista do Chile, ficando em segundo plano diante dos principais antagonismos entre esta e o imperialismo, bem como com seu aliado interno, a oligarquia.

Eis a síntese programática: “Em outras palavras, é um imperativo histórico eliminar os obstáculos que impedem o bem estar do povo e entram o progresso do Chile e levar a cabo profundas transformações democráticas, antiimperialistas e antif feudais, para a qual se requer a pronta constituição de um governo popular, antiimperialista e antif feudal.”

O Chile estaria preparado para uma “revolução popular e democrática”. Essa bandeira é da revolução democrático-burguesa. Uma etapa de construção da democracia e de solução das tarefas nacionais, bem definida e duradoura que antecede à revolução socialista. Diz o programa que “não há muralhas

infranqueáveis entre essa etapa e o socialismo”. Mas a revolução no Chile se concebe como duas etapas completamente separadas. Na etapa democrática, o proletariado se unirá à burguesia nacional para vencer a oligarquia e o imperialismo. Abrir-se-á um período de democratização do Estado. A primeira tarefa dessa aliança é a de estabelecer a República democrática, cujo esteio é o “poder do povo obtido por meio do sufrágio universal, direto e secreto, para homens e mulheres maiores de 18 anos, civis e militares, alfabetizados e analfabetos”. Estabelecida a plena democracia eleitoral, novas reformas deverão ocorrer. Eis: “Uma vez garantida uma efetiva democracia se deve dar lugar ao exercício do poder por uma Câmara Única, que conte entre suas faculdades e atribuições essenciais de designar ao Presidente da República, aos ministros de Estado e os membros dos mecanismos superiores encarregados de administrar a justiça. Devem ser democratizadas as Forças Armadas e a polícia.”

A República democrática possibilitaria o efetivo exercício da “soberania popular” caso não se circunscreva aos mecanismos de poder do Estado. A intenção do PC é o de constituir um governo que rompa o “centralismo burocrático” do sistema administrativo estatal e o substitua por uma centralização democrática. Eis: “Lutamos por acesso das massas e da participação da classe operária em todas as instituições. Brigamos para que haja democracia nas oficinas, nas fábricas, nas minas, no campo, nas escolas e nos quartéis. *Deve haver democracia de baixo a cima e de cima a baixo.*”

Essa formulação programática pressupõe uma convivência pacífica entre o proletariado e a burguesia nacional. O que seria possível porque as duas classes antagônicas estão sob os mesmos objetivos democráticos e nacionais de reformas, de desenvolvimento das forças produtivas e de independência nacional. O confronto com a oligarquia e o imperialismo seria resolvido no seio da democracia burguesa, da República democrática. O proletariado e o campesinato estabeleceriam sua aliança de classes oprimidas. Juntamente com as massas pequeno-burguesas urbanas, poderiam garantir um governo popular que, embora constituído com os partidos burgueses, teria força para realizar as transformações necessárias à etapa da revolução democrática. A política dos estalinistas, que se desprende desse programa, foi a de impulsionar a FRAP, unindo PC, PS, Partido Democrata Cristão e Partido Radical (ou parte deles, que atua pela esquerda contra a direita).

O programa do PC não tem nenhum dos pés em solo chileno. É inimaginável uma ruptura da fração industrial com a oligarquia e com o imperialismo. Os seus interesses de classe exploradora são inquebrantáveis diante do proletariado e dos camponeses, que protagonizam a luta de classes. O que não quer dizer que não tenham conflitos.

O partido democrata-cristão e o radical deram provas suficientes de incapacidade de enfrentar a oligarquia e o imperialismo. Os atritos de setores da “burguesia nacional” em torno do controle do capital externo das riquezas minerais e da penetração dos monopólios nos ramos industriais chaves nunca os empurraram a procurar no proletariado e no campesinato um aliado para romper com a oligarquia e o imperialismo.

A formação da frente popular na década de 30 constituiu prova definitiva de que o estalinismo se arrastou por trás do

governo nacional-industrializante e que este concluiu amarrado aos interesses da oligarquia e do imperialismo. O Chile somente conheceu governos ditatoriais. E não é por obra do destino, mas porque sua burguesia nacional é raquítica diante do imperialismo e sua estrutura se formou condicionada pela economia mundial, que, no início do século XX, assumiu plenamente a forma monopolista. E também porque o proletariado ainda que embrionário despontou como a classe revolucionária, como parte do proletariado internacional.

O objetivo programático de estabelecer uma aliança em torno de uma República democrática e de um governo popular é ilusória e reacionária.

O estalinismo atribui um caráter democrático revolucionário à burguesia nacional que não existe. A distinção entre burguesia imperialista e burguesia semicolonial, entre nação opressora e nação oprimida, é essencial para a política do proletariado. Em toda situação em que o imperialismo ataca, tem de ser combatido com todas as forças disponíveis. Mas, concluir que a burguesia nacional do país oprimido é antiimperialista por natureza não tem nada a ver com o marxismo.

O Chile semicolonial passou para o domínio inglês e depois para o norte-americano sem que a burguesia nacional protagonizasse um movimento revolucionário. Ocorreram medidas de nacionalizações, mas não expressaram um movimento de libertação nacional e rompimento com as cadeias de opressão do imperialismo. A burguesia chilena em seu conjunto é servil.

O programa alerta: “Devem-se considerar tanto as condições objetivas favoráveis à definição antiimperialista de grandes setores da burguesia, quanto a tendência à conciliação com os inimigos do povo.” O estalinismo apresenta os futuros aliados do proletariado como uma fração burguesa independente das demais, podendo se deslocar tanto para uma unidade revolucionária com o proletariado, quanto para a unidade contrarrevolucionária com o imperialismo. A política do PC é a de esquerdizá-la, tornando-a aliada. Esse objetivo se concretizaria por meio da frente popular e da constituição do governo popular. Essa fórmula governamental acoberta o seu caráter burguês.

Há uma passagem do programa que o reconhece teoricamente: “Como todo governo organizado no marco de uma sociedade de classes antagônicas, (o governo popular) será de classe, mas utilizará o poder em benefício da imensa maioria do país. Tal governo deve ser constituído pelo conjunto dos partidos populares, interessados no cumprimento de um programa comum.” A diferença com outros governos burgueses é que o governo popular contaria com a presença do PC, que supostamente expressaria a hegemonia do proletariado. O Estado deixaria, assim, de servir à minoria para servir à maioria. Os estalinistas têm o condão de suprimir a exploração capitalista do trabalho, a acirrada luta de classes e o antagonismo estrutural entre a burguesia e o proletariado.

Feita a operação cirúrgica, tornou-se possível supor uma República democrática e um governo popular antioligárquico e antiimperialista.

Em 1962, quando se fez a última redação do programa, o Chile era nitidamente um país de capitalismo atrasado, havia o predomínio da cidade sobre o campo, o proletariado se achava desenvolvido, o campesinato sofria com a penetração da agricultura mecanizada e a pequena burguesia urbana havia alcançado um nível cultural relativamente elevado. A burguesia se encontrava mais enlaçada ao imperialismo, avançava o controle monopolista em todos os ramos fundamentais da economia e os interesses gerais de suas frações se encontravam profundamente entrelaçados. A luta de classes na década de 60 se agravava e avançava, tanto na cidade quanto no campo. No entanto, o PC continuava a aplicar a caracterização ditada pela Declaração de 1957 pela burocracia estalinista russa de que o Chile conservava tarefas típicas de um país feudal.

A “revolução democrática, antifeudal e antiimperialista” não foi o resultado da compreensão dos “comunistas” chilenos,



O programa do estalinismo conduziu as massas chilenas à primeira Frente Popular da América Latina

mas uma cópia transposta do exterior sem que passasse pelo crivo da crítica. Como não poderia deixar de ser, com o programa veio a tática de frente popular. O programa da revolução democrática antifeudal e a tática de frente popular (de colaboração com a burguesia) foram adotados na Conferência Nacional de julho de 1933. Sob a intervenção da III Internacional assaltada pelo estalinismo, considerou-se que a defesa programática da revolução social, que seria operária e camponesa e a instauração da ditadura do proletariado, apoiada em formas de conselhos (soviets) não passava de uma fase inicial esquerdista desde Recabarrem. Em seguida, o PC adotou as diretrizes do VII Congresso da Internacional Comunista (IC) de aplicar a política de unir o proletariado às frações da burguesia nacional. A tática de frente popular foi uma criação genuína do estalinismo. Nasceu contraposta à tática do marxismo-leninismo

extraída da luta de classes, de unir sob a direção do proletariado a maioria oprimida. Os estalinistas chilenos seguiram os passos da Frente Popular na França e na Espanha, momento em que se confirmava plenamente a linha de colaboração de classes do estalinismo e de traição à classe operária.

Ao se abandonar a formulação da “revolução social”, da “aliança operária e camponesa”, da “ditadura do proletariado” e do duplo poder criado no processo revolucionário (organização do proletariado sob a forma dos sovites) em 1933 e ao se lançar na constituição de uma aliança estratégica com a burguesia nacional em 1938, o PC traçou o caminho que o conduziria finalmente a concluir sua experiência histórica com a constituição do governo de Unidade Popular em 1970. A essência dos acontecimentos que envolveram o governo da UP se manifesta na contraposição do PC à revolução proletária, à ditadura do proletariado e aos métodos revolucionários da luta de classes.

Via pacífica da revolução chilena

A Frente Popular e o governo de Unidade Popular (UP) possibilitaram ao Partido Comunista do Chile ir às últimas consequências com a tese da “via pacífica” para as transformações socialistas. O estalinismo introduziu a novidade de que a burguesia pode ceder o poder sem que recorra à guerra civil contra as massas. Apesar de absurda, essa linha ganhou força com a projeção da aliança PC e PS nas eleições presidenciais de 4 de setembro de 1970.

Embora a vitória do candidato da Frente Popular tenha sido por 36,3%, o acontecimento abalou a burguesia chilena e se projetou internacionalmente. O imperialismo identificou um perigo para seus interesses. Não faltou tentativa militar de impedir a posse de Allende. Grande parte da esquerda latino-americana (estalinistas, castristas, maoístas e centristas) viu a possibilidade do socialismo triunfar no Chile.

Caso o governo da UP vencesse a reação e avançasse em seu programa de nacionalizações, a tese da via pacífica teria se confirmado. Seria o primeiro caso de uma revolução socialista sem sangue. Mas no seio do governo e no aparato do Estado estava o principal instrumento da contrarrevolução: as Forças Armadas, o Judiciário e os Carabineiros.

Um dos pontos fundamentais do programa do estalinismo e da UP era o da democratização do Estado, que incluía o seu braço armado. Alguns generais que sustentaram Allende garantindo a legalidade chegaram a despertar a ilusão de que a democratização estava a caminho, não poderia ser de uma só vez e que gradualmente triunfariam as forças democráticas e antiimperialistas, apoiadas na participação popular das massas. Os generais conspiradores – entre eles, Augusto Pinochet –, porém, aguardaram que as contradições entre a política da UP e as relações econômicas se agravassem, que o conflito entre as medidas governamentais e a sabotagem do poder econômico criassem o caos que o choque entre os explorados e os exploradores ganhasse corpo para pôr fim à via pacífica do socialismo.

Depois da derrubada do governo pelo golpe fascista, do bombardeio aéreo do Palácio La Moneda, da morte do presidente Allende, do genocídio contra a militância, da matança de operários, camponeses e indígenas, o Secretário Geral do Partido Comunista do Chile, Luis Corvalán, fez um discurso, em 3 de setembro de 1980, em Moscou, por ocasião do 10º aniversário da vitória eleitoral da UP, cujo conteúdo se sintetizou na fórmula: “O direito do povo à rebelião é indiscutível”. Sobre a ruína política do Chile, sobre o esmagamento dos explorados e sobre o despedaçamento das ilusões despertadas pela via pacífica, o velho estalinista pateticamente reclamou o “direito” do povo de recorrer à violência, às armas, contra a ditadura.

Estalinistas e socialistas esperavam que o regime de Pi-

nochet afrouxasse diante do descontentamento dos chilenos e sob a pressão de setores da burguesia mundial. Depois de sete anos de ferrenha ditadura, no entanto, Pinochet inventou um plebiscito para dar ares de legitimidade à sua reforma constitucional. Constitucionalizou a ditadura em 11 de setembro de 1980, consagrando o golpe de 11 de setembro de 1973.

A atitude acintosa da Junta militar obrigou o PC e PS a vociferarem sobre o direito da oposição democrático-burguesa a recorrer à violência, ao mesmo tempo em que reclamavam que essa via indesejada era imposta pela ditadura, que decidiu se perpetuar no poder por mais algum tempo, adaptando o regime discricionário a uma nova Constituição. Dois meses depois de realizado o plebiscito, Corvalán fez um novo discurso, desta vez na Suécia. Recorreu ao direito burguês e à benção da Igreja à justa rebelião. Eis: “O direito à rebelião é, por assim dizer, um direito sagrado. Não

é um invento dos comunistas. Faz já dois séculos que foi incorporado à declaração da independência dos Estados Unidos. Reconhece-o a encíclica Populorum Progressio diante das tiranias.”

A impotente via pacífica e a política de traição do PC (e do PS) concluíram ajoelhadas diante da burguesia e da Igreja. Corvalán teve, certamente, um motivo especial. A Democracia Cristã, que conspirou com os golpistas passou a condição de vítima da supressão do regime democrático, insistia que se tratava de encontrar uma saída negociada com os militares. O que de fato acabou ocorrendo em 1988, desta vez com a rejeição do plebiscito que dava mais oito anos de vida ao governo de Pinochet. Não adiantou ao Secretário Geral do PC recorrer à benção da Igreja à rebelião contra as tiranias. Os democrata-cristãos não estavam para ouvidos.

Em 1989, completaram-se as negociações com a ditadura. A Junta convocou eleições e venceu Patricio Aylwin, democrata-cristão. O acordo previu a manutenção da Constituição de 1981, que permitiu a Pinochet continuar no poder comandando as Forças Armadas até 1998. Findo esse processo, o ditador fascista passou a ocupar uma cadeira vitalícia no Senado, também de acordo com a sua Constituição.

O Partido Democrata Cristão entregará a presidência para o socialista Ricardo Lagos, eleito em 2000. Três anos depois, o governo da “Concertação” mostrou claramente sua fisionomia pró-imperialista – assinou o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos.

O tal do direito de rebelião do PC não passou de um sintoma verborrágico do estalinismo prostrado. Todos compactuaram com a linha estabelecida pelo Partido Democrata Cristão de “transição cívico-militar”. Que rebelião a UP derrotada, esmagada e desmoralizada perante as massas



Direito à rebelião?

poderia fazer? Nenhuma! Não lhe restava outra alternativa senão voltar às eleições sob a Constituição de Pinochet e sob a guarda das Forças Armadas, devidamente livres de generais legalistas e mais bem adestradas pelos Estados Unidos.

A “via pacífica”, desfraldada com tanto empenho pelo PC, se apagaria da história como tantas outras formulações subjetivas, caso não estivesse encharcada de sangue dos explorados e da vanguarda militante (muitos deles comunistas e socialistas) e caso não trouxesse valiosas lições para a luta revolucionária do proletariado.

Definição programática da via pacífica

O resultado prático da política estalinista e de seus aliados de esquerda fala por si só. Mas será melhor compreendido se a posição do PC sobre a “via pacífica” for analisada.

Vejamos a sua formulação como parte fundamental do programa: “A tese sobre a via pacífica não é formulação tática, mas uma colocação programática do movimento comunista. O proletariado e seu partido nunca propiciaram a violência pela violência.”

Expliquemos. Não é tática porque não tem a ver com o uso da luta legal. O marxismo nunca negou a utilização da via eleitoral e parlamentar. A atuação do bolchevismo nas eleições e no parlamento reacionário da monarquia (Duma) é o exemplo mais completo e eficaz. Lênin avaliou, em seu combate ao ultra-esquerdismo, que “a participação em um parlamento democrático-burguês, longe de prejudicar o proletariado, permite-lhe **demonstrar** com maior facilidade às massas atrasadas a razão por que semelhantes parlamentos devem ser dissolvidos, **facilita** o êxito de sua dissolução, **facilita** a ‘supressão política’ do parlamentarismo burguês.” Defendeu, a partir da experiência russa, que os revolucionários forjassem “uma fração comunista nos piores parlamentos” e “utilizassem as eleições e a tribuna parlamentar de modo revolucionário”.

Os estalinistas chilenos não se referiam à utilização revolucionária das eleições e do parlamento, mas a um fundamento programático que tem por pressuposto que é possível a frente popular ocupar a posição de governo no Estado burguês, democratizá-lo e transformá-lo de instrumento de ditadura de classe da burguesia em instrumento de passagem pacífica do capitalismo para o socialismo. Essa aberração é apresentada em nome de Lênin.

Diz o programa: “*Estamos pelo caminho menos doloroso, para evitar no possível o derramamento de sangue e as destruições de bens materiais e culturais, o qual corresponde inteiramente ao interesse do avanço para o socialismo e ao caráter eminentemente humanista da teoria marxista-leninista*”. A maior ou menor violência de uma revolução não depende de nenhum tipo de humanismo, mas tão somente da luta de classes. Com o selo de “humanista”, o estalinismo torna o marxismo-leninismo imprestável. O “humanismo” do PC chileno custou muitas vidas e destruiu a vanguarda que depositou confiança no pa-

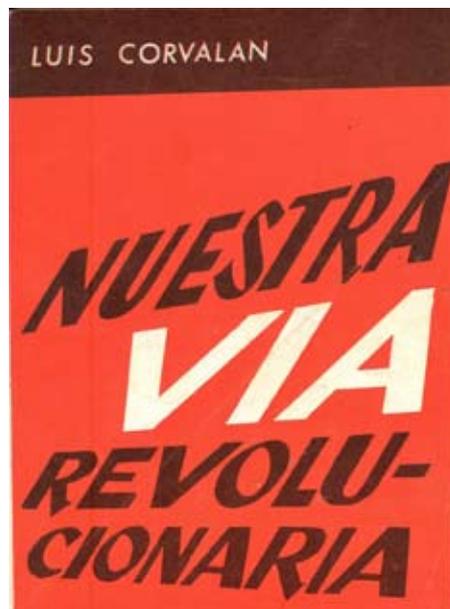
cifismo da burguesia.

Luis Corvalán publicou na revista *Princípios*, de janeiro de 1961, um artigo denominado “Acerca da via pacífica”. O objetivo é o de refutar as objeções de “pessoas de boa fé” e os “trotskistas”, bem como “outros aventureiros”, de que “os clássicos do marxismo nunca a descartaram (a via pacífica) como forma de transição do capitalismo ao socialismo”. E o de demonstrar na história do Chile que a via pacífica já havia se firmado concretamente como possibilidade real. Recorre a um discurso de Marx pronunciado em 1872, em Amsterdã, que não se referia à revolução socialista. Busca nas Teses de Abril a confirmação prática da via pacífica. E faz uma observação: “Deve-se acrescentar, no entanto, que Marx e Lênin conceberam a via pacífica como uma possibilidade excepcional e a via violenta como a forma corrente que levaria a cabo a passagem do capitalismo ao socialismo”. Não há, porém, essa formulação alternativa no marxismo. O estalinismo a recriou. As teses do marxismo-leninismo se assentam inteiramente na luta de classes. A via pacífica – parlamentar – foi criação do reformismo, tenaz opositor do marxismo, fundamentalmente do princípio da ditadura do proletariado.

Diz Corvalán que Lênin “considerou possível que a revolução socialista abrisse caminho mediante a conquista da maioria dos soviets” e que “somente depois de julho de 1917 (...) Lênin e o Partido Bolchevique retiraram a consigna do desenvolvimento pacífico a revolução”. Trata-se de uma falsificação grosseira transformar a tática apresentada nas Teses de Abril como a formulação da via pacífica. Nesse momento, o combate dos bolcheviques era o de derrotar os mencheviques e socialistas revolucionários e conquistar a maioria nos soviets sem o que o governo burguês o destruiria. Lênin mostra claramente que a tarefa era ganhar a maioria e para isso os bolcheviques teriam de derrotar a política menchevique nos soviets. Rechaça a acusação de que se pretendia desencadear a guerra civil. Mostra que existiam possi-

bilidades de luta legal, “pela ausência de violência contra as massas”. As Teses de Abril se guiam pela relação de força entre as classes e suas direções. Citemos apenas uma passagem que expressa pontualmente a situação: “Para vir a ser o poder, os operários conscientes devem conquistar a maioria por muito tempo, enquanto nenhuma violência se exerça sobre as massas, não existe nenhum outro caminho para chegar ao poder. Nós não somos blanquistas, partidários da tomada do poder por uma minoria. Somos marxistas, partidários da luta de classes proletária (...)”.

Como se pode ver, Corvalán falsifica que nas Teses de Abril Lênin estabeleceu a possibilidade da via pacífica. E também extrai uma conclusão inversa do que a Revolução Russa demonstrou. Por mais que as condições de uma situação particular, como a da existência do duplo poder sem a repressão policial sobre a classe operária, avenge a hipótese da tomada do poder sem o confronto, na prática não se realiza. Há que se considerar que por trás da burguesia russa semi-prostrada



A teoria da Via Pacífica

se encontrava a agressiva burguesia imperialista.

Não é o caso de recorrer a um grande número de citações. Apenas, indicamos o fato de os estalinistas desconhcerem as formulações de Lênin em o “Estado e a Revolução”. Eis o fundamento: “A essência de *toda* a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas *essa* ideia da revolução violenta. É a omissão *dessa* propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-patriotas e kautskystas.”

O Partido Comunista do Chile, seguindo as ordens dos burocratas estalinistas de Moscou, cumpriram exatamente o papel dos social-patriotas, inoculando sistematicamente nas massas a ideia da revolução pacífica.

O Secretário Geral do PC chileno também procura justificar a “via pacífica” por meio da história do Chile. Cita a avaliação de Galo Gonzáles, no X Congresso (1956), que formulou o programa, cuja essência se pode resumir: 1) “As classes inimigas são relativamente fortes, mas o proletariado pode vencer sua resistência agrupando em torno de si a maioria nacional e chegar ao poder por meio do sufrágio”; 2) “O triunfo da Frente Popular em 1938 e da Aliança Democrática em 1946 demonstraram a possibilidade de que a classe operária e o povo do Chile conquistem o Governo por uma via que não é a insurreição”. Corvalán acrescenta outras considerações atualizadas: 1) O Partido Comunista saiu da ilegalidade, com a revogação da Lei de Defesa Permanente da Democracia; 2) O sistema eleitoral foi aperfeiçoado, ainda que não como se desejava; 3) Allende teve votação expressiva.

O velho estalinista ajusta os acontecimentos à adoção da via pacífica. Tanto a Frente Popular de 38, quanto a Aliança Democrática de 46 mostraram não a possibilidade de a classe operária conquistar o poder, mas sim a possibilidade do estalinismo servir à formação de um governo burguês pela via eleitoral. O PC se achava na clandestinidade quando aprovava a linha da via pacífica graças ao governo da Aliança Democrática, que ajudou a constituir e que nele participou. Corvalán acha que o governo de Gonzáles Videla cometeu uma traição ao povo, mas que isso não contradiz a possibilidade real da tese da via pacífica no Chile. A rigor, um governo burguês não trai o povo, mas o engana com a máscara de governo popular. O PC, ao ajudar Gonzáles Videla a enganar o povo, neste caso sim, traiu o povo. Essa conclusão jamais poderia ser extraída pelo estalinismo, que caminhava rumo a mais terrível das traições – a ilusão inoculada nas massas sobre a possibilidade de transformar o Chile em um país socialista por meio da eleição de Allende e da constituição do governo da UP.

Chama-nos a atenção a necessidade da direção do PC de convencer suas próprias bases.

Em resposta às “Objecções e Imprecisões”, Corvalán se empenhou em demonstrar que não há identidade entre “via pacífica” e “via democrática”, que a “via pacífica” também é “via revolucionária” (não identificar via da violência com

via revolucionária), que não se deve confundir via pacífica com as causas legais ou com a “via parlamentar”. O que seria então a via pacífica? Resposta: “A via pacífica pressupõe luta de classes e não colaboração de classes, não uma coexistência amigável entre exploradores e explorados, nem à renúncia ao direito a pegar as armas se for necessário”.

Essa formulação é típica de charlatão e não de quem se diz marxista-leninista. Não há luta de classes pacífica. Basta uma simples greve para os capitalistas usarem a polícia em defesa de seus interesses. Basta que os sem-teto ocupem uma área para em seguida receber a “visita” da Tropa de Choque. Luta de classes é choque de classes, é a força de trabalho se levantando contra os proprietários dos meios de produção. Outra coisa é usar os meios legais (pacíficos) para desenvolver a capacidade da luta de classe dos explorados.

A luta revolucionária do proletariado tem por estratégia a tomada do poder e a constituição da ditadura do proletariado. Fora desse pressuposto, não há marxismo. Nas “Teses

sobre a tática”, do Terceiro Congresso da Internacional Comunista, assim se formula a distinção entre a via revolucionária do marxismo e a via pacífica da socialdemocracia reformista: “A ilusão com a qual a social-democracia internacional e a burocracia sindical têm afastado as massas operárias da luta revolucionária, a ilusão de que poderiam, **renunciando à conquista do poder político mediante a luta revolucionária, obter gradual e pacificamente o poder econômico e o direito a administrar-se a si mesma**, essa ilusão vem morrendo pouco a pouco.” (grifo nosso). Corvalán conhece muito bem essa passagem e se vê na contingência de fazer mais volteios.

Corvalán nega que a via pacífica chilena tenha parentesco com “a concepção revisionista da derivação do capitalismo em socialismo por meios evolutivos, nem

com a política dos reformistas que não lutam por transformações revolucionárias, mas sim por simples reformas.” Mas não pode comprovar – nem prática e nem teoricamente – que esse parentesco não exista. O marxismo-leninismo, ao contrário das justificativas de Corvalán, sempre combateu sem trégua o pacifismo burguês e a via pacífica socialdemocrata. O estalinismo com suas revisões do leninismo e com sua luta de morte ao trotskismo não poderia ter outro destino senão se enterrar na putrefata trincheira da socialdemocracia.

A via pacífica foi adotada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética como parte de sua política de “coexistência pacífica” com o imperialismo. Em lugar da luta de classes mundial, o estalinismo descambou para o pacifismo mundial. Eis a avaliação: o “socialismo se converteu em um sistema mundial”, se “desenvolve incessantemente em um ritmo veloz” e demonstra superioridade sobre o capitalismo”. Nestas condições, tanto se poderia impor a coexistência pacífica entre as nações, quanto à via pacífica para o



Via Pacífica na revista Principios, do PCH

socialismo. A suposta excepcionalidade da via pacífica, com tais mudanças mundiais, tornou-se regra.

Não obstante ocorria exatamente o oposto. Os Estados Unidos se projetavam como potência hegemônica e expandiam pelo mundo o militarismo. A União Soviética passava a sofrer o cerco mais poderoso de sua existência pelo imperialismo. A década de 60 conheceu um dos momentos mais significativos do impulso das tendências bélicas e do intervencionismo norte-americano em todo o globo. E os estalinistas recuavam com suas bandeirinhas de paz e de coexistência pacífica. Iam às últimas consequências em seu revisionismo, apesar de caminharem contra a realidade.

O capitalismo que levou a duas carnificinas mundiais jamais voltará ao desenvolvimento relativamente pacífico de sua fase liberal. Toda violência de classe e nacional emana do domínio monopolista. Lênin caracterizou a fase última do desenvolvimento capitalista como a de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Tomemos essa formulação do III Congresso da IC: *“A natureza revolucionária da época atual consiste*

precisamente em que as condições de existência mais modestas das massas operárias são incompatíveis com a existência da sociedade capitalista e que por esta razão a própria luta pelas reivindicações mais modestas adquire as proporções de uma luta pelo comunismo”.

O estalinismo se confirmou plenamente como força contrarrevolucionária nos anos 30. Chegou aos nossos dias como descarados auxiliares da burguesia. Levou a classe operária chilena a confiar na via pacífica e no governo da UP. Concluiu politicamente prostrado diante do golpe sangrento. A via pacífica do PC e do PS foi sepultada em sangue.

A dura experiência do proletariado chileno com as ilusões na possibilidade de chegar ao poder do Estado capitalista pelas eleições e poder usá-lo para a transição socialista, como se não fosse o mais poderoso instrumento de ditadura de classe da burguesia, no entanto, será revertido a seu favor com a crítica programática marxista e com a construção do partido marxista-leninista-trotskista. O PC e o PS estão mortos para a classe operária, construamos o partido revolucionário.

Estalinismo e trotskismo no Chile

O estalinismo triunfou como o partido que ostenta a bandeira do comunismo. Mas em todo seu trajeto se comportou como ala esquerda da burguesia chilena e ala direita do proletariado. Sob a máscara do marxismo-leninismo, desenvolveu amplamente a política de colaboração de classes.

A estratégia definida na Conferência Nacional de julho de 1933 colocou para o Partido Comunista do Chile a política de impulsionar, participar e apoiar a formação de governos burgueses que, supostamente, expressassem a “revolução democrático-burguesa”. A classe operária cumpriria seu lugar revolucionário na história do Chile começando por derrotar a oligarquia latifundiária e o imperialismo. Cumpriria a tarefa antiimperialista de libertação nacional, antifeudal de superação do atraso e popular de solução da miséria das massas. Mas não poderia assumir essa transformação somente unindo-se ao campesinato e às classes médias urbanas. Era fundamental também unir-se à burguesia, que tinha interesses distintos da oligarquia latifundiária e do imperialismo.

Como se vê, segundo o estalinismo, as relações de classes no Chile se caracterizavam pela separação entre a oligarquia aliada do imperialismo, de um lado, e a burguesia nacional (ou setores) aliada do proletariado, de outro. As tarefas do país que ainda conservava o atraso feudal no campo e que enfrentava o escasso desenvolvimento industrial constituíam um terreno comum que uniria o proletariado, os camponeses e a burguesia nacional (ou setores progressistas). A contradição fundamental entre a classe capitalista exploradora e o proletariado explorado não teve seu pleno desenvolvimento. A conclusão é a de que comparece em plano secundário. Existe e manifesta-se, mas não é a única força motriz das transformações. A força motriz se expressaria na convergência do proletariado com a burguesia nacional na forma de movimento nacional, democrático, antifeudal e antiimperialista. A inevitável luta de classes entre o proletariado e a burguesia deve estar subordinada, portanto, ao movimento nacional. O Chile estava preparado para uma revolução democrática, que abria um período de desenvolvimento do capitalismo nacional.

O Partido Comunista tem por horizonte o socialismo, mas não pode saltar por cima da necessária etapa da revolução democrático-burguesa. Mas o proletariado tem de ser a força hegemônica, unida aos pobres do campo por meio da aliança operária e camponesa, em um governo que conta com a participação da burguesia nacional. Esse governo é de transição para o socialismo, mas deve cumprir o programa da revolução anti-oligárquica, antifeudal e antiimperialista. Por essa condição, não é um governo operário e camponês, mas um governo democrático e popular.

Para derrotar a aliança reacionária da oligarquia com o imperialismo, as teses estalinistas consideram que é necessária uma aliança mais ampla possível do proletariado até a burguesia nacional, por meio da Frente Popular. Essa tática serviria ao movimento de libertação nacional e para constituir o governo democrático e popular. O Partido Comunista compareceria como força hegemônica, expressando o lugar revolucionário do proletariado.

Essas formulações, apresentadas didaticamente, foram sendo desenvolvidas desde a Conferência Nacional de 1933, marco da estalinização do recém-nascido PCCH (fundado em janeiro de 1922). O seu ponto culminante foi atingido com a adoção da “via pacífica” para o socialismo. Na década de 60, o Chile já havia se integrado profundamente à economia mundial e o proletariado se tornado potente. No entanto, o PC continuava com sua caracterização de País feudal e com o programa da revolução democrático-burguesa. Os estalinistas ficaram cegos diante de sua evolução capitalista. Não foram capazes de compreender a economia combinada da semicolônia. A posição do estalinismo, apesar de constituída sobre a base de ideias contraditórias e insustentáveis, se manteve graças à política de colaboração de classes e do aparelhismo sindical.

O trotskismo se opôs terminantemente a essa caracterização do Chile, ao programa e à tática. Quando dizemos trotskismo não queremos dizer os “trotskistas” chilenos. Trata-se do marxismo-leninismo-trotskismo que se levanta

tou inicialmente com a Oposição de Esquerda Russa, com a Oposição de Esquerda Internacional e, finalmente, com a IV Internacional. Trotsky havia combatido, em 1927, a tese de Stálin sobre a revolução democrática, resultante da unidade do proletariado com a burguesia nacional, a formulação das etapas distintas e a aliança estratégica do proletariado com a burguesia nacional.

Em meio aos acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários da China, se opuseram a teoria estalinista da revolução por etapas e a revolução permanente de Trotsky. Eis: *“Em uma sociedade capitalista, toda verdadeira revolução, principalmente em um grande país e, mais particularmente agora, na época imperialista, tende a se converter em revolução permanente, isto é, em não se deter nas etapas alcançadas, a não se limitar aos quadros nacionais, mas sim a se estender e a se aprofundar até a total transformação da sociedade, até a definitiva abolição das diferenciações de classe e, portanto, até a supressão total e final da possibilidade de uma nova revolução. Nisto consiste o conceito marxista de revolução proletária, que se distingue, assim, da revolução burguesa limitada por seu marco nacional e seus objetivos particulares. A revolução chinesa tende a se tornar permanente na medida em que contém a possibilidade da conquista do poder pelo proletariado.”* (A Revolução Chinesa, Trotsky). Conclusão: *“Em um país economicamente atrasado, o proletariado pode chegar ao poder antes que em um país capitalista avançado. A ideia de que existe certa dependência automática entre a ditadura proletária e as forças técnicas e os recursos do país representa um prejuízo próprio de um materialismo ‘econômico’ simplista ao extremo. O marxismo não tem nada em comum com essa ideia”* (Revolução Permanente).

O Programa de Transição a ser aplicado, testado e enriquecido nos países semicoloniais – essa é a condição do Chile – é o da revolução proletária, cuja estratégia é determinada pela ditadura do proletariado. Sem dúvida, o proletariado não poderá reunir em torno de si os camponeses e a pequena-burguesia urbana se não responder às tarefas democráticas típicas da revolução democrático-burguesa. O fundamento está na conclusão de que as tarefas democráticas – independência nacional, reforma agrária, unidade nacional, etc. – somente poderão ser equacionadas e resolvidas pela revolução social. Não há etapas distintas que separam a revolução democrática da revolução socialista, como concebe o estalinismo.

O proletariado chileno já comparecia em meados de 30, quando o PCCH assumiu as teses da III Internacional estalinista, como a classe diametralmente oposta à burguesia, capaz de formar o Partido Socialista no começo do século XX e de transformá-lo em Partido Comunista, bem como de organizar-se em sindicatos e centralizar-se em uma Federação Operária do Chile (FOCH), depois em Confederação de Trabalhadores do Chile (CTCH). Há que se acrescentar a extraordinária e breve experiência denominada “República Socialista” (de 4 a 16 de junho de 1932), resultante de um golpe nacionalista. Tanto organizativa como ideologicamente, o proletariado chileno era um dos mais avançados da América Latina, neste período.

Citemos apenas duas teses da Declaração do Partido Socialista: 1) “A transformação evolutiva por meio do sistema democrático não é possível porque a classe dominante está organizada em corpos civis armados e erigidos por sua pró-

pria ditadura para manter os trabalhadores na miséria e na ignorância e impedir sua emancipação”. Tese contrariada pelo próprio PS e confirmada como correta pelo golpe de Pinochet. 2) “A doutrina socialista é de caráter internacional e exige uma ação solidária e coordenada dos trabalhadores do mundo. Para realizar esse postulado, o Partido Socialista defende a unidade econômica e política dos povos da América Latina para chegar à Federação das Repúblicas Socialistas do Continente e a criação de uma política antiimperialista.” Estratégia do internacionalismo proletário, que somente o marxismo-leninismo-trotskismo encarna. Bastam essas duas formulações programáticas para se observar o enorme avanço do proletariado chileno, que certamente expressava na década de 30 a experiência revolucionária da classe operária mundial.

Certamente, o PS não foi capaz de se confrontar com o estalinismo e derrotá-lo. Suas posições iniciais eram mais declarações revolucionárias do que expressões do programa e da política proletária. Não podia assentar as bases do internacionalismo preso que estava ao socialismo nacional. A luta mortal entre estalinismo (revisionismo restauracionista) e trotskismo (internacionalismo marxista-leninista) não permitia vacilações centristas. A direção dos socialistas, sob pressão do PC, assumiu a linha de não permitir que o partido se envolvesse com a divisão estalinista-trotskista. O PS logo se tornou presa da Frente Popular e dos governos burgueses. A história lhe guardaria o papel de instrumento do estalinismo.

Houve influências nas fileiras do PS de intelectuais que aderiram às críticas da Oposição de Esquerda Internacional ao revisionismo e particularmente à Frente Popular. Mas foram inconsequentes. Embora os “trotskistas” chilenos não tivessem conquistado uma posição de força no movimento operário, o PC os apresentava como perigosos “bandidos” e “provocadores”.

No livro “A Luta Pela Formação do Partido Comunista do Chile”, Galo Gonzalez refere-se ao episódio de constituição da Frente Popular em que os “trotskistas” levaram uma batalha e foram vencidos. Diz: “A clareza e a justeza de nossa posição, ao colocar os problemas do momento, venceu as provocações trotskistas e toda índole e uniu solidamente as forças de esquerda para alcançar o triunfo, que, em última instância, foi a classe operária com sua decisão, sua unidade e seu inquebrantável espírito de luta.” Gonzalez não expõe o conteúdo das “provocações trotskistas”. É típico dos estalinistas acusarem, adjetivarem e detratarem sem entrar no mérito das divergências, em se tratando do trotskismo.

Está claro que o agrupamento de Manuel Hidalgo pôs o dedo na ferida dos cegos partidários de Stálin. Mas, de fato, a Esquerda Comunista não assimilou o choque histórico da Oposição de Esquerda Internacional com a Internacional Comunista estalinizada. Não sabemos até que ponto Hidalgo e seus camaradas acompanharam a luta do marxismo-leninismo-trotskismo contra a traição da Frente Popular na Espanha. A decisão da Esquerda Comunista de entrar na Frente Popular, depois de se opor à sua formação e defender a tática da frente única, foi o erro fatal. Os estalinistas aproveitaram para denunciar o “trotskismo” de oportunismo. Galo Gonzalez indicou por onde ia passar o ataque aos ex-opositores da Frente

Popular. Eis: “Quero recordar-lhes a forma como os elementos trotskistas do grupo expulso de nosso partido, nos anos 31 e 32, começaram a trabalhar depois de sua expulsão: como Esquerda Comunista, primeiro, mais tarde, quando começou a organizar a Frente Popular, combateram encarniçadamente este movimento, mas quando viram que as massas não os escutavam, que, pelo contrário, repudiaram seus propósitos, então, entraram na Frente Popular com a manifesta intenção de trabalhar incansavelmente por sua ruptura e com isso pela ruptura do movimento revolucionário chileno.”

O que escrevem os estalinistas deve ser tomado com o máximo cuidado. No entanto, os fatos mostram que a Esquerda Comunista se extraviou do caminho marxista que recém adentrava. Hidalgo capitulou. Assumiu um cargo no governo da Frente Popular. Houve reação liderada por Enrique Sepúlveda, sob a bandeira de “Grupo Bolchevique Leninista”. Em 1937, esta formou o Partido Operário Revolucionário (POR). Embora expressasse uma cisão contrária à capitulação da maioria da Esquerda Comunista, o novo partido não conseguiu se organizar sobre a base de um programa, de um trabalho sistemático de penetração no proletariado e de superação das experiências com o estalinismo e socialistas centristas.

A não continuidade dessa tarefa interrompeu o processo de formação de uma direção revolucionária no Chile. Este é o nó górdio dos duros acontecimentos do início dos anos 70. A luta do trotskismo contra a política de frente popular foi internacional. Nos anos de 30 e 40, a Frente Popular no Chile não chegou a demonstrar por completo sua função de colaboração de classes e de contrarrevolução, porque se limitou a formar um governo burguês que impôs sua disciplina às massas. Mas o governo da UP se constituiu em uma situação de profunda crise e de avanço da luta de classes no País. A traição estalinista no Chile, neste momento, equivaleu à traição da Frente Popular à revolução proletária na França e Espanha de 1936.

Não há a menor dúvida de que, de alguma maneira e em alguma medida, a Oposição de Esquerda Internacional se fez presente no Chile, como inimiga do estalinismo e do centrismo socialista. Os “trotskistas” chilenos não se puseram à altura desse combate, mas não deixaram de expressá-lo. Tanto



Cordões operários

é que os estalinistas consideraram seus opositores como um perigo que deveria ser extirpado. A ordem da burocracia do PC contra os trotskistas se resume: “Disso devemos tirar uma maior experiência para estabelecer uma mais estreita vigilância e controle em todo o Partido e fazendo com que essa vigilância revolucionária contra os elementos provocadores e inimigos do povo não se limite somente ao Partido mas também a todas as organizações da classe operária e da Frente Popular”.

A tal da “vigilância revolucionária”, na verdade, era a da vigilância burocrática, que servia para eliminar as divergências no seio do PC. Os métodos de Stálin para combater Trotsky e os trotskistas foram os do terror de Estado, da polícia política e dos bandos estalinistas. No Chile, não foi diferente. O trotskismo não foi combatido com as armas ideológicas, mas com a violência reacionária. A via pacífica da revolução foi empregada para atrair a burguesia nacional e seus representantes. Quanto aos adversários da Oposição de Esquerda Internacional, a via escolhida foi a da violência reacionária do Termodor. Não há como o proletariado chileno se levantar da derrota sangrenta de 11 de setembro de 1973 sem organizar seu partido revolucionário e este fará para parte da gigantesca tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Extraído do folheto: A Luta pela Formação do Partido Comunista, de Galo González Dias, Secretário Geral do Partido Comunista do Chile, publicado em Santiago, em 1958. O artigo original foi publicado na Revista Princípios, nº5, em julho de 1951.

A luta contra o trotskismo

Nos primeiros anos do governo de Ibañez e, sobretudo, no período imediato a sua queda, o Partido passou por uma grave crise. O trotskismo, agência da contrarrevolução, havia penetrado em nossas fileiras. Este inimigo acobertado estava, uma vez mais, sob a direção de Manuel Hidalgo. A este grupo antileninista pertenciam alguns militantes que vinham do campo dos intelectuais e estudantes. No seio do Partido, realizavam um trabalho de corrupção ideológica e pretendiam arrastá-lo ao aventureirismo, a uma política esquerdizante e, outras vezes, à aliança sem princípios com outros partidos, da burguesia e da pequena burguesia.

O Partido expulsou também esse grupo antimarxista. Os quadros proletários – precisamente aqueles que tinham se

mantido mais leais e firmes diante da ditadura – desempenharam um grande papel na luta contra o trotskismo. Para esta luta, colaboraram também, de maneira mais efetiva, aqueles camaradas que, como nosso inesquecível Ricardo Fonseca, tinham ingressado em nossas fileiras durante o governo de Ibañez.

Com a expulsão de Hidalgo, Zapata, Levín e outros renegados, não acabou, no entanto, a luta contra o trotskismo. Estes imprimiram sua influência no seio do Partido. E foi necessário continuar lutando para extirpar esta semente venenosa, ao mesmo tempo em que se realizava, fora de nossas fileiras, no seio do movimento operário e popular, uma luta permanente para desmascarar este pérfido inimigo.

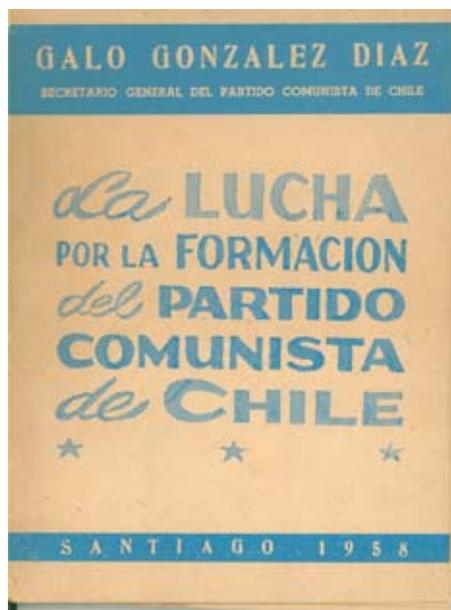
Varrer os bandidos e provocadores trotskistas

Começarei pelo **trotskismo**. É inegável que nosso Partido tem uma tradição de luta contra o trotskismo – embora seja preciso reconhecer que não temos desmascarado suficientemente, diante de nossos aliados da Frente Popular e diante do povo, o caráter repugnante e contrarrevolucionário deste grupo de bandidos -, e é por isso que ainda hoje se pode assistir o **acontecimento vergonhoso** de que, por motivo do assassinato do espião Trotsky, por um de seus compinchas, o órgão oficial do PS pode reivindicar a “ideologia” contrarrevolucionária do trotskismo como ideologia socialista. Por outro lado, assistimos, também, o fato incompreensível de que nós mesmos, nosso Partido, se adapte a chamar de “inconformistas” os trotskistas, que saídos do Partido Socialista, formaram outro sedicioso Partido “socialista”. No entanto, não temos denunciado esses aventureiros políticos e inimigos do povo, como o são: trotskistas. O fato de que os trotskistas tenham deixado de ser uma corrente ideológica do movimento revolucionário, há muito tempo, não justifica que quando esses camaleões mudam de roupagem para passar de contrabando contrarrevolucionário, não se lhes desmascare abertamente o que são: traidores da classe operária, espiões e agentes da oligarquia e do imperialismo. Não é por casualidade que toda a imprensa da oligarquia – começando pelo “Diário Ilustrado” – tem transformado em órgãos de publicidade deste “Partido”. É verdadeiramente escandaloso.

Apesar de que, enquanto que em todos os países do mundo os trotskistas têm sido descobertos e arrancados das fileiras do movimento revolucionário, aqui ainda podem constituir-se em Partido “político”, fazer demagogia esquerdista e influenciar uma parte do movimento operário com sua miserável demagogia e atividade contrarrevolucionária. É preciso que esta situação acabe e que da tribuna pública, em nossa imprensa e em todas as partes, se realize uma campanha intensa contra esses inimigos do povo, descubri-los e arrancá-los a máscara, para eliminá-los completamente das organizações operárias e populares.

Quero lembrar-lhes a forma com que os elementos trotskistas do grupo expulso de nosso Partido, nos anos 31 e 32, começaram a trabalhar depois de sua expulsão: como Esquerda Comunista, primeiro, mais tarde, quando começou a se organizar a Frente Popular, combateram encarniçadamente este movimento, mas quando viram que as massas não os ouviram, que, pelo contrário, repudiaram seus propósitos, então entraram na Frente Popular com o claro objetivo de trabalhar incansavelmente por sua ruptura, e com isso pela ruptura do movimento revolucionário chileno. Os canalhas trotskistas entraram então no Partido Socialista, para aplicar sua conhecida consigna: “somos generais e vamos conduzir este exército que nos aguarda”. Entraram, pois, no Partido Socialista para dirigi-lo e para, a partir de sua direção, tra-

balhar contra a unidade. Seu trabalho sinistro foi o de envenenar o Partido Socialista, tratar de confrontá-lo com nosso Partido e, com isso, impediram a unidade de ação dos dois Partidos. Todos sabem que foram eles os que lançaram a consigna que, posto que o Partido Socialista era um Partido Majoritário, devia tomar o “Poder”, com o propósito de romper a Frente Popular e derrotar o Governo, surgido da mesma. Todas estas manobras contra o movimento operário e popular chilenos partiram deste grupo de aventureiros e agentes do inimigo, que se infiltraram nas direções do Partido aliado. O expoente mais nefasto desse bando é o renegado Hidalgo. Esse bando trotskista, ao mesmo em tempo que atuava dessa maneira no plano político nacional, no seio da classe operária lançava seus ataques contra a unidade proletária. Sabemos o que fizeram os bandoleiros trotskistas no último Congres-



Galo Díaz: ataques ferozes e despolitizados ao trotskismo para encobrir sua política de traição

so da CTCH, que praticaram métodos de intriga e de violência, deparados com a honestidade de classe dos operários, empregaram todos os meios para impedir a unidade dos trabalhadores em torno de sua grande Central Sindical. Temos presenciado como, de forma mais canalha, mais agressiva, mais premeditada e sistemática, pretenderam levar a guerra civil às organizações operárias, aos sindicatos. Neles têm realizado uma campanha de difamação, de desprestígio e de descrédito de nossos companheiros – e contra os camaradas socialistas que não se prestaram a seus turvos manejos -, para tomar-lhes a direção dos sindicatos, mas não para defender os interesses da classe operária. Isso se evidenciou, para não enumerar outros aspectos, na mineração de El Teniente e de Potrerillos. Nessa última, caluniando nossos dirigentes, acusando-os de frear as

lutas da classe operária, lutas que os trotskistas queriam que se desencadeassem sem nenhuma preparação para que fracassassem. Em El Teniente, apresentando um voto de censura contra nossos companheiros para retirá-los da direção do Sindicato, e, para consegui-lo, se aliaram com alguns elementos que compõem o bando fascista da Vanguarda Popular. No campo operário, temos visto os trotskistas como incansáveis agentes da reação, aproveitando o descontentamento entre as massas para lançá-las a atos sem propósitos, caluniando os dirigentes sindicais, incitando aos métodos de violência contra determinados homens de nosso Partido, e, em geral, fazendo o mais ativo trabalho de provocação e espionagem contra o povo.

Os trotskistas têm atuado por meio das Ligas de arrendatários, incitando setores apolíticos a uma luta contra o Governo, acusando-o como o autor da carestia de vida e dos arrendamentos, calando-se, certamente, a principal origem destes males, que é o complô reacionário denunciado por nosso camarada Secretário Geral nos atos realizados no Caupolicán.

Os trotskistas têm atuado como inimigos da unidade dos

juvencos estudantes: na Universidade têm sido os mais encarniçados sabotadores da unidade estudantil em prol de suas reivindicações, chegaram a romper as assembleias estudantis com métodos que nada têm de diferente do fascismo. Eles foram os primeiros que, a partir da Universidade, no ano de 1938, lançaram a mais canalha campanha anticomunista, campanha que hoje ressuscitam os falangistas, apoiando-se naquela primeira jornada, e tomando toda a bagagem de imundices trotskistas lançadas contra o Partido. É necessário indicar sua identidade de posições com os elementos que dirige o chefe fascista Gonzáles von Marées, e com a campanha da reação diante do movimento operário chileno. Eles - todo este conjunto de inimigos do povo -, desejavam separar a classe operária de seus aliados, isolá-la e depois dar seus golpes em separado para escamotear o triunfo do povo.

Nisso cumpre seu papel definido pelo camarada Stálin: ser “um bando de bandidos e provocadores a serviço da reação e do imperialismo”.

Por outro lado, vemos que esta definição do trotskismo, dada pelo camarada Stálin, que é perfeitamente aplicada a nosso país, onde não somente trabalham ativamente contra a unidade proletária e contra a Frente Popular, mas que são, juntamente com os fascistas de Gonzáles von Marées, as tropas de choque da reação nacional na preparação do golpe de Estado, e na traição aos interesses da nação em benefício do imperialismo.

Mas há algo mais grave, camaradas, que até agora nós não tínhamos percebido e demonstra que, na forma direta ou indireta, o trotskismo trata ainda de influenciar nossa política. É sabido que o trotskismo, em todos os países do mundo, é ele que abastece de argumentos contrarrevolucionários toda a imprensa reacionária para a luta contra a URSS. O que passa em nosso Partido é que, há algum tempo, temos relegado para segundo plano a campanha de difusão das realizações socialistas da União Soviética e de sua política de paz, quando hoje não pode haver um só revolucionário sincero, um só homem progressista que não aplauda e apoie essa política? Ao serviço dos países imperialistas se vem fazendo, em nosso país, uma

Nossos comentários

Publicamos esse libelo antitrotskista porque se tratar de um documento de época, que testemunha aspectos da luta política no Chile. Nota-se que o redator não apresenta o fundo das divergências que levaram os estalinistas a empunhar a bandeira de eliminação dos trotskistas dos sindicatos e das fileiras do movimento operário. Nota-se também a reprodução da falsificação internacional de Stálin de que quem assassinou Trotsky foi gente de seu próprio meio.

A máscara do cinismo estalinista já não pode cobrir a face dos verdugos dos revolucionários russos. O farto material comprobatório de que o autor do assassinato de Trotsky foi um agente da GPU, a mando de Stálin, não permite tais falsificações ficarem em pé nem uma fração de segundo. A propósito, no dia 20 de agosto de 1940, portanto há 73 anos, o revolucionário recebeu golpes na cabeça desfechados traiçoeiramente pelo agente estalinista.

Mas vejamos os aspectos do ataque de Galo González Dias aos trotskistas chilenos. Dois deles tem importância: 1) quanto

campanha infame contra a URSS, campanha que tem como finalidade preparar o que se chama o “ambiente político necessário”, para conciliar com os imperialistas e agredir a URSS.

Por isso, se fala de “imperialismo vermelho” e outras sanções contrarrevolucionárias. Os comunistas na imprensa, nos atos, no Parlamento, em todas as partes, se querem ser fieis ao partido e a sua linha política revolucionária, não podem colocar nenhum problema de ordem nacional ou internacional sem se referir, como ponto de apoio fundamental, à União Soviética. Isto é, demonstrar com a experiência dos fatos irrefutáveis como se liquida o poder econômico da oligarquia, dos latifundiários, do grande capital, enfim, como se liquida o regime de exploração capitalista e como se abre ao povo uma vida de prazeres, de trabalho, de liberdade e de bem estar. Assim se demonstra de forma concreta como se assegura a paz ao povo soviético e se serve à causa da paz de todos os povos e da classe operária, liquidando as causas que geram a guerra: o capitalismo imperialista.

Bem, camarada, que campanha de difusão das realizações socialistas, de explicação da política da paz da URSS, fazemos diariamente? É doloroso confessá-lo. Ocorreram atos da Frente Popular onde não foram justamente os comunistas os que têm falado da URSS e do grande Stálin, mas sim alguns representantes de partidos aliados, que têm colhido aplausos da classe operária e do povo. Em tudo isso não existe um pouco de reflexo da ideologia burguesa inspirada pelo trotskismo, não atinge a influência caluniosa de que no fundo da política da URSS há um pouco de... “imperialismo vermelho”? Seja como for, essa situação deve acabar em nosso Partido, e cada comunista deve levantar mais alto do que nunca a bandeira da URSS, política leninista da paz, que é o orgulho dos comunistas e do movimento operário internacional.

Estes fatos demonstram que hoje mais do que nunca é preciso iniciar um intenso trabalho de formação ideológica no seio do Partido. É necessário aplicar o último capítulo do folheto de Organização, publicado depois do X Congresso: ali se exalta a necessidade de manter uma estreita vigilância em nossas fileiras contra o contrabando trotskista.

à unidade proletária; 2) quanto ao “imperialismo vermelho”.

No primeiro caso, os trotskistas se opunham à Frente Popular. Portanto, não se tratava da unidade proletária, que se obtém praticamente pela frente única de ação em torno das reivindicações, pelo fortalecimento da autoridade do partido revolucionário e da elevação consciência socialista dos explorados. A Frente Popular é o contrário dessas condições. Aqueles que lutavam nas reuniões, nos atos e nos sindicatos contra a política de colaboração do estalinismo não eram os divisionistas.

O PCCH se exasperava em ver que determinadas teses da Oposição de Esquerda Internacional e a crítica programática de Trotsky às experiências da Frente Popular na Espanha e França penetravam na vanguarda da classe operária chilena. Os estalinistas necessitavam de trazer o PS à Frente Popular e ao governo burguês a ela vinculado. O enfrentamento internacional do trotskismo ao estalinismo era mais visível nos grandes acontecimentos, envolvendo a política do estalinismo na

Alemanha, França, Espanha, etc. do que na Rússia, rigidamente controlada pela ditadura burocrática. Não havia como não se refletir no Chile, seja em relação ao esquerdismo do Terceiro Período, seja em relação ao oportunismo colaboracionista da Frente Popular.

As cisões originárias na década de 30 se deram nesse quadro, protagonizadas por uma fração que recém assimilava as posições de Trotsky e mal compreendeu seus fundamentos. O que marcou definitivamente o PCCH foi o oportunismo. Os trotskistas chilenos, com as poucas armas ideológicas e programáticas de que dispunham, enfrentaram o desvio estalinista, que desembocaria na formação do governo burguês assentado na Frente Popular. O PS, pequeno burguês e centrista, abrigava várias tendências (de direita, de centro e de esquerda) e tendências dentro de cada tendência. A crítica à tática estalinista penetrava no PS. Assinalemos que a sua esquerda empunhava a Frente de Trabalhadores, que, embora servisse ao eleitoralismo, não admitia a presença de partidos burgueses. Constituído o governo da Frente Popular em 1938, os trotskistas passaram a mostrar que se tratava de um governo burguês, que não tinha interesse em resolver as dificuldades mais prementes das massas (custo de vida, emprego, etc.) e que não era capaz de assumir as tarefas anti-imperialistas.

No movimento sindical, se dava o embate entre estalinistas (governistas) e trotskistas (opositores). Tornava-se difícil para os militantes do PC se colocar contra as greves operárias, mas acabavam cumprindo sua função governista. Os trotskistas os denunciavam. Está aí a origem nacional do ódio estalinista ao trotskismo.

Quanto ao segundo ponto, nunca foi bandeira do trotskismo a caracterização da União Soviética de imperialista, muito menos de “imperialismo vermelho”. É certo que, sob a IV Internacional, surgiram vozes que viram no Estado Operário degenerado pela ditadura burocrática de Stálin um novo tipo de imperialismo. Mas foram combatidas e derrotadas. Eis a resposta de Trotsky: *“Usar a palavra ‘imperialista’ para a política exterior do Kremlin – sem declarar exatamente o que significa – equivale sensivelmente a identificar a política da burocracia bonapartista com a política monopolista, sobre a base de que tanto um como o outro utilizam a força militar para sua expansão. Semelhante identificação, capaz de semear unicamente confusão, é muito mais própria de democratas pequeno-burgueses que de marxistas.”* (...) *“Se queremos definir a política exterior do Kremlin com exatidão, devemos dizer que é a política da burocracia bonapartista de um Estado operário degenerado rodeado de um cerco imperialista.* Esta definição não é tão breve e sonora como a de “política imperialista”, mas em compensação é mais precisa.” (Novamente e uma vez mais sobre a natureza da URSS, 1939, Trotsky) A Oposição de Esquerda Internacional e depois IV Internacional levantou a bandeira de **defesa incondicional da União Soviética** contra qualquer ataque do imperialismo. A luta contra o revisionismo estalinista e a ditadura burocrática restauracionista, ao contrário de ser contraditória com essa bandeira, foi levantada por Trotsky como a condição para evitar a destruição das conquistas da Revolução Russa. Os acontecimentos mais recentes provam o acerto do trotskismo e papel contrarrevolucionário do estalinismo. Isto basta para se ver que o estalinismo atacou o trotskismo com muitas mentiras.

Apresentação dos escritos de Guillermo Lora sobre a Revolução Chilena

40 ANOS DEPOIS DA CONCLUSÃO OBRIGADA

A democracia forma burguesa é incapaz de punir os fascistas assassinos e sepultar a herança da ditadura

A 40 anos do golpe fascista de Pinochet, a conclusão obrigada é que a democracia formal burguesa, com suas leis e seu parlamento, tem sido incapaz de punir os crimes e assassinatos praticados pelos militares e civis, autores materiais e intelectuais da bárbara tragédia que ensanguentou o povo chileno e escandalizou o mundo. Pelo contrário, torturadores, assassinos e sátrapas da ditadura estão impunes, são candidatos, ocupam postos públicos e privados como se nada tivesse passado e são os que mais clamam os gritos a necessidade da “reconciliação nacional” e dizem que “para os chilenos queremos viver em paz, deixem de remover o passado”.

As vítimas e a maioria dos chilenos jovens, que estavam no berço ou nasceram depois do golpe, mas que, na fala de alguns, sentem a dor da época e sofrem hoje a herança da ditadura na educação, saúde e os demais problemas da vida cotidiana, continuam reclamando que haja justiça. *Nem esquecimento, nem perdão*, é seu grito de dor, raiva e impotência.

Por que o parlamentarismo e legalismo burguês é incapaz de castigar os autores materiais e intelectuais? Por que é incapaz de acabar com a herança da ditadura e fazer justiça para o povo oprimido? A resposta flutua no ambiente, a sabem todos os chilenos, mas não a dizem em voz alta. São os mesmos expoentes da classe dominante chilena, os mesmos donos do país e suas políticas servis os que hoje adularam e apoiaram, ocultaram e trabalharam com o fascista Pinochet, para acabar com a ameaça do avanço da Revolução Chilena para a expropriação da burguesia e o imperialismo, os que hoje se reivindicam de devotos democratas.

Democracia e fascismo são duas formas da DITADURA da burguesia. O que importa para ela e para o imperialismo é qual dessas formas, ou qualquer outra que pudesse adotar lhe garanta os melhores termos para a sobrevivência da grande propriedade privada e a reprodução do grande capital. Quando a luta das massas revela a falácia da democracia formal burguesa

e a sua incapacidade para resolver os problemas fundamentais dos explorados, quando as massas a partir dessa luta se organizam para pôr em pé seu próprio governo assentado na propriedade social dos meios de produção, quando o proletariado encabeça essa luta e lhe dá essa projeção comunista, é quando a burguesia e o imperialismo se vêem diante da necessidade de recorrer ao fascismo para esmagar o levante revolucionário. O proletariado, se não quer conhecer uma derrota física, que o deixe prostrado por um bom tempo, deve apressar sua organização, a expropriação do poder político e econômico da burguesia, que se baseiam na propriedade dos meios de produção e pôr em pé seu próprio aparato estatal. Não pode depositar ilusões em que o Estado e a legalidade burguesa frearão a ameaça fascista, somente pode confiar em suas próprias forças.

O golpe de Pinochet foi uma ação preventiva da burguesia chilena e do imperialismo norte-americano diante do avanço na afirmação da independência de classe do proletariado chileno, que se lançou à ocupação de fábricas e minas, formou os cordões industriais, que surgiram como órgãos de poder operário, organizados para enfrentar o boicote e a resistência burguesa, para assegurar às massas o direito de decidir sobre o abastecimento. Tratava-se, sem dúvida, de formas embrionárias de um novo Estado: a ditadura do proletariado, que desde o início mostrava sua fisionomia oposta à ditadura da minoria burguesa e ampla democracia aos explorados. Por esse caminho, o proletariado chileno avançava e ultrapassava os estreitos limites da política reformista, conciliadora e colaboracionista da Unidade Popular, sustentada principalmente pelo PCCH (estalinismo). Transcrevemos a Plataforma de luta aprovada no Assembleia convocada para a conformação do Cordão Industrial Cerrillos em Maipú-Santiago, 30 de junho de 1972, que confirma isso. Apesar de iniciar apoiando Allende, os objetivos da luta vão além da estreita política reformista da UP:

Plataforma do comando da Coordenação de luta dos trabalhadores do Cordão Industrial Cerrillos-Maipú, 30 de junho de 1972.

- I. Apoiar o governo e o presidente Allende na medida em que este expresse as lutas e mobilizações dos trabalhadores;
- II. A expropriação das empresas monopolistas e as de mais de 14 bilhões de escudos (a mesma reivindicação do programa da UP), as estratégicas, as de capital estrangeiro e as que boicotarem a produção e não cumprirem seus compromissos trabalhistas;
- III. Controle operário da produção por meio de conselhos de delegados, revogáveis pela base, em todas as indústrias, propriedades no campo, minas, etc.
- IV. Sobre os salários: reajuste automático a cada 5% da alta do custo de vida; fixação do piso mínimo e máximo salarial pela assembleia de trabalhadores; criação do Conselho nacional de Salário, eleito pela base;
- V. Repudiar os patrões e a burguesia escondidos no Poder Judicial, na Controladora, no Parlamento e na burocracia do aparato do Estado; as repressões às lutas dos trabalhadores: exigimos a liberdade dos operários, dirigentes e interventores e a suspensão das multas;
- VI. Expropriação imediata de todas as propriedades maiores



Allende nomeia Pinochet comandante chefe das Forças Armadas

- de 40 hectares de irrigação básica, com portas fechadas e sem indenização;
 - VII. Tomada de posse de todas as propriedades expropriadas;
 - VIII. Controle camponês mediante os conselhos de delegados revogáveis pela base em todos os organismos do campo; no sistema de crédito, distribuição dos insumos e maquinarias;
 - IX. Criação da Empresa Estatal da Construção, com controle da população e operários mediante os conselhos de delegados;
 - X. Solução imediata aos habitantes de acampamentos e condições para os assentados;
 - XI. Expropriação de todos os terrenos não agrários e urbanos para a construção de moradias com a participação de operários e população na elaboração dos planos de construção das moradias;
 - XII. Instauração da Assembleia Popular para substituir o parlamento burguês.
- (Chile Hoje, nº 5. 14 de julho de 1972)

Allende, a UP e principalmente o estalinismo desenvolveram a teoria da “via chilena para o socialismo”, que em essência significava acreditar que é possível transformar a sociedade capitalista em socialista com a ajuda das leis burguesas e por meios democráticos e pacíficos, este posicionamento levou os estalinistas e os socialistas a frear, desarmar e desmobilizar o movimento operário e popular, sob a justificativa de que NÃO havia o que provocar. Como exemplo, eis as declarações de dirigentes do Partido Comunista Chileno (estalinista)

“Os comunistas são militantes disciplinados e as ocupações de estradas e ministérios são uma forma de luta quando existe um governo burguês, mas agora, com o Governo Popular, estas manobras não podem levar-se a cabo” (Chile Hoje, nº6, de 21-27 de julho de 1972, p.11)

“Orlando Millas (PC), pouco antes de ser nomeado Ministro da Fazenda, assinalava que estas ideias sobre “controle dos trabalhadores (...) unificando as organizações populares em Conselhos Comuns de Trabalhadores, que através de Assembleias de base resolvam questões de interesse imediato para os trabalhadores (...) é anarquismo puro”. Orlando Millas (Partido Comunista), “Salvar a crise é reforçar a Unidade Popular” (in Farias, 2000, t. IV. P. 2444)

A tragédia chilena é a prova de que esse caminho conduz

à derrota e prepara o terreno para a vitória do fascismo. Essa é a lição mais importante da derrota do proletariado chileno, foi apontada pelo POR boliviano seu devido momento e que mantém até hoje toda sua vigência na polêmica política mundial.

“A classe operária e os revolucionários têm de chegar ao convencimento de que não se pode transformar a atual sociedade em socialista dentro dos moldes da lei e do Estado Burguês. A via chilena fracassou catastroficamente e seu fracasso foi marcado pelo golpe dos fascistas uniformizados”.

“O colaboracionismo classista, convertido em coluna vertebral do frente-populismo da Unidade Popular, conduz invariavelmente à derrota, isso porque são incapazes de destruir econômica e politicamente a direita e os setores ultrarreacionários” (Guillermo Lora, Lições da tragédia chilena”, Massas nº 435, outubro de 1973).

Somente a ditadura do proletariado (governo operário camponês) poderá sepultar a herança pinochetista e acabar com a permanente ameaça fascista

Esta conclusão referente às condições da luta contra o fascismo em 1972, originalmente escrita nos seguintes termos *“somente a ditadura do proletariado podia acabar com o gorgilismo”* (Guillermo Lora, *“O PC e a experiência chilena”*, Massas 438, novembro de 1973) mantém hoje no Chile toda sua vigência. O Chile atravessa um período de ascenso das massas, que se expressa principalmente por meio da mobilização estudantil contra o sistema educacional privado, imposto pela ditadura e perpetuado pelos governos da Concertação democrática. O descontentamento estudantil possui o respaldo entusiasta da população, os pais de famílias apoiam e incentivam seus filhos. Mas, a olhos vista, o grande ausente é o proletariado, politicamente estruturado e atuando como direção da luta da nação oprimida. A CUT, totalmente desacreditada aos olhos das bases operárias, controlada pelos estalinistas, atua como base de sustentação do governo e da patronal, empenhados em manter toda legislação trabalhista antioperária da ditadura. Os governos “democratas” (Piñera) e os anteriores da Concertação (Bachelet e outros), usaram a “lei antiterrorista” da ditadura contra os estudantes, contra os Mapuches e contra todo aquele que proteste contra a deterioração da situação. Todo o processo político chileno e latino-americano aponta a ratificar a conclusão assinalada há 4 décadas atrás:

“A burguesia e o imperialismo há que derrotá-los, porque, se permanecem em pé e podem continuar conspirando, acabarão com os governos que dizem servir aos explorados e que de alguma forma limitam seus privilégios ou pretendem pôr ordem o caos da economia capitalista. Para o cumprimento desta tarefa deixada pela UP frente-populista, é necessário a construção de um poderoso partido revolucionário, que não é certamente o PC do Chile e de outras latitu-



Cordões Industriais ameaçavam a via pacífica com a possibilidade da revolução proletária

des”. (Guillermo Lora, *“O PC e a experiência chilena”*, Massas 439, novembro de 1973)

A ditadura do proletariado (governo operário camponês, em sua forma popular), tal como a experiência chilena dos Cordões Industriais indicou que somente pode avançar e consolidar-se a condição de que passe a controlar a propriedade dos grandes meios de produção, transformando-os em propriedade social. Este processo não pode ser gradual e negociado, como falsamente prometiam e prometem os reformistas. É um ato revolucionário das massas que se executa com a tomada ou ocupação direta pelas bases operárias e colocada em funcionamento sob o controle operário, das fábricas, minas, etc. É um ato que deve generalizar-se e fazer parte da ação insurrecional das massas. Quando fica isolado, está condenado ao fracasso. Este ato é legalizado pelo Estado Operário, jamais poderá ser legalizado pelo Estado burguês, que foi ou está a ponto de ser derrubado pela insurreição, porque implica sua negação. A produção de cada fábrica passa a fazer parte da planificação central da economia e do monopólio do comércio exterior. A burguesia, ao ser expropriada, está ferida de morte, a fonte de seu poder passou para as mãos do proletariado e para o povo explorado, sob a forma de propriedade social dos meios de produção, premissa econômica da futura sociedade comunista. Sob esta posição, como dono de seu próprio aparato estatal, o proletariado está em melhores condições para enfrentar a reação burguesa e imperialista. Ver-se-á obrigado a recorrer aos métodos da luta internacional do proletariado, defendendo o apoio da revolução socialista mundial e, particularmente, da América Latina.

Esta via revolucionária supõe o trabalho preparatório, orientado a anular a capacidade repressiva do Estado burguês, ganhando para a causa da revolução uma parte da tropa do exército e da polícia e resolvendo por esta via o problema do armamento das massas. Impõe-se, portanto, a necessidade de conhecer as particularidades do exército chileno.

O problema fundamental da revolução chilena: pôr em pé o Partido Operário Revolucionário

O proletariado pode impor-se como direção política da

nação oprimida, a condição de que em seu seio atue sua vanguarda, organizada em partido revolucionário. A presença do partido revolucionário dará projeção insuperável à luta atual dos outros setores sociais, entre eles a dos estudantes. A ameaça e realização efetiva, por exemplo, de uma verdadeira greve geral por tempo indeterminado, com real paralisação da produção, incluindo a do cobre, fará tremer a burguesia chilena, que terá de avaliar a conveniência de manter sua atual truculência em não ceder às reivindicações dos estudantes e estabelecer a educação pública e gratuita, além de restabelecer outras conquistas democráticas, arrancadas pela ditadura e que até hoje não foram restabelecidas. Isso supõe a necessidade de superar as direções tradicionais do movimento operário chileno: o PS e o PC. Supõe derrotar politicamente a burocracia sindical e soterrar o reformismo, o colaboracionismo e o centrismo. Em relação a 1972, apontou-se o seguinte:

“(...) Forjar este partido, implica ajudar as massas a passar politicamente por cima de suas direções tradicionais: o Partido Comunista e o Partido Socialista. Isso só pode se alcançar se se realiza uma severa crítica da experiência chilena, se se assina-lâa com toda clareza as causas da derrota, se se clarifica a verdadeira natureza do aventureirismo mirista, do colaboracionismo estalinista e do centrismo do Partido Socialista”

“A luta contra o gorilismo tem de realizar-se, longe do aventureirismo irresponsável do Movimento de Esquerda Revolucionário

(hoje do foquismo assumido pelo Comando Manuel Rodríguez, por exemplo), que está seguro que uma poderosa bomba equivale a todo o poder revolucionário – por algum tempo adormecido – das massas; contrariamente, deverá realizar-se um paciente trabalho de formação dos primeiros quadros do partido revolucionário, que só pode forjar-se no marco de uma severa discussão ideológica, de elaboração do programa da revolução chilena. Por outro lado, deverá pacientemente realizar-se um silencioso trabalho de cooptação no seio das massas, para ajudá-las a defender suas conquistas mais elementares, as garantias democráticas mais simples. É partindo desta luta que se pode parar o retrocesso das massas, concentrá-las de novo e ajudá-las a se incorporar muito lentamente para nova ofensiva. Fazendo a revolução em nosso próprio país, ajudaremos eficazmente a revolução chilena. Forjando o movimento trotskista latino-americano e analisando profunda e criticamente as causas do fracasso chileno, ajudaremos a estruturar o partido revolucionário do Chile”. (Guilherme Lora, *Lições da tragédia chilena*, Massas, nº 435, outubro de 1973)

Hoje, há condições favoráveis para avançar nesta tarefa, as massas estão tensas e mostram disposição a ouvir a orientação revolucionária, a discutir a crítica de sua experiência passada e procuram uma resposta revolucionária à atual situação. A retomada do trabalho de construção do partido marxista-leninista-trotskista no Chile é o ponto de partida.

25 de agosto de 2013

A Revolução no marco da lei conduz ao golpe militar

Guilherme Lora

Dói-nos a derrocada do governo da Unidade Popular (UP) e o trágico desaparecimento do socialismo de Allende. Isso porque em um país latino-americano trinfou o golpe gorila e contrarrevolucionário, o que significa um revés para o movimento revolucionário chileno, latino-americano e mundial. Temos plena consciência de que a derrota no Chile repercutirá em nosso país, dando maior expressão aos gorilas crioulos. Já em 1891, Balmaceda se suicidou como último e inútil protesto contra um golpe reacionário.

Sustentávamos, invariavelmente, que a via chilena não poderia resultar a não ser na vitória da contrarrevolução, salvo no caso em que tivesse ocorrido o surpreendente fenômeno do surgimento de uma direção proletária capaz de conduzir os explorados além dos estreitos limites impostos por essa variante de frente popular, que se chama Unidade Popular, da frouxidão e conservadorismo do Partido Comunista e da heterogeneidade e centrismo do Partido Socialista. Nossa análise e nossas advertências foram confirmadas, desgraçadamente, de maneira trágica.

No momento em que Allende ganhava os votos da Democracia Cristã, lúcida direção da reação chilena, na condição de respeitar a legalidade, a Constituição feita pela burguesia, a integridade do exército, do ensino, isto é, do aparato estatal burguês, estava cavando sua própria sepultura e outorgando

uma vitória antecipada à contrarrevolução. A esta capitulação se chamou a via chilena: realizar a revolução dentro da lei burguesa e mantendo intocado o aparato estatal da direita. Chile viveu horas dramáticas protagonizadas por um governo “revolucionário e socialista”, impotente frente ao parlamento, à Controladoria e outros pontos chaves manejados espertamente pela direita. Vimos os “socialistas” chilenos debater-se manietados pelo colossal aparato publicitário, devidamente aceito pela direita economicamente poderosa e pelos dólares norte-americanos.

A revolução chilena só poderia ser salva se se conseguisse mobilizar profundamente as massas exploradas e, para isso, fazia falta um partido revolucionário e não essa cova de direitistas medrosos, que é o Partido Comunista chileno. Isso é o que não quis e não pôde fazer Allende, que nos últimos tempos, em que pese sua militância socialista, aparecia como cabeça de ponte do estalinismo no seio de seu próprio partido. O PCHH podia consentir tudo menos levar a classe operária à revolução, que abrisse a perspectiva socialista. Seu grito de guerra foi e é “rumo ao socialismo com ajuda da lei burguesa”. O estalinismo e Allende desenvolveram e esgotaram a tática de conquistar amplo entendimento com a burguesia representada pela Democracia Cristã (que mantém o controle das duas Câmaras legislativas). Quando surgiram dificuldades por obra

da direita, Allende e o Partido Comunista recorreram à classe operária para pedir-lhe pronunciamentos, mas não a convocaram para que varresse do cenário a burguesia e os agentes do imperialismo. Contentavam-se em denunciar, mas não atuaram contra a base econômica dos inimigos do Chile e de sua revolução. Em todo o momento, preferiram abandonar-se nos braços do exército (de forças tradicionais constitucionais, mas que se esquece da Constituição quando sua classe está em grave perigo). Convertendo-o, paulatinamente, em árbitro da situação política. Um exército todo poderoso - sem o necessário contrapeso de uma classe operária organizada, mobilizada e armada para impor sua vontade (essa vontade, temiam mortalmente Allende e o Partido Comunista, não em vão Allende declarou nos primeiros dias de seu governo que sua missão era evitar a ditadura do proletariado) - tinha em suas mãos a possibilidade de “destruir” o Presidente da República quando o achasse conveniente e quando se obtivesse unidade de ação nesse sentido.

A lição é clara: o reformismo, pacifismo e colaboracionismo classista frente-populista do estalinismo conduziu diretamente à derrota da revolução. Se Allende pôde se manter tanto tempo no poder foi graças ao leal e sacrificado apoio da classe operária, que por um momento acreditou que o governo da Unidade Popular era seu próprio governo.

Em certo momento de sua existência, o governo da UP acreditou ter descoberto em seu modelo uma via distinta e mais acertada que a da Assembleia Popular, posta em prática na Bolívia. Temos dito que o golpe preventivo gorila para impedir a chegada do proletariado ao poder teve de esmagar a Assembleia Popular. No Chile, o governo da Unidade Popular e seu pacifismo abriram o caminho para tornar possível o golpe militar contrarrevolucionário. Esse desgraçado desenlace deve incorporar-se como dolorosa lição e ser devidamente

aproveitada pelo proletariado chileno e mundial: não há possibilidade de transformar a sociedade atual dentro da lei e do Estado burgueses. A revolução deve se desfazer de todos esses velhos trastes.

A derrota do reformismo no Chile poderá, desgraçadamente, fortalecer essa tendência aventureira e não revolucionária que é o MIR, isso porque no vizinho país a vanguarda revolucionária é muito débil. Contudo, o futuro é seu, sempre que se saiba tirar as devidas conclusões da derrota sofrida e educar dentro delas seus quadros jovens e mesmo a classe trabalhadora.

Observando o firme deslocamento da classe média para a direita (triumfo persistente dos democratas cristãos nas universidades, colégios, etc.), a deterioração da economia que inflava a influência do Partido Democrata Cristão e inclusive a ultradireita (PN), a preponderância crescente do exército que favorecia a reação, sustentávamos, não faz muito, que a burguesia procurava derrotar “legalmente” (eleitoralmente) a UP e, que, por isso, a empurrava para um plebiscito ou a se chocar com os organismos do aparato estatal. Nos últimos momentos, produziram-se variantes políticas importantes: a greve de caminhoneiros e de setores da classe média levou a instabilidade econômica e social para a beira do abismo, o que ameaçava traduzir-se em graves levantes das massas; a penetração da esquerda no exército apareceu diante da hierarquia militar como um grave perigo.

A esses fatores é necessário acrescentar a unidade obtida pelas Forças Armadas em torno do objetivo golpista e se terá à vista os fatores que introduziram uma brusca variante nos planos da burguesia.

La Paz, outubro de 1973

Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo 29

Lições da tragédia chilena

Guillermo Lora

No Chile, triunfou um sangrento golpe fascista, protagonizado pela direita desse país. Os jornalistas de tendências mais diversas estão mergulhados na vaga discussão acerca do número de vítimas do massacre planejado cuidadosa e friamente pelos comandos militares. O importante é assinalar com toda clareza que, segundo palavras dos generais usurpadores do poder, se decidiu pelo fuzilamento de todos aqueles que portassem armas, que colocassem resistência ou que fossem considerados extremistas. Com sanha, perseguem-se os revolucionários, para exterminá-los fisicamente e isso de forma pública. Os jornais do continente e mesmo do Chile registram todos os dias notícias acerca da sumária execução de “extremistas” ou “comunistas”. Já sabemos que a direita de todos os rincões aplica os qualificativos de “comunistas” ou “extremistas” a todos os descontentes com o regime, a todo movimento operário.

A direita chilena inscreveu em seu programa como ponto fundamental a “extirpação do marxismo” (fuzilamento de todo esquerdista), porque considera que assim se poderá tirar do apuro a debilitada economia. A solução fascista é simples:

destruir a área social, devolver as fábricas aos empresários e abrir as portas do país à voracidade imperialista. O correspondente informa que muitos dos grandes consórcios estudam seu retorno ao território chileno, para voltar a fazer parte dos setores fundamentais da economia e decidir na política. A Democracia Cristã, depois de conquistar legalmente o poder, não poderia dar semelhante passo para trás. Destruir os avanços do “capitalismo de Estado”, para alentar a iniciativa privada, a isso se reduzem as promessas de reordenamento da economia. Para justificar semelhante retrocesso disse que as empresas estatizadas tinham de ser financiadas pelo Banco Central e que esta era a causa fundamental da ruína econômica do Chile.

O golpe direitista no Chile fortaleceu as posições contrarrevolucionárias em todo o continente e no mundo inteiro. Não se trata somente de que os fascistas chilenos tenham sido ajudados econômica e tecnicamente pelo imperialismo norte-americano, mas também que o governo dos generais se converteu imediatamente em um dos agentes da política de exploração e dominação de Wall Street. As investigações

no parlamento norte-americano a respeito estão destinadas a diluir-se em palavreados.

Na mesma medida se debilitou a frente revolucionária. A derrota no Chile é nossa própria derrota e nós bolivianos já notamos como Banzer e sua camarilha se sentem mais fortes. A direita latino-americana, como instrumento da reação crioula e do imperialismo, recebeu uma poderosa injeção. Inclusive na Argentina, onde os direitistas não tiveram outro remédio a não ser voltar a seus quartéis depois de um desgaste político tremendo, a reação castrense começou a mover-se ameaçadoramente.

O golpe reacionário afogou em sangue os movimentos operário e de esquerda. Colocou à margem da lei os partidos marxistas e demonstrou a decisão de esmagar os sindicatos por muito tempo. A violência estatal centrada sobre esses objetivos se chama fascismo.

Pinochet e companhia anunciaram sua determinação de modificar a Constituição Política do Estado dentro dos alinhamentos fascistas, dentro do corporativismo no qual estarão representados os sindicatos e as atividades econômicas, etc.

Os generais têm dito com toda clareza que permanecerão no poder todo o tempo que seja necessário para criar um novo Estado e que não será outro senão o totalitário.

Estas transformações inconfundivelmente reacionárias somente puderam ser anunciadas e poderão ser iniciadas em sua realização depois da descomunal derrota sofrida pela revolução chilena, depois do esmagamento das forças de esquerda e do movimento operário.

Uma clara caracterização do novo regime facilitará a luta contra ele, luta que obrigatoriamente tem de empreender-se nas condições difíceis da clandestinidade.

Como consequência de todo o desenvolvimento político anterior, a direita chilena, que no primeiro momento se apresentou como um bloco homogêneo, mostra já profundas fissuras. As contradições e lutas entre os diversos grupos direitistas e pró-imperialistas se refletirão sobre a conduta futura das forças revolucionárias.

A ultradireita, apresentada pelo Partido Nacional, parece que melhor se acomoda às exigências extremas do militarismo. É já o suporte civil do governo estruturado com elementos da alta hierarquia castrense.

A Democracia Cristã, colocada em situação extremamente crítica porque, apesar de seu tão apregoado apego à lei, à Constituição e ao sufrágio, não tem tido a capacidade suficiente para definir com clareza sua posição de repúdio ao golpismo militar, isso porque em última instância se confunde com as posições direitistas e pró-imperialistas dos generais. No entanto, assinalou seus desejos de capitalizar as vantagens



Marcha operária contra a ameaça de golpe no Chile

do golpe e de não perder a possibilidade de converter-se em governo constitucional. Nessa medida, é possível apalpar as divergências e contradições entre o Partido Democrata Cristão e o militarismo. O dirigente do partido democrata-cristão tem dito que o governo atual é transitório e que não pode ficar vigente mais do que dois anos e que, portanto, não pode impor modificação nenhuma à Constituição, por ser esta uma atribuição própria do povo, etc..

Pode-se prever que a Democracia Cristã se esforçará em aumentar seu capital político fazendo tímidos reparos aos excessos daqueles que estão dispostos a recorrer aos militares para conter o povo chileno. Disfarçar-se-á com roupagem democrática para capitalizar o descontentamento que necessariamente provoca as arbitrariedades do oficialismo. Abriga a esperança de que a ilegalidade dos partidos marxistas a permita converter-se em direção das massas exploradas, essa é uma ilusão que logo se esfumará.

No polo da esquerda, o MIR está seguro que chegou sua hora, em que pese que durante o golpe militar e imediatamente depois demonstrou a ineficácia de seus métodos foquistas de luta. Presunçosamente, os miristas disseram até o cansaço que seriam eles os que impediriam o triunfo de um golpe de Estado. Se durante o período de legalidade conseguiram aproximar-se das massas e penetrar em alguma medida no seu seio, nas novas circunstâncias políticas retornarão a sua forma clássica de organização e de luta: pequenos grupos de gente armada, atuando às costas das massas e com a intenção de substituí-las.

Grandes setores do heterogêneo e depreciado Partido Socialista, girando ao redor do MIR, se converteram no canteiro de onde se extraíam seus ativistas. O futuro imediato estará coberto de ações terroristas e de foquismo nas zonas agrárias, apesar da severidade com que serão tratados pelos militares. Assim, o MIR fará o seu retorno a seu verdadeiro eixo: a utilização da violência não revolucionária. Este ativismo suicida contribuirá a desorientar as massas e a submergi-las na inatividade momentânea. A verdade é que por esses caminhos

tortuosos não poderá construir-se o partido revolucionário.

O Partido Comunista voltará a viver a vida da ilegalidade e vegetará ali, esperando que novamente renasça o sol da legalidade. Demonstrou até a saciedade seu direitismo e sua condição contrarrevolucionária. A severa crítica dos acontecimentos chilenos pode contribuir para orientar as bases comunistas contra sua direção burocratizada.

A imprensa e o rádio de todo o mundo estão dominados, pelo menos no momento, pelo impressionante aparato publicitário estalinista, que, desgraçadamente, se limita a lançar palavras e palavras que impedem de ver as verdadeiras causas da descomunal tragédia chilena. O estalinismo reduz a uma simplicidade todo o problema: os golpistas, apoiados pelo imperialismo, cometeram o crime de destruir pela força um Presidente saído das eleições democráticas e limpas – a democracia foi ultrajada.

A tese anterior nos levaria à conclusão de que toda democracia e a vontade popular não são nada diante de uma espada desembainhada. Os que tão teimosamente se apegam às fórmulas e à democracia formal, estão organicamente incapacitados para poder explicar as causas da derrota chilena.

A classe operária e os revolucionários têm de se convencer da impossibilidade de transformar a atual sociedade em socialista dentro dos moldes da lei e do Estado burguês. A via chilena fracassou catastroficamente e seu fracasso foi marcado pelo golpe dos fascistas uniformizados.

O colaboracionismo classista, convertido em coluna vertebral do frente-populismo da Unidade Popular, conduz invariavelmente à derrota, isso por que são incapazes de destruir econômica e politicamente a direita e os setores ultrarreacionários.

O governo Allende, colocado em difícil situação pela investida multitudinária direitista e pela incapacidade de apoiar-se decididamente na mobilização revolucionária das massas, não encontrou outra saída senão apoiar-se mais e mais na alta hierarquia castrense; assim, se converteu em seu prisioneiro e permitiu que os generais se transformassem nos árbitros da política. Estavam dadas as condições para que o exército pudesse destruir o Presidente Constitucional quando achasse que o momento havia chegado, e esse momento chegou em 11 de setembro de 1973.

A primeira e maior lição da tragédia chilena, que, por ser a tragédia das massas e do proletariado, estamos obrigados a tomá-la muito a sério. A via chilena, isto é, o intento de fabricar uma sociedade socialista com ajuda das leis e do Estado burgueses, conduz inevitavelmente a trágicas derrotas. A Frente Popular, o colaboracionismo classista do estalinismo, não destruíram a reação, mas sim permitiram o fortalecimento crescente das tendências fascistas.

Para alcançar o socialismo, não há senão a via revolucionária, isto é, a revolução feita pelas massas e que permite a destruição das bases econômicas da burguesia, a estatização dos meios de produção (algo diferente do simples capitalismo de Estado, dirigido por governos burgueses ou pequeno-burgueses) e a planificação da economia.

O fortalecimento do MIR ocasionou sérios prejuízos à re-

volução chilena e esse fortalecimento se deveu e se deverá, no futuro próximo, à virtual ausência de um partido revolucionário da classe operária no Chile. Forjar esse partido implica ajudar as massas a passar politicamente por cima de suas direções tradicionais: o Partido Comunista e o Partido Socialista. Isto só pode se alcançar se se realizar uma severa crítica da experiência chilena, se se assinalar com toda clareza as causas da derrota, se se colocar às claras a verdadeira natureza do aventureirismo mirista, do colaboracionismo do estalinismo e do centrismo do Partido Socialista.

No momento da queda de Allende se mostrou com toda sua dimensão a inutilidade do aventureirismo mirista e do “pacifismo” oportunista do estalinismo. Allende em seu desespero havia convocado as massas para que ocupassem as fábricas. Mas não ordenou a greve geral política contra o golpismo. Um dirigente trabalhista estalinista teve o cinismo de pedir a calma e a cooperação com os novos amos da situação. A greve política, no caso de estourar e permanecer, teria de projetar-se para a insurreição e para a tomada do poder pelo proletariado, conforme ensina a amarga experiência uruguaia e a boliviana, que em outubro de 1970 derrotou o triunvirato militar. Nada disso ocorreu e os franco-atiradores, que só podem ter importância como elemento auxiliar, ficaram suspensos no vazio. Não esteve presente o partido revolucionário capaz de assinalar o caminho correto.

A luta no Chile contra o golpismo é muito dura, mas não impossível. Os revolucionários têm de aprender a trabalhar na clandestinidade e realizar suas tarefas frente a uma classe operária dispersa e desmoralizada. Não em vão o governo considerado como seu se quebrou e suas velhas direções se afundaram, que para ela era a encarnação da direção revolucionária.

A luta contra o golpismo tem de realizar-se muito longe do aventureirismo irresponsável do Movimento de Esquerda Revolucionário, que está convencido de que uma potente bomba equivale a todo o poder revolucionário – por algum tempo adormecido – das massas. Contrariamente, deverá realizar um paciente trabalho de formação dos primeiros quadros do partido revolucionário, que só pode forjar-se no marco de uma severa discussão ideológica, de elaboração do programa da revolução chilena. Por outro lado, deverá pacientemente realizar um silencioso trabalho de capacitação no seio das massas, para ajudá-las a defender suas conquistas mais elementares, as garantias democráticas mais simples. É partindo dessa luta que se poderá estancar o retrocesso das massas, concentrá-las de novo e ajudá-las a incorporar-se muito lentamente para a nova ofensiva. Fazendo a revolução em nosso próprio país ajudaremos eficazmente a revolução chilena. Forjando o movimento trotskista latino-americano e analisando profunda e criticamente as causas do fracasso chileno, ajudaremos a estruturar o partido revolucionário do Chile.

La Paz, outubro de 1973

(Extraído das Obras Completas de Guillermo Lora, tomo 29, 1973)

O estalinismo e a experiência chilena

Guillermo Lora

Surpreende a posição estalinista?

Acabamos de ler que a direção do Partido Comunista italiano – o maior depois do soviético – tirou suas próprias conclusões da trágica experiência chilena. A Unidade Popular (UP) caiu – segundo esses “comunistas” – por ser muito extremista e por não ter sabido aplicar devidamente a política dos aliados, o que significaria esquecer as lições de Lênin. Uma parte da responsabilidade da derrota corresponderia à ultraesquerda, não somente à representada pelo MIR, mas também pela esquerda do MAPU – cujo fracionamento foi obra do PC - e às numerosas frações radicais do centrista Partido Socialista, por seu conhecido aventureirismo e por ter pressionado o governo Allende para que adotasse medidas precipitadas e inconvenientes, que o empurraram para o sectarismo. Partindo dessas falsas premissas chega à conclusão peregrina de que o êxito da política da UP – construir o socialismo dentro do ordenamento jurídico e do Estado burgueses - dependia do entendimento político com a Democracia Cristã, não de um pacto circunstancial mas de um compromisso de grande alcance.

Essa conclusão, totalmente estranha ao marxismo, não é de nenhuma maneira surpreendente tratando-se de um partido estalinista, cuja missão consiste em evitar, por todos os meios, a revolução dirigida pelo proletariado. Na realidade, o Partido Comunista Chileno orientou sua atividade de acordo com a política preconizada pelos “comunistas” europeus, outra coisa é que as condições políticas de seu país não tivessem permitido materializar sua aliança com a Democracia Cristã, Ramiro Tomic, cérebro da ala esquerdista do PDC, acaba de expor a mesma teoria.

O que sucedeu no Chile é uma amarga e dura experiência e os partidos políticos tiram lições diversas de acordo com a sua própria natureza, determinada pelos interesses de classes sociais distintas e até opostas. O PC da Itália, adotando um ar inconfundivelmente professoral, não se cansa de pontificar sobre a necessidade de selar um acordo político duradouro com a Democracia Cristã, o que permitiria constituir uma frente inclusive mais ampla que a popular, a fim de evitar o surgimento de um governo totalitário e brutal como o que agora impera no país vizinho. Esta tese significa nada mais nada menos que a anulação da luta de classes a fim de colocar a salvo a “democracia”; não deve ocultar-se o fato de que esta “democracia” se assenta na exploração das massas trabalhadoras, que são a maioria nacional em todos os países de estrutura capitalista, por uma insignificante minoria que monopoliza em suas mãos os meios de produção. Perguntamos: por acaso o PC não tem a missão fundamental de

libertar o proletariado e lutar para que esta classe, representada por seu partido político, instaure sua ditadura? O entendimento do PC com a Democracia Cristã em qualquer lugar do mundo só pode concretizar-se partindo da manutenção dos privilégios capitalistas, consagrando a intangibilidade da propriedade privada e perpetuando a exploração e escravidão do assalariado.

Os que vivem na Argentina estão informados de que o envelhecido Perón, desmentindo seu radicalismo burguês de um quarto de século, levantou a necessidade de forjar a unidade nacional (entendimento com os partidos que não são mais do que correia de transmissão dos interesses imperialistas, como o Partido Radical) para que o justicialismo não tenha a mesma sorte que a tida por Allende.

O PC, a Democracia Cristã Chilena

A Unidade Popular se organizou sobre a base de uma plataforma eleitoral, confeccionada para impressionar e atrair uma vasta classe média chilena, que por suas condições materiais de vida, sua cultura e sua educação política cumpre a função de amortecedora da luta de classes. Essa plataforma significou o abandono dos programas dos partidos acordantes em prol do colaboracionismo classista. No entanto, à UP faltava a presença da Democracia Cristã para chegar a ser uma perfeita frente popular e poder repetir a lamentável experiência do regime de Aguirre Cerda. De maneira natural, o PC se colocou à direita do acordo e, desde o primeiro momento, propôs a necessidade do entendimento e cooperação política com a burguesia, tanto por meio de suas expressões políticas como militares, o que permitiria neutralizar o imperialismo norte-americano, coisa muito diferente da luta pela libertação nacional. A Democracia Cristã, clara expressão da burguesia e que apresenta diferenças de matiz com os grupos fascistas e também com a reação, não foi estranha às solicitações “comunistas”. Não foram razões de princípio que impediram a conclusão do pretendido entendimento UP-PDC, mas fatores



Os estádios eram prisões que funcionavam como campos de concentração

políticos puramente conjunturais. Não se deve esquecer que Allende iniciou fazendo descomunais concessões à burguesia – referentes à Constituição, ao parlamento, a intangibilidade do exército, da escola, etc. – e depois em suas numerosas oscilações buscou desesperadamente, a todo momento impulsionado pelo PC, agarrar-se na tábua social-cristã. Este último, atuando em um cenário político dominado pelo rápido deslocamento da classe média para a direita e por frequentes fraturas da frente operária como resultado da ação dos opositores burgueses, foi acrescentando mais e mais suas exigências, até torná-las deliberadamente inaceitáveis: atuava assim porque tinha certeza de acabaria deslocando eleitoralmente a UP do poder. Esta solução direitista do problema político era a que melhor se acomodava aos interesses direitistas crioulos (burguesia nacional) e imperialistas – o senador Kennedy continuou sustentando esse critério –, mas as modificações na situação chilena concluíram convertendo-a em não viáveis. Essas modificações se perfilaram desde as últimas eleições que deram à UP 40% dos votos, o que vinha contrariar as esperanças opositoras de conseguir os dois terços do Poder Legislativo e que havia permitido destituir “constitucionalmente” o Presidente – as câmaras somente puderam eliminar sucessiva e gradualmente os ministros de Estado –; desde o momento em que as massas exploradas tenderam a superar politicamente suas velhas direções, o que lhes permitiria atuar revolucionariamente contra o capitalismo – ocupação de fábrica, solução dos problemas pela ação direta, constituição de milícias operárias, formação dos cordões industriais –; impacto da ação e propaganda ultraquerdista nas forças armadas, etc. A via social cristã foi se fechando para dar lugar à resposta puramente golpista. O ingrediente maior nesse terreno foi dado pelo próprio Allende, que, em seu desespero e em sua incapacidade para apoiar-se em uma profunda mobilização das massas, foi convertendo o exército e os generais nos árbitros da política chilena. O PC empurrou o Presidente para os braços dos chefes uniformizados. Nessa nova situação política, já não podia funcionar o entendimento UP-PDC e, mesmo no hipotético caso de se concretizar, teria sido sepultado pelo golpe fascista.

Somente a ditadura do proletariado poderia acabar com o golpismo

Não é nenhuma descoberta dizer que o golpe militar constituiu um rude ataque ao processo revolucionário chileno e latino-americano e que prejudicou seriamente as massas exploradas. Tampouco tem maior significado o descomunal lamento que se levanta em escala internacional pelo ocorrido. No plano político, é preciso dizer por que caiu a UP, queda que estava escrita desde o momento em que chegou ao poder eleitoralmente, como consequência de um processo de ascenso das massas e que a reação pretendeu, com relativo êxito, estrangulá-lo do alto da cúpula governamental. A chamada via chilena – transformação pacífica da atual sociedade em socialista, sempre colocando a salvo a propriedade privada e as leis burguesas – estava condenada ao fracasso, à tragédia para a maioria nacional. Se o fracasso ocorresse devido ao golpe militar, em vez do processo eleitoral, é algo de segunda ordem, determinado pelas particulares circunstâncias políticas.

A UP e PC dentro dela – o partido mais poderoso e melhor organizado em um conglomerado por demais amorfo –, não tomaram a suficiente decisão de destruir o funcionamento econômico da contrarrevolução, da burguesia chilena, apenas tocaram em alguns interesses imperialistas. O reformismo se chocou seriamente com todo o aparato intacto da reação e não pôde derrubá-lo. O natural e a inevitável deterioração econômica e a tentativa de jogar suas consequências sobre os poderosos, juntamente com a virada à direita da classe média, assinalaram os limites a partir dos quais era inevitável a derrubada de Allende.

A derrota do governo da UP foi, fundamentalmente, consequência da mesma política governamental. Desde o momento em que Allende utilizou todos seus recursos para conter a mobilização das massas, para fechá-las dentro de um reformismo e colaboracionismo de classes e evitar, assim, a estruturação da ditadura do proletariado, estava trabalhando com afã pela sua própria ruína.

Somente a classe operária no poder, que havia iniciado nacionalizando os meios de produção e rompendo as ataduras de dependência diante do imperialismo, teria conseguido destruir o poderio econômico da reação. O problema não era o de ser complacente e de submeter-se à Democracia Cristã, mas acabar com a classe cujos interesses representa este partido político. A burguesia e ao imperialismo têm de ser esmagados, porque se permanecem em pé podem continuar conspirando, acabarão com os governos que dizem servir aos explorados, e que de alguma forma limitam seus privilégios ou pretendem pôr em ordem o caos da economia de cunho capitalista. Para o cumprimento desta tarefa, a UP frente populista está ultrapassada, e faz falta a construção de um poderoso partido revolucionário do proletariado, que não é certamente o PC do Chile e de outras latitudes.

A atitude do PC boliviano

O Partido Comunista boliviano, que no passado recente conheceu uma profunda oscilação para a esquerda – isto na época da Assembleia Popular – vinha-se deslocando progressivamente para posições direitistas tradicionais do estalinismo em geral, atuando assim sob a poderosa pressão do Partido Comunista chileno, particularmente.

O estalinismo altiplano chegou à conclusão de que defender a política independente e revolucionária do proletariado e propor um governo operário e camponês – em lugar da consiga democrática de “governo popular anti-imperialista” – conduz ao aventureirismo ultrista de esquerda e prepara, desde agora, uma tragédia semelhante à chilena. Publicamente, expressou seu desejo de apontar algum conspirador militar e deu passos firmes no campo da constituição de uma frente política com os nacionalistas do Movimento Revolucionário de Esquerda e do PRIN. Esta política antioperária e antimarxista, que foi dirigida a destruir a FRA, constituída como frente conduzida pela classe operária, se complementaria com a Democracia Cristã, oposição legal e tolerada pela reação boliviana.

Outubro de 1973

Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo 29, 1973, Ediciones Masas)

Nota: Este texto foi extraído do apêndice do tomo XXX, das Obras Completas de Guillermo Lora. Aparece apenas com o título Chile porque faz parte de um conjunto de países comentados pelo autor, constando como parte VI.

Chile

Guillermo Lora

No Chile, o governo da Unidade Popular foi uma variante, com pequenos atenuantes, da Frente Popular, em cujo seio o Partido Comunista jogou um papel importante, graças a seu aparelho e sua organização. O presidente Allende concluiu convertendo-se em cabeça de ponte do estalinismo em seu próprio partido, o Partido Socialista, um aglomerado amorfo de tendências mais diversas e sem organicidade.

Como em todos os países onde não existe uma verdadeira direção revolucionária, a ultraesquerda foquista, portanto, revisionista do marxismo, atinge notoriedade. Às vezes atuou como um bom auxiliar da direita. A crise de direção do proletariado, que ainda se encontra preso aos Partidos Comunistas e Socialistas, se expressou e se expressa com trágica agudeza no fato de que é a ultraesquerda foquista aquela que pretende barrar (atuando, simultaneamente, do exterior e do interior do Partido Socialista e de outras organizações menores) as tendências moderadas e pró-direitistas, manejadas pelo Partido Comunista, que na América Latina joga o papel de olheiro de Moscou, encarregado de evitar que seus irmãos menores sejam arrastados pela tentação das posições revolucionárias.

O estalinismo mundial, em seu afã de salvar a ordem burguesa, se empenha obstinadamente por reeditar a trágica experiência chilena: em Portugal, o tão desejado “compromisso histórico” com o Partido Socialista e a Democracia Cristã italianos, esgota todos os recursos para conter as massas e submeter o proletariado à burguesia.

Aqueles que se entregaram aos braços da Unidade Popular não fizeram outra coisa que dar apoio a um ensaio governamental que encarnou a quinta essência da frente popular da teoria estalinista, acerca das possibilidades de transformação pacífica

do capitalismo para o socialismo e das numerosas vias que conduzem para uma sociedade sem classes. A pretendida revolução, dentro do marco do ordenamento jurídico e do Estado burgueses, concluiu como um vulgar reformismo, que com dificuldade se deslocou dentro das limitações que “legalmente” lhe impôs o Poder Legislativo, controlado pela oposição formada pelo Partido Democrata Cristão e pelo Partido Nacional e pela Controladoria, abrindo as comportas para o fascismo.

Somente o proletariado vitorioso e dono do poder podia destruir os fundamentos econômicos da contrarrevolução e



Guillermo Lora

eliminar do horizonte a besta fascista. A Unidade Popular cobriu com um emplastro, colocado à força, na democracia de cunho burguês, com todas as misérias imagináveis de um país latino-americano. Para alcançar seu objetivo, começou - para contar com os votos democrata cristãos - fazendo concessões fundamentais à direita, como a de manter intocada a estrutura constitucional, a natureza do exército (produto de uma sociedade de classe), o ensino e a imprensa, isto é, conscientemente ignorou que se tratava de um governo sem poder efetivo.



O governo Allende não tinha mais do que duas saídas: 1) mobilizar profundamente as massas para varrer o poder econômico burguês e os meios fundamentais da sociedade, como a imprensa, a educação e mesmo o exército. O que teria acelerado a quebra dos partidos Comunistas e Socialistas e, por sua vez, acelerado o processo de formação de um autêntico partido operário revolucionário; 2) ou sobreviver fazendo concessões à direita e ao exército até a

chegada das eleições presidenciais, pelas quais a Democracia Cristã retomaria o controle do aparato estatal ou, então, um golpe militar fascista. O Partido Comunista e Allende escolheram o segundo caminho, sem se importarem que sua experiência passasse para a história como um vazio do tipo trabalhista da Inglaterra ou como o caminho que conduziu ao fascismo e não à sociedade sem classes.

O fracassado golpe militar do mês de julho de 1973 demonstrou que nesse momento o verdadeiro comando da burguesia chilena era o PDC, que considerava que a quar-

telada frustrada somente ajudaria à causa da UP, ao obrigar os operários, inclusive os setores que começaram a se diferenciar de suas direções políticas tradicionais, a se concentrarem em torno do governo para defendê-lo da ameaça do fascismo. Trabalhou aferrando-se à última possibilidade democrática de deslocar a UP, afanosamente para ampliar a brecha já aberta entre setores trabalhistas e o governo de Allende, a fim de ter assegurada a vitória na próxima eleição presidencial ou, no caso de um plebiscito, conforme determinavam as leis vigentes. O exército falou até o cansaço de suas fortes tradições institucionalistas, de seu dever de velar pela vigência e respeito à Constituição. Da mesma maneira que respaldou a UP vitoriosa nas eleições, o fará e com maior satisfação, ao PDC eleitoralmente triunfante. Em certo momento da tensão da luta de classes, o PC pressionou para incorporar elementos militares representativos no gabinete, era uma manobra destinada a neutralizar o ataque furioso da direita e também lhe fazer concessão: os militares, como expressão das forças armadas, representam os interesses gerais da burguesia, expressos no ordenamento jurídico, isso se demonstrou, sobretudo, porque a Democracia Cristã viu com simpatia essas designações e declarou que os militares eram a garantia e o respeito aos princípios democráticos. Os militares frearam os possíveis avanços da Unidade Popular para a esquerda e não puderam impedir a conspiração que vinha de seu flanco direito. Depois de fracassado o golpe do quartel, Allende novamente chamou os militares, mas as exigências destes eram inaceitáveis. O exército procurou, por sua vez, dissolver os grupos ultra esquerdistas e desarmá-los, e nisso coincidiu plenamente com o Partido Comunista.

A incapacidade do governo Allende para sufocar a direita e arrancá-la de seu covil foi empurrando-o, cada dia

mais, a abandonar nas mãos do exército e este se levantou como o muro intransponível oposto ao reformismo de Allende. A presença do exército obrigou a UP a acantonar internamente a sua esquerda (a ruptura do MAPU e a virtual exclusão do governo de seu setor radical, operação dirigida pelo estalinismo) e a fazer concessões cada vez maiores à direita, aplainando o caminho para o golpe militar. O estalinismo coadjuvou com os fascistas no desarmamento ideológico e material da classe operária.

Os planos da burguesia e do exército “institucionalista” se modificaram radicalmente quando a greve dos caminhoneiros, de comerciantes e de setores profissionais da classe média agudizaram de forma extrema a situação econômica e social, levando-a à beira do abismo, quando as massas se tornaram ameaçadoras para os interesses da burguesia, quando a hierarquia militar considerou que a penetração da esquerda no seio do exército se tornava perigosa. Todos esses fatores, acrescidos da unidade alcançada entre todas as armas dos quartéis por trás do objetivo golpista, determinaram que a rebelião armada sangrenta e cruel substituísse os métodos da oposição democrática. O exército, considerando que sua classe corria sério perigo, não teve a menor preocupação em violentar a Constituição e desprezar o Parlamento e outras antiguidades, coisa que desgraçadamente não supôs fazer Allende em seu devido tempo. O golpe de Estado militar e fascista de 11 de setembro de 1973 sufocou em sangue as massas chilenas e instaurou um regime de força, que acabou com todas as liberdades democráticas e sindicais. A resistência heroica dos explorados veio a demonstrar, desgraçadamente muito tarde, que as massas amadureciam rapidamente para tomar o destino do Chile em suas mãos. Assimilar a rica experiência das lutas das massas, a criação dos embriões

de poder operário e de canais de mobilização, como foram os cordões industriais, constitui um dever elementar. A política revolucionária deve partir da clara compreensão de que a ausência de uma direção revolucionária impossibilitou que a contradição existente entre as tendências instintivas do proletariado e de suas organizações de massa com a linha direitista de suas direções tradicionais saltasse para o primeiro plano e se elevasse.

No Chile, a severa crítica à via pacífica, à natureza e limitações do governo da UP, aos partidos Socialista e Comunista deve servir para aglutinar as camadas mais avançadas da classe operária em um partido revolucionário, sem o qual não se pode falar da revolução.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo XXX, 1974, Ediciones Masas)



El Mercurio: jornal direitista e pró-imperialista informa sobre o golpe

A IV Internacional e a Frente Popular

“Atualmente, numa série de países capitalistas, as massas operárias devem escolher, concretamente, para o momento, não entre a ditadura do proletariado e a democracia burguesa, mas, antes, entre a democracia burguesa e o fascismo”. Assim se expressava o búlgaro Dimitrov em seu relatório para o VII congresso da Internacional Comunista, em 1935, que aprovaria a tática das Frentes Populares. A assertiva acima foi a fundamentação ‘teórica’ encontrada para justificar um giro na política da Cominter e do estalinismo, o último e decisivo, depois do qual ele consolidar-se-ia definitivamente como uma corrente contrarrevolucionária. A Frente Popular, que começava a ser aplicada na França e Espanha, ambas em 1936 levaria ao desastre o movimento operário destes países, ora preparando o terreno para a vitória do fascismo ora defendendo a democracia burguesa e suas instituições da ofensiva revolucionária das massas. Coube à IV Internacional, fundada sob duras condições em 1938, na França, e representando a tradição do bolchevismo, travar um duro combate contra a colaboração de classe dentro do movimento operário mundial, então controlado de um lado pelo estalinismo e de outro pelo reformismo social-democrata.

Os acontecimentos na França e na Espanha comprovaram que as frentes populares serviram para submeter a classe operária à burguesia. Na Espanha, assumiu a particularidade de ter cumprido o papel de colaboração de classe, quando a burguesia quase que de conjunto já havia aderido a via fascista de Franco. Em nome da revolução democrática, a frente popular se levantou como um instrumento de salvação da burguesia e de sacrifício do proletariado. Trotsky sintetizou a função contrarrevolucionária da Frente Popular: “Os operários e camponeses levaram duas vezes os republicanos e seus agentes ao poder: em abril de 1931, e em fevereiro de 1936. As duas vezes, os heróis da Frente Popular cederam a vitória do povo aos representantes mais reacionários da burguesia. A terceira vitória conseguida pelos comandantes da Frente Popular significaria seu inevitável acordo com a burguesia fascista, às costas dos operários e camponeses”.

A colaboração de classe como fenômeno da luta de classes é uma velha tendência no movimento operário. A princípio, a burguesia lidou com o movimento operário lançando mão da repressão mais brutal e do encarceramento de suas lideranças. Somente depois empreendeu a cooptação e a corrupção dos sindicatos. Marx e Engels falavam da aristocracia operária inglesa e sua inclinação a apoiar a política imperialista da burguesia britânica. Ainda no século XIX, o recém fundado Partido Social-democrata Alemão foi obrigado a medir forças contra a direção lassaliana da Associação Geral dos Trabalhadores alemães que cooperava com o governo de Bismark. A II Internacional, antes de ser corrompida pelo social-chauvinismo, experimentou não apenas o problema do revisionismo de Eduard Bernstein como também do chamado ministerialismo, isto, é a participação de socialistas



Cartaz da Frente Popular na França

em governos burgueses como havia sido o caso de Millebrand no governo de Waldeck-Rousseau na França. Com a primeira guerra mundial, em 1914, logo no início da fase imperialista do capitalismo, os partidos socialistas, quase sem exceção, aderiram à política de seus governos burgueses, numa traição sem precedentes no movimento socialista. Apenas a vitória da Revolução Russa e a construção da III Internacional conseguiram deter, temporariamente, o processo de incorporação das direções operárias à democracia burguesa. Dizemos temporariamente porque o stalinismo (resultado da degeneração burocrática do primeiro Estado operário, a URSS) servirá de canal para uma nova e terrível fase de colaboração de classe dentro do movimento operário internacional.

Como explica Trotsky, a colaboração de classe por parte do estalinismo e da social-democracia, embora idênticas no resultado, tem, porém, bases sociais e econômicas distintas. Para a social-democracia foi, sobretudo, o advento do imperialismo e o conseqüente fim da era das reformas que decretou sua falência e capitulação. No que diz respeito ao estalinismo, a necessidade de conservar a economia nacional socialista (“socialismo em um só país”), fonte dos privilégios da burocracia, a empurrou a sacrificar os interesses da revolução mundial. O ponto alto da colaboração de classe destas organizações, ainda nos anos 1930, esteve

na aplicação da chamada Frente Popular. Esta última, como tática elaborada e teorizada, apareceu pela primeira vez na história como uma criação genuína do estalinismo. Havia sido talhada para deter a marcha da revolução proletária internacional e demonstrar às potências que a burocracia do Kremlin estava disposta a todas as concessões para alcançar uma distensão (“coexistência pacífica”) com o imperialismo. Trotsky definiu a Frente Popular como um dos “últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária”.

O impulso necessário para o giro stalinista rumo à Frente Popular o encontraremos na ameaça representada pelo fascismo. A ascensão de Mussolini na Itália, em 1922, e posteriormente de Hitler na Alemanha, em 1933, representou uma profunda derrota do proletariado nesses países (derrota sem combates, diria Trotsky) e preparou o caminho para a guerra mundial. A vitória do fascismo, apoiando-se no capital financeiro, expressou a mais extrema medida da burguesia (liquidando com seus próprios partidos tradicionais e a democracia parlamentar) para salvar a propriedade privada em meio à decomposição generalizada da economia burguesa e a crise revolucionária instalada. A vitória de Hitler havia sido facilitada pela linha ultraesquerdista ditada ao KPD, o partido comunista alemão, por Moscou. A Internacional Comunista, desde 1928 (VI Congresso), caracterizava a entrada do movimento de massas no chamado “terceiro período”, de combates decisivos pelo poder, no qual os comunistas deveriam não apenas rechaçar acordos com a social-democracia, caracterizada de social-fascista, como combatê-la prioritariamente em relação às hordas de Hitler. A recusa em aplicar a tática leninista da Frente Única com as organizações social-democratas, para arrancar sua base operária e preparar a tomada do poder, permitiu a vitória do partido nazista.

O triunfo de Hitler significava uma real ameaça à existência da URSS. A ruidosa propaganda belicista e anticomunista do nazismo forçou a burocracia estalinista a aprofundar sua política de colaboração com as democracias imperialistas. É em meio a esta conjuntura que em agosto de 1935, reúne-se, em Moscou, sob as ordens de Stálin, o VII Congresso da Komintern para efetuar uma mudança brusca na linha política internacional e aprovar a tática da Frente Popular. Os partidos comunistas ao redor do planeta receberam instruções de selar alianças com as organizações social-democratas e burguesas não apenas para impedir a vitória do fascismo, mas para salvar a democracia capitalista da ameaça proletária. A estratégia da revolução socialista, já então uma mera fórmula verbal para festas e cerimoniais, deveria ser abolida definitivamente dos discursos e documentos oficiais. As oscilações passadas do centrismo stalinista, ora ultraesquerdista ora oportunista, deram lugar, como já nos referimos acima, à política contrarrevolucionária.

Os primeiros laboratórios desta tática foram a França e a Espanha. Na primeira, o acordo eleitoral feito entre o Partido Socialista (SFIO), o Partido Comunista (PCF) e o Partido Radical (partido burguês liberal) desenvolveu-se

justamente quando o país era sacudido por uma greve geral que paralisou empresas da Peugeot, Dunlop, Michelin, a construção civil, os bondes, estaleiros navais, empresas de produtos químicos, metalúrgicas, usinas de gás e eletricidade, empresas de transporte fluviais, e envolveu o proletariado mineiro da bacia do Loire, os operários agrícolas de quase todas as regiões do país e atingiu várias cidades como Toulouse, Nancy, Paris, Mulhouse, Saint-Nazaire e outras. A Frente Popular, criada em dezembro de 1935, venceu as eleições e formou um governo burguês de coalizão tendo o socialista León Blum como primeiro-ministro. Trotsky e seus partidários na França (POI) denunciaram a coalizão como “uma aliança do proletariado com a burguesia imperialista representada pelo partido radical e outros restos da mesma espécie”. Nesta aliança, continua ele, “em todos os domínios o partido radical, que conserva sua liberdade de ação, limita brutalmente a do proletariado”. Os acontecimentos que abortaram o processo revolucionário confirmaram a explicação de Trotsky no documento França na Encruzilhada, de março de 1936. Eis: “Visto do ângulo do regime burguês, a Frente Popular é um episódio da rivalidade entre o radicalismo e o fascismo para ganhar a atenção e os favores do grande capital. Confraternizando de modo teatral com os socialistas e comunistas, os radicais querem mostrar ao patrão que o regime não está tão enfermo como pretendem as direitas; que o perigo da revolução é exagerado; que o próprio Vaillant-Couturier trocou seu punhal por um colar; que diante dos “revolucionários” domesticados se pode disciplinar as massas operárias e, conseqüentemente, salvar o fracasso do regime parlamentar.” O Governo do Partido Radical-PCF-SFIO, como previsto, retirou a liberdade de ação da classe operária e deteve a ofensiva das massas para salvar o capitalismo. Os comunistas e socialistas puseram em marcha uma ampla operação de desmonte das greves operárias, das revoltas estudantis e do descontentamento no campo; tornaram-se cúmplices do imperialismo francês na repressão e no saque às nações coloniais na Indochina, norte da África etc.

O imenso aparato propagandístico da Internacional Comunista foi acionado para arrastar milhões de operários e camponeses e convencê-los da ideia de que a iminente guerra mundial, a de 1939-1945, oporia o fascismo militarista contra a democracia burguesa; aos explorados caberia tomar lugar ao lado desta última contra os bandos da SS, do Mikado e dos camisas negras de Mussolini. Nenhuma palavra foi pronunciada sobre o caráter imperialista da guerra, sobre a disputa entre as potências pela repartição do globo, como fizera Lênin e os internacionalistas em 1914. Muito menos sobre o chamado à classe operária, feito pelos bolcheviques nesta época, para transformar a guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia. O estalinismo agia para colocar os operários a reboque do imperialismo anglo-francês e norte americano na catástrofe que a agonia mortal do capitalismo preparava.

A política criminosa do estalinismo foi denunciada implacavelmente pela IV Internacional, que, não casualmente,

despertou o ódio mais furioso da burocracia termidoriana e teve vários de seus dirigentes caçados e abatidos pela GPU soviética. A III Internacional havia se tornado definitivamente uma organização cadavérica e a Frente Popular servia, no dizer de Trotsky apenas “para transformar os operários em bucha de canhão para a sua burguesia imperialista. E para nada mais, além disso”.

Na Espanha, mais do que em qualquer outro lugar, a Frente Popular levou o proletariado a um completo desastre. Além dos partidos republicanos de Azaña-Barrio, do Partido Socialista de Prieto-Caballero, do Partido Comunista, as organizações anarquistas (FAI-CNT) e até mesmo o POUM centrista compuseram uma ampla coligação eleitoral e levaram as massas a um beco sem saída. Com um programa burguês que não tocava nas propriedades agrícolas (para proteger os latifundiários), que assegurava condições de lucro para os grandes bancos, que não recuperava os postos de trabalho destruídos, nem atendia as reivindicações dos camponeses por terra, a coligação eleitoral formada por liberais burgueses e partidos operários venceu as eleições, em fevereiro de 1936, para melhor deixar o proletariado sem direção e politicamente desarmado diante da direita burguesa. O golpe de Franco foi ajudado de dentro do governo da Frente Popular que se recusou a armar as massas em julho. Com o início da guerra civil, a contrarrevolução estalinista, na zona republicana, exigindo o desmonte dos comitês antifascistas e a repressão ao proletariado catalão e suas organizações (POUM e CNT-FAI), que já o haviam traído, preparou o caminho para a contrarrevolução aberta dos fascistas que se consumaria em 1939. *“O governo Stalin-Caballero procura por todos os meios dar ao seu exército o caráter de guardião democrático de defesa da propriedade privada. Isto é, em essência, a Frente Popular. Tudo o mais são frases... Precisamente porque a Frente Popular prepara o triunfo do fascismo. Aquele que não compreendeu isso está surdo e cego.”* (grifo nosso). Esta crítica programática foi escrita por Trotsky em abril de 1937. A vitória da contrarrevolução, desgraçadamente, deu razão à IV Internacional.

A tática marxista da Frente Única

A linha do terceiro período, impropriamente chamada de “classe contra classe”, assim como a Frente Popular foram a antítese da tática da Frente Única elaborada por Lênin e Trotsky, no IV Congresso da Internacional Comunista, quando esta ainda era o partido mundial da revolução socialista. Nas Teses gerais sobre a Questão do Oriente, aprovadas nesse congresso, em 1922, se estabelecia a tática da Frente Única Operária, que correspondia aos países capitalistas desenvolvidos, e a tática da Frente Única Antiimperialista, aplicável nos países coloniais e semicoloniais.

A tática da Frente Única Operária, segundo a avaliação do IV Congresso, “contribuiu e ainda contribui no Ocidente para desmascarar a traição cometida pelos socialdemocratas contra os interesses do proletariado”. Por sua vez, a tática da Frente Única Antiimperialista “contribuirá para



Jornal Le Populaire: vitória eleitoral da F.P.

desmascarar as vacilações e as incertezas dos diversos grupos do nacionalismo burguês”. Eis a formulação completa: “O movimento operários dos países coloniais e semicoloniais devem, antes de tudo, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo na Frente Antiimperialista comum. Só se se lhe reconhecer essa importância autônoma e se se conservar sua plena independência, os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis”.

Ao contrário desses fundamentos marxistas da tática, a Frente Popular conduz o Partido Comunista a subordinar a classe operária à estratégia de um governo burguês. A via eleitoral e a constituição de amplas alianças, que incluem partidos burgueses, estão na base das Frentes Populares. Não servem para unificar o proletariado e os demais explorados sob um programa de reivindicações e por meio da ação direta, mas para constituir um bloco eleitoral estratégico. A tática está vinculada à estratégia. Na França, a Oposição de Esquerda Internacional (a IV Internacional foi criada em 1938) desenvolveu todo um trabalho prático, ainda que a seção francesa fosse débil. Pôde expor o decisivo vínculo entre a tática e a estratégia, tanto rechaçando a Frente Popular, quanto trabalhando pela unidade revolucionária do explorados. Extraímos uma de muitas formulações de Trotsky: “A luta pelo poder deve partir da ideia fundamental de que, ainda que seja possível se opor ao agravamento futuro da situação das massas no terreno do capitalismo, não se pode conceber nenhuma melhora real de sua situação sem uma incursão revolucionária contra o direito de propriedade capitalista. A campanha de frente única deve se apoiar sobre um programa de transição bem elaborado, isto é, sobre um sistema de medidas que – com um governo operário e camponês – assegurem a transição do capitalismo para o socialismo.”

Extratos

Extrato do texto **França na encruzilhada (28 de março de 1936)**, León Trotsky

Um princípio elementar da estratégia marxista é que a aliança do proletariado com a pequena-burguesia das cidades e do campo deve realizar-se unicamente na luta irredutível contra sua representação parlamentar tradicional. Para ganhar o camponês para o operário, é preciso separá-lo do político radical que o submete ao capital financeiro. Do contrário, a Frente Popular, complô da burocracia operária com os piores exploradores políticos das classes médias, é simplesmente capaz de matar a confiança das massas nos métodos revolucionários e lançá-las nos braços da contrarrevolução fascista.

Ainda que seja difícil acreditar, alguns cínicos tratam de justificar a política da Frente Popular fazendo referência a Lenin que, segundo parece, mostrou que não se pode prescindir de “compromissos” e, especialmente, de acordos com outros partidos. Para os atuais chefes da Internacional Comunista, ultrajar Lenin se tornou uma regra: espezinham a doutrina do fundador do partido bolchevique e em seguida vão prostrar-se diante do seu mausoléu, em Moscou.

Lenin começou sua tarefa na Rússia czarista, onde não apenas os operários, os camponeses e os intelectuais combatiam o antigo regime, mas também o faziam amplos setores burgueses. Se, de um modo geral, a política da Frente Popular pudesse ter sua justificativa, ela só seria imaginável num país que ainda não tivesse feito sua revolução burguesa. Os senhores falsificadores poderiam indicar em que fase, em que momentos e em que circunstâncias o partido bolchevique realizou na Rússia algo semelhante à Frente Popular? Que façam trabalhar seus neurônios e pesquisem nos documentos históricos!

Os bolcheviques realizaram acordos práticos com as organizações revolucionárias pequeno-burguesas para o transporte clandestino de publicações revolucionárias e, algumas vezes, para a organização comum de uma manifestação, ou para responder aos grupos de “pogromistas”. Quando das eleições para a Duma, recorreram, em certas circunstâncias e no segundo grau (1), a blocos eleitorais com os mencheviques ou com os socialistas revolucionários. Isso é tudo. Nem “programas” comuns, nem organismos permanentes, nem renúncia



Frente Popular na França: embriagada pelos resultados eleitorais

cia a criticar os aliados circunstanciais. Este tipo de acordos e compromissos episódicos, estritamente limitados a objetivos precisos – os únicos que Lenin levava em consideração – nada tinham em comum com a Frente Popular, que representa um conglomerado de organizações heterogêneas, uma aliança duradoura de classes diferentes ligadas para todo um período – e que período! – por uma política e um programa comum: por uma política de ostentação, de declamação e de cisco nos olhos. Na primeira prova séria, a Frente Popular vai se romper e todas as suas partes constituintes sairão com profundas rachaduras. A política da Frente Popular é uma política de traição.

A regra do bolchevismo, no que se referia aos blocos, era a seguinte: Marchar separados, golpear juntos! A regra dos atuais chefes da Internacional Comunista é: Marchar juntos para ser golpeados separadamente. Que esses senhores se agarrem a Stálin e Dimitrov, mas que deixem Lenin em paz.

(1) A eleição de deputados para a Duma se realizava por meio de colégios eleitorais designados em segundo e terceiro grau.

Extrato do livro **A Revolução Espanhola, "um Prognóstico Confirmado"**, 23 de julho de 1936, León Trotsky

Os acontecimentos confirmaram estas previsões, inclusive antes da publicação das teses: as jornadas de julho na Espanha completam e aprofundam com extraordinária força as lições das jornadas de junho na França. Pela segunda vez em cinco anos, a coligação de partidos operários com a burguesia radical conduziu a revolução espanhola para a beira do abismo. Incapaz de resolver nenhuma das tarefas colocadas pela revolução – uma vez que estas se reduzem

a uma só, a derrubada da burguesia -, a Frente Popular impossibilita o regime burguês provocando o golpe de estado fascista. Criou as condições favoráveis para a vitória do fascismo ao anestesiar os operários e camponeses com ilusões parlamentares, paralisando sua vontade política. A política de alianças com a burguesia vai custar caro à classe operária, anos de sofrimento, de sacrifícios, se não décadas de terror fascista (...)

A Revolução Espanhola, Para as Massas (Carta ao Secretariado Internacional, 27 de julho de 1936), León Trotsky

Os acontecimentos espanhóis – qualquer que seja a forma como terminem, ainda que eu conte com um desenlace favorável – terão grande importância para o desenvolvimento da IV Internacional, tanto na França, como em outras partes.

Agora, a questão da Frente Popular se mostrou aos operários com total clareza. Mais de um socialista francês se pergunta (ver, por exemplo, no *Le Populaire* o artigo do miserável Maurice Paz: ‘por que os dirigentes da Frente Popular, que tinham o poder desde fevereiro não tomaram as medidas necessárias perante o exército? Que erro!, etc.’ Esta gente não compreende que não se trata de um erro, mas de interesses de classe. Quando a burguesia se vê obrigada a assinar um pacto com as organizações operárias por meio de sua ala esquerda, tem mais necessidade do que nunca de seu corpo de oficiais para fazer o contrapeso, uma vez que se trata da proteção da propriedade privada, isto é, do que é mais importante.



Cartaz de campanha da Frente Popular na França: ilusão de ótica política

Não se trata de um erro! O governo da Frente Popular não era tal governo, mas sim um simples ministério. O verdadeiro governo permaneceu no Estado Maior, nos bancos, etc. Os radicais franceses tiveram a autorização de concluir um pacto com as organizações operárias com a condição de não se tocar no corpo de oficiais. No entanto, se os operários continuam pressionando mais, a máquina do Estado acabará caindo de cabeça. Os sapistas (1) consideram a Frente Popular como um enriquecimento da tática proletária. Se não servem para avaliar sua caracterização de classe, não servem para nada. *Consideram os radicais como a ala direita da Frente Popular, quando na realidade são os representantes da classe dominante, por meio dos quais o capital financeiro mantém sua dominação no seio da Frente Popular e do proletariado.*

(1) Sapistas refere-se ao S.A.P (Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands)

A Revolução Espanhola, Tomar o poder pela via pacífica?, León Trotsky

“A revolução retrocede”, anuncia sentenciosamente Nin, quando de fato, a única coisa que está fazendo é preparar seu próprio retrocesso. É possível que Nin se prepare para deter a revolução descendente na etapa democrática? Como? Evidentemente, com a ajuda de freios oratórios. Se Nin fosse capaz de refletir sobre suas próprias palavras, compreenderia que a revolução, se os senhores dirigentes impedem que chegue até a ditadura do proletariado, deve descer inevitavelmente até o fascismo. Assim ocorreu na Alemanha. Assim ocorreu na Áustria. Assim ocorrerá na Espanha, ainda que em um prazo muito mais breve.

É imprescindível se aprofundar na situação tirando todas as conclusões. Quando Nin diz que hoje os operários podem apoderar-se do poder pela via pacífica (1) está dizendo algo flagrantemente contraditório à verdade. Já hoje, o poder se encontra em mãos dos altos comandos militares e da burocracia, aliados com os estalinistas e os anarco-reformistas. Estes senhores, em sua luta contra os operários, se apoiam na burguesia estrangeira e na burocracia soviética. Nestas condições, falar da conquista pacífica do poder é abusar de si mesmo e abusar da classe operária.

No primeiro discurso de 21 de março, Nin diz que querem privar os operários de suas armas, recomendando não

entregá-las. Certamente, é um conselho acertado. Mas quando uma classe procura desarmar a outra, e quando esta, sobretudo, se é o proletariado, se nega a entregar as armas, isso significa que a guerra civil está próxima (2). A confiada e errônea perspectiva de Nin sobre a conquista pacífica do poder reduz a nada os radicais argumentos sobre a ditadura do proletariado. A errônea política de Nin reside essencialmente nesta política confiada. Permite-lhe pretender tirar as conclusões necessárias de seus raciocínios radicais, continuando sua política de vacilações centristas. Precisamente da necessidade de manter esta política confiada, surgem as reacionárias perseguições de Nin contra os “trotskistas”, isto é, os verdadeiros revolucionários que impedem a Nin fazer se passar por bolchevique.

(1) *La Batalla*, 21 de março de 1937. “isto significa que chamamos a uma luta violenta pelo poder? Não. Hoje em dia, com as posições que ainda conserva a classe operária, pode atacar o poder sem recorrer à violência (...) Ainda dispomos da suficiente força como para derrubar o castelo de cartas da democracia burguesa com um simples sopro”.

(2) Nove dias depois da redação deste documento, eclodiram em Barcelona os “Fatos de Maio”, combate entre as forças da ordem e os operários que se negavam a entregar as armas.

IV Congresso da Internacional Comunista (novembro de 1922) RESOLUÇÃO SOBRE A TÁTICA DA INTERNACIONAL COMUNISTA

A frente única antiimperialista

Nos países ocidentais que atravessam um período de transição caracterizada pela acumulação organizada das forças, é lançada a bandeira da frente única proletária. Nas colônias orientais, é indispensável, neste momento, lançar a bandeira de frente única antiimperialista. A oportunidade dessa bandeira está condicionada pela perspectiva de uma luta de longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias. Esta é luta necessária a partir do momento em que as classes dirigentes nativas tendem a estabelecer compromissos com o capital estrangeiro e que esses compromissos afetam os interesses básicos das massas. Assim como a bandeira da frente única proletária contribuiu e contribui, no Ocidente, para desmascarar a traição dos socialdemocratas aos interesses do proletariado, do mesmo modo a bandeira de frente antiimperialista contribuirá para desmascarar as vacilações e incertezas dos vários grupos do nacionalismo burguês. Por outro lado, essa bandeira ajudará no desenvolvimento da vontade revolucionária e no esclarecimento da consciência de classe dos trabalhadores, incitando-os a lutar não somente contra o imperialismo, mas contra todo tipo de opressão feudal.

O movimento operário dos países coloniais e semicoloniais deve, principalmente, conquistar uma posição de revolucionária autônoma na frente antiimperialista comum. Somente se se reconhece esta importância autônoma e se se conserva sua total independência política, os acordos provisórios com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis. O proletariado apoia e levanta a bandeira das reivindicações parciais, como por exemplo, a república democrática independente, a outorga dos direitos dos quais estão privadas as mulheres, etc., desde que a correlação de forças existentes no momento não permita pleitear a aplicação de seu programa soviético. Por sua vez, trata de lançar bandeiras passíveis de contribuir para



Lenin e Trotsky (na foto, na Rússia revolucionária) defenderam no Quarto Congresso da Internacional Comunista a tática adequada aos países semicoloniais e coloniais: Frente Única Antiimperialista

a fusão política das massas camponesas e semiproletárias com o movimento operário. A frente única antiimperialista está firmemente vinculada à orientação da Rússia soviética.

Explicar aos trabalhadores a necessidade da aliança com o proletariado internacional e com as repúblicas soviéticas é um dos principais pontos da tática antiimperialista única. A revolução colonial só triunfará com a revolução proletária nos países ocidentais.

O risco de um entendimento entre o nacionalismo burguês e uma ou várias potências imperialistas hostis, às custas das massas, é muito menor nos países coloniais que nos países semicoloniais (China, Pérsia), ou melhor, nos países que lutam pela autonomia política explorando, com efeito, as rivalidades imperialistas (Turquia).

Reconhecendo que certos compromissos parciais e provisórios podem ser admissíveis e indispensáveis quando se trata de tomar um fôlego na luta de emancipação levada a cabo contra o imperialismo, a classe operária deve opor-se a qualquer tentativa de uma divisão de poder entre o imperialis-

mo e as classes dirigentes locais, seja de aberta ou dissimuladamente, pois tem por objetivo conservar o privilégio dos dirigentes. A reivindicação de uma aliança estreita com a República proletária dos soviéticos é a bandeira da frente única antiimperialista. Desde o princípio, é preciso levar a cabo uma luta decidida pela maior democratização política do regime política, a fim de privar totalmente a sustentação dos elementos social e politicamente mais reacionários e garantir aos trabalhadores a liberdade de organização, permitindo-lhes lutar por seus interesses de classes (reivindicações de uma república democrática, reforma agrária, reforma das cargas tributárias fundiárias, organização de um aparelho administrativo baseado no princípio de autogestão, legislação trabalhista, proteção do trabalho, proteção à maternidade, à infância, etc.). Nem sequer no território da Turquia independente, a classe operária não goza da liberdade de coalizão, o que pode servir de indício característico da atitude adotada pelos nacionalistas burgueses com relação ao proletariado.